



**UNIFACS**

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES\*

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
URBANO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**VANDRÉ ALMEIDA DE CARVALHO VILELA**

**EM BUSCA DE UM CONSELHO...  
A EXPERIÊNCIA DE UMA ETNOGRAFIA URBANA NA REGIÃO DO NORDESTE DE  
AMARALINA**

Salvador  
2016

**VANDRÉ ALMEIDA DE CARVALHO VILELA**

**EM BUSCA DE UM CONSELHO...  
A EXPERIÊNCIA DE UMA ETNOGRAFIA URBANA NA REGIÃO DO NORDESTE DE  
AMARALINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS Universidade Salvador UNIFACS, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Licks Almeida Silva.

Salvador  
2016

FICHA CATALOGRÁFICA  
(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities).

Vilela, Vandr  Almeida de Carvalho

Em busca de um conselho... A experiência de uma etnografia urbana na região do Nordeste de Amaralina./ Vandr  Almeida de Carvalho Vilela.– Salvador: UNIFACS, 2016.

169 f. : il.

Disserta o apresentada ao Programa de Pós-Gradua o em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador UNIFACS, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obten o do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr. Ana Licks Almeida Silva.

1. Cultura popular - Conselhos. 2. Etnografia. I. Silva, Ana Licks Almeida, orient. II. Título.

CDD: 306

VANDRÉ ALMEIDA DE CARVALHO VILELA

EM BUSCA DE UM CONSELHO...  
A EXPERIÊNCIA DE UMA ETNOGRAFIA URBANA NA REGIÃO DO NORDESTE DE  
AMARALINA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Ana Licks Almeida Silva - Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Márcia Maria Couto Mello \_\_\_\_\_  
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Ana Beatriz Simon Factum \_\_\_\_\_  
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo - USP  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Salvador, de de 2016.

*Dedico este estudo à minha mãe (Vitorina Vilela) por ter oportunizado com que eu chegasse até aqui....*

## **AGRADECIMENTOS**

Parece ser clichê agradecer a família em primeiro lugar, mas que assim seja. Agradeço infinitamente a minha mãe (Vitorina Vilela) pela compreensão; ao meu irmão (Valério Vilela) pelo apoio incondicional e a minha irmã por ter abdicado do seu trabalho todas as quintas-feiras para me levar até o aeroporto.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Ana Licks, pela paciência, pelos ensinamentos e pela sensibilidade de perceber que eu queria traçar outro caminho, quando apresentei a primeira proposta de objeto de estudo.

Agradeço a Direção da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB (Professores Dr. Roberto Marden e Dra. Luciane Joia) por terem compreendido que eu necessitava me ausentar para concluir esta produção científica. Um agradecimento especial ao Diretor Presidente, Tadeu Bergamo, pela confiança em meu trabalho e pelo apoio irrestrito em todas as etapas do meu curso.

Aos amigos Rônei Rocha e Wagner Coimbra por serem minhas companhias no período em que residi em Salvador. Ao amigo Flávio de Ligório pelas dicas e por compartilhar comigo a sua sabedoria. A Ana Cláudia, por ter me levado a Região do Nordeste toda vez que necessitava.

Agradeço ainda, ao Conselho de Cultura Popular da Região do Nordeste de Amaralina, na pessoa de Diana Vasan, pela recepção, pronto atendimento e atenção: minha eterna gratidão.

Por fim, agradeço a toda comunidade da Região do Nordeste de Amaralina, por ter contribuído direta ou indiretamente para a conclusão da minha pesquisa.

## **Embriague-se**

*É preciso estar sempre embriagado. Aí está: eis a única questão. Para não sentirem o fardo horrível do tempo que verga e inclina para a terra, é preciso que se embriaguem sem descanso.*

*Com quê? Com vinho, poesia ou virtude, a escolher. Mas embriaguem-se.*

*E se, porventura, nos degraus de um palácio, sobre a relva verde de um fosso, na solidão morna do quarto, a embriaguez diminuir ou desaparecer quando você acordar, pergunte ao vento, à vaga, à estrela, ao pássaro, ao relógio, a tudo que flui, a tudo que geme, a tudo que gira, a tudo que canta, a tudo que fala, pergunte que horas são? E o vento, a vaga, a estrela, o pássaro, o relógio responderão:  
É hora de embriagar-se!*

*Para não serem os escravos martirizados do tempo, embriaguem-se; embriaguem-se sem descanso. Com vinho, poesia ou virtude, como quiser.*

**(Charles Baudelaire)**

## RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar o Conselho de Cultura Popular da Região do Nordeste de Amaralina (CONCULT), localizado em Salvador, Estado da Bahia, suas implicações e limitações. Trata-se de uma dissertação que discute a problemática da atuação do Conselho por meio de tópicos balizadores, a exemplo da discussão acerca dos conceitos de favelas, periferias, comunidade e pertencimento. O estudo também faz um levantamento histórico e uma breve caracterização da Região do Nordeste de Amaralina, bem como do início da organização comunitária na região e a constituição do Conselho de Cultura Popular. Esta pesquisa de natureza etnográfica obteve como instrumento de coleta de dados uma entrevista estruturada com Conselheiros do Concult e, após análise de dados permitiu ajuizar sobre a atuação de um Conselho de Cultura em um bairro popular, assim como as limitações e perspectivas enfrentadas pela instituição, a fim de garantir a continuidade das ações de arte e cultura desenvolvidas na Região, minimizando problemas sociais enfrentados cotidianamente pelos seus moradores. Este trabalho oportunizou discutir um segmento que se trata de Conselhos de Cultura (Conselho de Cultura Popular) cuja bibliografia e estudos ainda são incipientes. Neste sentido, também foi fundamental para a comunidade, uma vez que a população local disporá de um estudo científico acerca das ações empreendidas por este Conselho.

**Palavras Chave:** Conselho de Cultura Popular. Comunidade. Região do Nordeste de Amaralina.



## **ABSTRACT**

The aim of this study is to analyze the Council of Popular Culture in the Northeast of Amaralina Region (CONCULT) located in Salvador, State of Bahia, in relation to work in the community, implications and limitations. This is a thesis that discusses the issue of the Council's activities through benchmark topics, such as the discussion about the concepts of slums and peripheries and community and belonging. The study also makes a historical survey and a brief characterization of the Northeast Region of Amaralina and the beginning of community organization in the region and the establishment of the Council of Popular Culture. This research of ethnographic nature obtained as a data collection instrument a structured interview with Councilors of the Concult and, after data analysis allowed to judge on the performance of a Council of Culture in a popular neighborhood, as well as the limitations and perspectives faced by the institution, In order to guarantee the continuity of the actions of art and culture developed in the Region, minimizing social problems faced daily by its residents. This work opportuned to discuss a segment that is about Councils of Culture (Council of Popular Culture) whose bibliography and studies are still incipient. In this sense, it was also fundamental for the community, since the local population will have a scientific study about the actions undertaken by this Council.

**Keywords:** Council of Popular Culture. Community. Northeast region of Amaralina.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CONCULT	Conselho de Cultura da Região do Nordeste de Amaralina
COMSEA (SSA)	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Salvador
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MINC	Ministério da Cultura
ONG	Organização Não Governamental
RNA	Região do Nordeste de Amaralina
SETRAS	Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte
SNC	Sistema Nacional de Cultura
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Faveleiro (Cnidoscopus quercifolius) .....	39
Figura 2 - Distribuição dos aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Salvador.....	45
Figura 3 - Aglomerado subnormal próximo à área central de Salvador, ocupação mais consolidada, com vias principais largas e acesso a transporte público e vias secundárias com ladeiras, escadarias, becos e vielas. Construções com dois ou mais pavimentos em Vale das Pedrinhas, área pertencente a Região do Nordeste de Amaralina. ....	46
Figura 4 - Mapa da Região do Nordeste de Amaralina .....	50
Figura 5 - Árvore Genealógica da Região do Nordeste de Amaralina.....	54
Figura 6 - Igreja Batista de Amaralina, início da década de 70 .....	56
Figura 7 - Bairro Itaipara visto do Nordeste de Amaralina.....	62
Figura 8 - Pichação na Av. Manoel Dias da Silva, Bairro da Pituba, em Salvador/BA .....	66
Figura 9 – Nuvem da categoria "A Representação da Violência e Criminalidade" ....	98
Figura 10 - Organograma da categoria "A Representação da Violência e Criminalidade" .....	99
Figura 11 - Imagem do Nordeste de Amaralina com vista para orla. ....	101
Figura 12 - Nuvem da categoria "A Invisibilidade da Figura do Trabalhador" .....	105
Figura 13 - Organograma da categoria "A Invisibilidade da Figura do Trabalhador" .....	106
Figura 14 - Feira do Nordeste de Amaralina .....	109
Figura 15 - Nuvem da categoria Cultura Local e Identidade .....	111
Figura 16 - Organograma da categoria "Cultura Local e Identidade" .....	112
Figura 17- Nuvem da categoria "O Foco das Ações do Conselho: Saúde e Educação" .....	117
Figura 18 - Organograma da categoria "O Foco das Ações do Conselho: Saúde e Educação" .....	118
Figura 19 - Rua principal do Nordeste de Amaralina, denominada de final de linha. ....	121
Figura 20 - Nuvem da Categoria "A Relação entre o Conselho e a Comunidade" ..	122
Figura 21 - Organograma da Categoria "A Relação entre o Conselho e a Comunidade".....	123
Figura 22 - Atividade do Conselho realizada no Parque da Cidade .....	127

Figura 24 - Nuvem da categoria "Ausência do poder público.....	128
Figura 24 - Organograma da categoria "Ausência do Poder Público" .....	129
Figura 25 - Nuvem da categoria "A Prática do Conselho de Cultura Popular" .....	133
Figura 26 - Organograma da categoria "A Prática do Conselho de Cultura Popular" .....	134
Figura 27 - Campo de Futebol do Natureza, localizado na Rua José Rodrigues de Oliveira .....	145

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização Socioeconômica dos Entrevistados.....	24
Tabela 2 - Frequência de palavras recorrentes em discurso .....	26
Tabela 3 - População e população em favelas das cinco regiões (1980-2000)* .....	41
Tabela 4 – Crescimento da população e da população em favelas das cinco regiões* .....	41
Tabela 5 – Cidades com maior percentual da população vivendo em favelas em 1980 e 2000 .....	42
Tabela 6 – Distribuição populacional segundo a cor .....	59
Tabela 7 – Distribuição dos chefes de família segundo classe de renda .....	59
Tabela 8 - Indicadores de Mortalidade por armas de fogo nas Capitais Brasileiras..	63
Tabela 9 - Equipamentos culturais por região administrativa, na cidade de Salvador-BA .....	68
Tabela 10 - Atribuições dos Conselhos Municipais .....	88

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da população em aglomerados subnormais, total e proporção em relação a população total em aglomerados subnormais, segundo as Regiões Metropolitanas - 2010.....	43
Gráfico 2 - Taxa de Analfabetismo (população acima de 15 anos) .....	118

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparações Pobreza e Exclusão .....	80
---	----

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	16
1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	19
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
2.1 O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E SEUS SUJEITOS .....	22
2.2 OS INSTRUMENTOS DE COLETA .....	23
2.3 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS .....	25
3 O CARÁTER POLISSÊMICO DO CONCEITO DE CULTURA.....	28
4 ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA.....	33
4.1 ENTENDENDO AS PERIFERIAS E FAVELAS.....	39
4.2 PERIFERIAS EM SALVADOR .....	43
4.3 PERSPECTIVAS DAS FAVELAS E PERIFERIAS.....	47
5 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORDESTE DE AMARALINA.....	50
5.1 SOBRE AS DESIGUALDADES NA REGIÃO DO NORDESTE DE AMARALINA .....	57
5.2 CENÁRIOS DA VIOLÊNCIA E SEUS ESTEREÓTIPOS.....	60
5.3 A INVISIBILIDADE CULTURAL NA REGIÃO DO NORDESTE DE AMARALINA .....	64
6 COMUNIDADE E PERTENCIMENTO.....	70
6.1 DISCUTINDO O TERMO COMUNIDADE .....	71
6.2 COMUNIDADE EM TEMPOS DE ALTA-MODERNIDADE.....	73
6.3 A RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E PERTENCIMENTO .....	76
7 O PAPEL DOS CONSELHOS DE CULTURA .....	83
7.1 AS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHOS DE CULTURA .....	87
7.2 A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA RNA .....	91
7.3 O CONSELHO DE CULTURA POPULAR (CONCULT) .....	93
8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	97
9 CONSIDERAÇÕES.....	146
REFERÊNCIAS.....	149
ANEXO A - VISITA A REGIÃO DO NORDESTE DE AMARALINA.....	160
ANEXO B - ESCOLA MUNICIPAL TEODORO SAMPAIO .....	161
ANEXO C - IMAGENS DA REGIÃO DO NORDESTE DE AMARALINA.....	162
ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	166



## 1 INTRODUÇÃO

Ter um conselho de cultura como objeto de pesquisa, é um desafio para qualquer pesquisador. Devido à abrangência dos conceitos que se tem de cultura, bem como a sua intersecção plural que faz com que se tenha uma variedade de possibilidades de pesquisa dentro de uma mesma área de estudo, há a necessidade de se realizar um recorte exato e preciso, a fim de não se perder durante o percurso desta caminhada.

Atualmente, a expressão cultura apresenta um uso transversal, perpassando por diferentes campos e áreas multidisciplinares. As heranças dos ancestrais, o saber popular, a tradição de um povo, os hábitos, costumes, manifestações artísticas e valores, definem de uma maneira empírica, a construção coletiva do termo cultura, trazendo este conceito a uma dimensão antropológica, no qual define o modo de vida de um povo dentro de uma sociedade.

Após a Revolução Industrial no século XIX, a indústria cultural ganhou outros contornos, aproximando a sociedade para o consumo de bens e serviços na área artística/cultural. Ainda durante o século XIX, além da expansão da reprodução das obras de arte, a massificação de produtos culturais que estavam ligados a uma elite consumista, sofreu um impacto significativo. Já no século XX, o surgimento dos meios de comunicação mais modernos, a exemplo da TV, cinema e rádio, transformou a sociedade em receptores de conteúdo, cuja orientação ao consumo desenfreado era quase que um imperativo para o período.

No decorrer deste percurso, surgem outros movimentos que vão de encontro ao discurso pregado e disseminado pela mídia, e eis que surge a contracultura, movimento este que dita outros conceitos e se posiciona como uma “rebeldia” aos padrões do período. Nos dias atuais, outros epifenômenos também decorrem da instantaneidade pós-moderna, a exemplo de manifestações mais agressivas que ainda possuem dificuldades de serem categorizadas e muitas vezes, são denominadas de subcultura, baixa cultura ou cultura periférica.

Hoje, no entanto, com o advento das plataformas tecnológicas e com os dispositivos eletrônicos, a sociedade deixa de ser passiva, assim como ocorreu tempos atrás, e passa a também ser produtora de conteúdo, mesmo que esta efemeridade põe em risco a qualidade daquilo que se é gerado. Porém, esta

modernidade traz o desafio de mesclar o analógico com o tecnológico, o popular com o moderno e o velho com o novo.

Diante desta seara, já se percebe a dificuldade de estudar as manifestações culturais de uma determinada localidade, principalmente um Conselho de Cultura Popular que abarca diversas manifestações e que mesclam características identitárias ligadas a ancestralidade de seu povo junto as manifestações pós-modernas.

Se um conselho em qualquer esfera existe para dar apoio a uma determinada categoria, principalmente para manter um elo entre esfera pública e sociedade, pode-se imaginar a dificuldade de gerir um Conselho de Cultura Popular, tendo em vista que tal segmento sempre foi pouco assistido de políticas de incentivo.

Apesar de existirem mecanismos de apoio e incentivo para a gestão cultural no país, a exemplo da Lei Rouanet, os entraves burocráticos ou a desvalorização de manifestações populares que fogem do eixo mercadológico/comercial, impossibilitam que tais projetos se encaixem nas modalidades de fomento ofertados pelo Ministério da Cultura, o que inviabiliza que grupos ou agentes culturais consigam obter apoio estrutural e financeiro.

Premidos por tal ausência, a solução muitas vezes encarada por grupos e manifestações são os coletivos de cultura ou a gestão democrática e compartilhada de políticas públicas de cultura. Neste contexto, os conselhos populares de cultura nascem com o compromisso de atender a demanda reprimida da sociedade em que está instalada. Este mecanismo de interlocução entre governo e sociedade surge para melhor compreender as especificidades da comunidade inserida.

Esta democracia cultural tem como eixo a participação popular, tornando os agentes beneficiários como protagonistas de sua própria cena cultural. O empoderamento por parte da população nestes processos de democracia e cidadania cultural, favorece o processo de desenvolvimento local de uma comunidade, cujas necessidades são extraídas de dentro para fora, o que conseqüentemente, favorece a emancipação humana dos seus residentes.

Corroborando com este ponto de vista, Canclini (2001) afirma que as políticas culturais desenvolvidas em um determinado local, devem ter como principal objetivo a orientação para o desenvolvimento simbólico, cuja razão fundamental é

satisfazer as necessidades culturais destas populações, bem como colaborar para algum tipo de ordem ou transformação social.

Hoje, os bairros populares além de sofrerem com as ausências de equipamentos urbanos essenciais, também carecem de incentivos e equipamentos ligados às áreas artístico-culturais, principalmente no Estado da Bahia, que tem como a arte/cultura uma vocação nata em diversos segmentos. Marcada por diversos problemas sociais, a Região do Nordeste de Amaralina (RNA), em Salvador-BA, possui uma cena cultural marcante, que resiste meio a invisibilidade do setor por parte do poder público, quando se fala em equipamentos e ações pontuais.

Devido a formação acadêmica deste pesquisador - comunicação social com habilitação em publicidade e propaganda - ingressar em um programa de pós-graduação stricto-sensu em Desenvolvimento Regional e Urbano, foi ter a certeza de que abdicaria do alinhamento de carreira nesta fase acadêmica.

Daí, trazer motivações pessoais com um objeto que também contemplasse as linhas exigidas pela Universidade, foi a minha principal preocupação. No entanto, para se chegar neste objeto, passei pela construção de três outros projetos de pesquisa, que foram interrompidos pela minha não convicção de pesquisador ou por intempéries externas que me impossibilitaram de levar tal projeto adiante.

Neste sentido, além de trazer a pesquisa para a minha área de formação, a preocupação latente com o desenvolvimento regional e urbano me fez (re)pensar sobre uma outra motivação interna que possuía, que concerne no possível estudo de bairros populares e como acontecem as manifestações artísticas e culturais nestas localidades.

Assim, surgiu a oportunidade de investigar o Conselho de Cultura Popular localizado na Região do Nordeste de Amaralina em Salvador, cuja descoberta se deu por meio de uma pesquisa virtual no qual me fez chegar até o blog da Instituição. Portanto, pesquisar um Conselho de Cultura Popular em um bairro que ainda sofre com problemas, estigmas e preconceitos é uma tarefa árdua, que não se esgota em apenas uma pesquisa de mestrado, mas que se deve ampliar os horizontes quanto ao desenvolvimento destas localidades, no que se refere as dimensões: econômicas, sociais, ambientais e também culturais.

Contudo, esta pesquisa buscou realizar uma análise do Conselho de Cultura Popular da região do Nordeste de Amaralina – CONCULT em Salvador, Bahia, e quais as limitações e perspectivas deste Conselho. Para que isso seja possível, foi necessário apresentar os conceitos fundantes de Cultura, bem como a sua evolução dentro do campo das ciências sociais. Este referencial possibilita entender a gênese e a polissemia do termo a fim de realizar um recorte que dialogue com o desenvolvimento social.

A Região do Nordeste de Amaralina (RNA) composta pelos bairros Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina e Chapada do Rio Vermelho é estigmatizada por apresentar diversos problemas sociais, principalmente a violência e a criminalidade. Esta região possui um Conselho de Cultura Popular constituído desde 2007, com o objetivo de fortalecer a identidade cultural destes bairros.

Portanto, temos como problemática, indaga como o Conselho estruturado na região articula e desenvolve as ações culturais e artísticas nesta localidade.

Sobre os objetivos:

O objetivo geral do estudo é analisar a prática do Conselho de Cultura Popular da Região do Nordeste de Amaralina, de Salvador, Estado da Bahia, suas implicações e limitações.

Quanto aos objetivos específicos:

- a) Entender a estrutura e a dinâmica de funcionamento do Conselho.
- b) Identificar o envolvimento/participação da Comunidade nas ações do Conselho
- c) Investigar as dificuldades do Conselho na realização de ações de promoção da Cultura na Região.

## 1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho dissertativo está estruturado em oito capítulos. O primeiro capítulo é a caracterização da pesquisa que compreende em uma exposição da temática proposta, a apresentação do problema de pesquisa, o objetivo geral e objetivos específicos, bem como a organização e estrutura da dissertação.

O segundo capítulo traz os procedimentos metodológicos do trabalho, descrevendo o campo de investigação da pesquisa, os instrumentos de coletas e os procedimentos analíticos das categorias que emergiram nas entrevistas.

O terceiro capítulo trata-se de um breve histórico acerca da expressão 'cultura', trazendo a sua conceituação histórica desde o século XVI até autores mais atuais, a exemplo de Canclini, que dedica os seus estudos a fenômenos culturais na América Latina.

O quarto capítulo explica os principais conceitos do trabalho por meio de um levantamento teórico que auxiliará na compreensão da temática levantada. Este referencial teórico buscou um diálogo emergente acerca do assunto, recuperando conceitos fundamentais no campo das ciências sociais aplicadas, no que se refere aos conceitos de favelas e periferias.

Por se tratar de um tema que preza pela subjetividade que muitas vezes não podem ser expressas por número, mas pela necessidade de entender as raízes históricas do problema, o quinto capítulo abordará um levantamento da região do Nordeste de Amaralina em Salvador-BA, apresentando informações de territorialização por meio de dados demográficos e socioeconômicos, bem como dados de equipamentos e serviços na esfera social e cultural. Este capítulo também levantará aspectos da urbanização do bairro e das áreas que compõe a região Nordeste de Amaralina.

Já no sexto capítulo, tratamos dos conceitos fulcrais de comunidade e pertencimento e as reflexões acerca dos conceitos em épocas de pós-modernidade, onde existe uma predominância do individualismo sobrepujando o espírito coletivo.

No sétimo capítulo, faremos um recuo histórico da organização comunitária da região do Nordeste de Amaralina e uma apresentação do Conselho de Cultura Popular – CONCULT, justificando a sua constituição e a personalidade jurídica, bem como a dinâmica de funcionamento do mesmo.

No oitavo e último capítulo, foi feita a análise e discussão dos resultados obtidos através das entrevistas realizadas com Conselheiros do CONCULT, apresentando por meio de categorias, as ideias chaves que foram extraídas e analisadas, utilizando como procedimento analítico a Análise Temática.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tratará sobre os procedimentos metodológicos do trabalho, detalhando o campo de investigação e seus sujeitos, os instrumentos de coletas de dados e os procedimentos analíticos.

De acordo com a natureza do objeto de pesquisa, cujo objetivo geral é a análise da prática de um Conselho de Cultura instalado na região do Nordeste de Amaralina, é primordial compreender as abordagens de estudo sobre a cidade e as suas relações que estão imbricadas a partir de processos desagregadores como os problemas sociais enfrentados, a exemplo das ausências de infraestrutura, desigualdades e outros problemas sociais de países emergentes.

Esta dinâmica urbana nos dá pistas sobre possíveis mudanças que ocorrem na apreensão do espaço urbano, cujo olhar de pesquisador deve estar descondicionado para mirar de perto e por dentro de toda esta engrenagem. Assim, emerge a necessidade de uma pesquisa qualitativa de natureza **etnográfica**, dentro deste objeto dissertativo, como melhor metodologia para compreensão destes fenômenos.

Quanto aos problemas urbanos citados acima, principalmente em bairros considerados como periféricos, a pesquisa etnográfica é uma saída pela sua natureza de análise antropológica, onde se permite efetivá-la a fim de entender espaços, personagens, equipamentos e conflitos.

Assim, houve a necessidade de uma imersão contínua no campo de estudo, a fim de compreender melhor a realidade do objeto, bem como elementos essenciais que ficariam descobertos em uma pesquisa de cunho quantitativo, por exemplo, o que elimina qualquer tipo de olhar ingênuo e estereotipado do senso comum.

Contudo, através desta pesquisa etnográfica, foi possível afastar o olhar familiar e condicionado, estranhando aquilo que se parece óbvio, ao realizar uma pesquisa em um campo dinâmico e contemporâneo a fim de identificar, analisar e compreender as peculiaridades dos atores sociais em seus diferentes e múltiplos arranjos coletivos.

## 2.1 O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E SEUS SUJEITOS

Para a presente pesquisa de natureza etnográfica, o recorte do trabalho de campo limitou-se diretamente ao Conselho de Cultura Popular (CONCULT) da região do Nordeste de Amaralina, em Salvador, Estado da Bahia, uma vez que o objetivo da pesquisa é analisar a prática do referido Conselho instalado na comunidade local. A região do Nordeste de Amaralina pertence a região administrativa VII da cidade de Salvador. É cercada por bairros de classe média alta, a exemplo dos bairros da Pituba, Itaigara e Rio Vermelho. A sua topografia é acidentada, caracterizada por morros e vales.

O Conselho de Cultura Popular da região do Nordeste de Amaralina – CONCULT é uma entidade comunitária não governamental que foi constituída em 2007 e surgiu da própria vontade da população de criar um espaço democrático que pudesse dialogar com o poder público quanto a promoção de atividades culturais, bem como sugerir demandas de ações artísticas/culturais para a comunidade, que pudesse minimizar os problemas sociais que emergem da violência e da criminalidade.

A partir de agosto de 2015 foi iniciada as andanças pela região, a fim de melhor compreender o objeto de estudo para validação desta etnografia urbana. No decorrer destas visitas, sempre contei com o auxílio de um morador do bairro ou os próprios conselheiros do CONCULT, tendo em vista que por se tratar de um “estranho” que invadia o espaço alheio, não poderia deambular na região sem a presença de algum membro da própria comunidade.

Na medida do possível, comecei a internalizar os códigos convencionados pela própria população. Geralmente, realizava o trajeto Pituba (residência) até a região a pé, uma vez que muitos taxistas se negaram a realizar o trajeto na comunidade devido ao receio que possui da área. Assim, caso necessitasse de utilizar um serviço de taxi dentro da comunidade, deveria solicitar aos moradores alguma indicação de taxista, desde que este fosse membro da própria comunidade.

Outros códigos que também comunicam mensagens dentro da região é a proibição de motoristas utilizarem o farol alto do veículo, bem como motociclistas usarem capacete. A dinâmica é que as pessoas que frequentam a comunidade devam ser vistas. Nas subidas das ladeiras, também deveria diminuir o ritmo do passo, para permitir a visualização daqueles possíveis traficantes que se instalavam

nas esquinas transversais, como maneira de identificar a entrada da polícia, por exemplo.

No último dia da pesquisa, ao deambular pela região a fim de realizar o trajeto de minha residência, fui informado que houve um tiroteio próximo ao campo de futebol do “Natureza”, o que pude presenciar um certo pânico por parte da população local, principalmente pela ação incisiva da Polícia Militar ao realizar o procedimento de ronda.

Atualmente, diversas manifestações artísticas estão cadastradas no CONCULT, tendo o apoio do Conselho para viabilizar atividades que beneficiem a comunidade. Os segmentos artísticos são: grupos de capoeira, grupos de teatro, hip hop, ballet afro, street dance, samba junino, grupos carnavalescos, fanfarra, grafite, grupos de bonecos e outras manifestações populares.

## 2.2 OS INSTRUMENTOS DE COLETA

Para a coleta de dados desta pesquisa, foi utilizada a entrevista estruturada que ocorreu individualmente com os membros do Conselho de Cultura, tendo como objetivo analisar a prática e a dinâmica do CONCULT na comunidade local.

Antes da entrevista, o pesquisador preparou um tópico guia, cobrindo os temas centrais e os problemas da pesquisa. A entrevista iniciou com alguns comentários introdutórios sobre a mesma, a exemplo do objetivo e uma prévia solicitação para captar o áudio do entrevistado, além da entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O levantamento de dados foi realizado no período compreendido entre 16 a 21 de maio de 2016. No dia 17 de maio, o pesquisador foi convidado para assistir a uma reunião ordinária do Conselho que ocorreu na Escola Municipal Teodoro Sampaio, do Bairro Santa Cruz, tendo como pauta a discussão de um edital de cultura. Na oportunidade, fui apresentado formalmente aos presentes Conselheiros, porém, não houve a reunião por falta de quórum, estando presentes somente 03 Conselheiros.

A gravação das entrevistas foi iniciada no dia 20 de maio, de modo individual, em uma reunião extraordinária, estando presentes 05 membros do Conselho. A reunião ocorreu na Escola Municipal Teodoro Sampaio, porém, naquele



dia, os estudantes foram liberados de suas atividades, pois um aluno da escola havia falecido e outro estava gravemente hospitalizado, após serem envolvidos em um incidente.

Ao total, foram entrevistados cinco Conselheiros e estes foram escolhidos pelo tempo de atuação no Conselho de Cultura, bem como a sua representação em algum grupo ou manifestação cultural. Outro fator de escolha foi a disponibilidade e o interesse destes entrevistados em participarem da pesquisa científica. A caracterização socioeconômica dos entrevistados está exposta na tabela abaixo.

Tabela 1 - Caracterização Socioeconômica dos Entrevistados

<b>ENTREVISTADO</b>	<b>SEXO</b>	<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>
A	Feminino	30 a 35 Anos	Graduação Completa
B	Feminino	40 a 45 Anos	2º Grau Completo
C	Feminino	50 a 55 Anos	2º Grau Completo
D	Masculino	40 a 45 Anos	Pós Graduação
E	Feminino	30 a 35 Anos	Graduação Completa

Fonte: Elaboração do Autor (2016).

O roteiro de entrevista (em anexo) foi elaborado a partir do objetivo geral e objetivos específicos desta pesquisa, sendo divididos em oito blocos. No primeiro bloco foram contidas perguntas para a caracterização socioeconômica do entrevistado, a exemplo de escolaridade, idade, renda e religião.

No segundo bloco, foram questionados aspectos relacionados a cronologia do entrevistado frente a atuação do Conselho, como o ano de ingresso e o tempo de permanência na instituição. Já no terceiro bloco, concentra-se perguntas sobre pertencimento, a exemplo da relação do Conselheiro com o bairro, bem como a sua impressão sobre a região.

No quarto bloco, foram explorados aspectos da relação do Conselheiro com o Conselho, sendo questionada a função do Conselheiro e como foi escolhido para ser Conselheiro, por exemplo. No quinto bloco de perguntas, o pesquisador indaga sobre a estrutura, o funcionamento e a dinâmica do Conselho. As perguntas foram concentradas em tópicos que abordam as atividades do Conselho, a condução das reuniões e frequência dos Conselheiros.

No sexto bloco, foi indagada a relação do Conselho com a região, a exemplo do envolvimento da comunidade com as ações do Conselho, bem como a relação desta população com as demandas culturais. No sétimo bloco, as perguntas são relacionadas às ações e impacto destas na comunidade, tendo como questionamento a contribuição destas ações para a vida dos moradores da região e análise das atividades culturais que estão sendo desenvolvidas atualmente.

Já no oitavo e último bloco, o pesquisador formula questões relacionadas às perspectivas das ações do Conselho, como as dificuldades enfrentadas pelo Conselho, o diálogo com a esfera pública e política, as conquistas alcançadas e os projetos para a comunidade que ainda não foram efetivados.

Outro instrumento de coleta de dados utilizado que contempla a natureza da pesquisa etnográfica foi o registro efetuado no diário de campo. Durante as visitas na comunidade o pesquisador pode registrar as impressões que teve em suas andanças pela comunidade, bem como as conversas informais com moradores e entrevistados. Além do diário de campo, o pesquisador também lançou mão de registros fotográficos (vide anexos).

## 2.3 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

Para análise desta pesquisa qualitativa, optou-se em utilizar a Análise Temática, a fim de melhor compreender o posicionamento dos entrevistados, por meio da identificação, análise e categorização dos temas, permitindo apresentar tais dados de modo substancial, porém, carregado de sentidos. “O tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura.” (BARDIN, 1977, p. 105).

A fim de melhor efetivar-se tal procedimento de análise, foi realizada a transcrição das entrevistas, a partir da escuta dos áudios dos entrevistados. Ao total, foram captados 135 minutos e 34 segundos de entrevistas, o que corresponde a 02h e 15 minutos de áudio. Após a transcrição foi realizada a textualização, ou seja, o tratamento linguístico e ortográfico para melhor compreensão e organização das ideias, em seguida, foi feita a decomposição temática, cujo objetivo foi de apreender os sentidos e convertê-los em ideias chaves. Após a decomposição, realizou-se a categorização das temáticas e a construção de uma narrativa.

Realizar uma análise temática significa desvelar os 'núcleos de sentido' que formam a comunicação e, mediante o aparecimento ou frequência de aparição de palavras (temas) estes podem traduzir um sentido para o objeto estudado. Assim, com o auxílio da plataforma tecnológica *Word Counter*, foi possível categorizar as ideias chaves por meio da recorrência dessas palavras no discurso dos entrevistados, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 2 - Frequência de palavras recorrentes em discurso

<b>PALAVRA</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Conselho	68
Projeto	40
Cultura	23
Comunidade	15
Mídia	14
Trabalhador	13
Educação	13
Bairro	11
Violência	10
Jovens	10
Carnaval	10
Reuniões	10
Financiamento	08
Governo	08
Envolve	07
Conselheiros	06
Saúde	05
Consegue	05
Colegiado	04
Risco	03
Acabou	03
Ausência	03
Discriminação	02
Orgãos	02

Fonte: Elaboração do Autor (2016).

Neste sentido, após a análise das palavras e das ideias chaves oriundas do *Word Counter*, foi extraída as seguintes categorias de análise: **Violência e Criminalidade; Trabalhador; Cultura Local; Saúde e Educação; Conselho e Comunidade e Poder Público**. Estas categorias foram analisadas no capítulo oito, onde o pesquisador lançou mão de outra ferramenta tecnológica denominada de *Wordle.net* e construiu uma nuvem de palavras a partir dos discursos dos entrevistados.

A nuvem de palavras expressa a importância da mesma no discurso de acordo com o seu tamanho na figura, o que, por conseguinte, oportunizou realizar um cruzamento com a ferramenta *Word Counter* e reforçar a escolha da categoria. As imagens geradas pela nuvem compõem uma ilustração imagética e a sua disposição arquitetural por repetição no discurso, foi criada para melhor compreender o sentido da alocução dos entrevistados.

Outro procedimento analítico utilizado foi a construção de um organograma, sendo construído horizontalmente de acordo com as palavras extraídas do *Worle.net* para organizar a narrativa de forma hierárquica. Por fim, a narrativa foi construída através dos fragmentos dos depoimentos dos entrevistados, reforçada com dados, imagens e referenciais utilizados neste trabalho dissertativo, a fim de dar sustentação ao discurso dos entrevistados-conselheiros e culminar com os objetivos propostos por este trabalho.

### 3 O CARÁTER POLISSÊMICO DO CONCEITO DE CULTURA

Este capítulo fará uma discussão acerca do conceito de cultura, apresentando a sua constituição histórica e polissêmica.

Discutir “cultura” é algo desafiador para qualquer pesquisador. Devido ao conceito polissêmico do termo, faz necessário delimitar a abordagem conceitual, a fim de melhor explicitar os seus sentidos. O termo cultura perpassa por diversos campos da ciência, a exemplo da antropologia, comunicação, sociologia e economia. Cada área abarca uma carga de referenciais, cujo enfoque é direcionado para melhor entender a sua relação histórica e a interface destes conceitos no campo da modernidade. Assim, faz-se necessário a análise do percurso semântico da palavra “cultura” para em seguida, permitir a entender o seu conceito, baseado nos referenciais da idade média francesa.

Apesar do século XVIII ter sido marcado pela conceituação do termo no sentido mais moderno, desde o ano de 1700 a palavra já era registrada no vocabulário francês. Cuche (1999) destaca que a expressão advém do termo latim *cultura* cujo significado atribui ao cuidado com o campo ou ao gado. Já nos fins do século XVIII, aparece para designar uma parte de terra cultivada. Segundo Cuche (1996) o termo no início do século XVI perde o significado de algo cultivado e passa a assumir uma ação, ou seja, o cultivo da terra. “Somente no meio do século XVI se forma o sentido figurado e “cultura” pode designar então a cultura de uma faculdade, isto é, o fato de trabalhar para desenvolvê-la” (1999, p. 19).

A partir do século XVIII há um desdobramento para o conteúdo semântico da palavra, no qual perpassa pela metáfora do termo da cultura da terra à cultura do espírito, consagrado no latim clássico pelo sentido figurado<sup>1</sup>.

De maneira progressiva, o termo “Cultura perde os seus complementos e começa a ser empregado para designar a “formação” e a “educação” do espírito. Depois, em um movimento inverso ao que foi abordado anteriormente, substitui-se a expressão “cultura” como ação (ação de instruir) a “cultura” como estado: estado de espírito cultivado pela instrução; estado do indivíduo “que tem cultura (CUCHE,

---

<sup>1</sup> O termo “cultura” no sentido figurado começa a se impor no século XVIII. Ele faz sua entrada com este sentido no Dicionário da Academia Francesa (edição de 1718) e é então quase sempre seguido de um complemento: fala-se da “cultura das artes”, da “cultura das letras”, da “cultura das ciências”, como se fosse preciso que a coisa cultivada estivesse explicitada (CUCHE, 1999, p. 20).

1999). Para os pensadores iluministas, a cultura estabelece como um caráter distintivo da espécie humana, sendo o acúmulo de saberes que são transmitidos pela humanidade ao longo de sua história.

No Século XVIII, a palavra associa-se às ideias de progresso, evolução, educação e razão, sendo estas as discussões iluministas do período. Daí, a ideia de progresso pregada pelo movimento está ligada a “instrução”, ou seja, da cultura. Assim, a palavra “cultura” começa a dialogar com outra expressão que ganhou força no período: a “Civilização”, cujo conceito também se fundamenta na mesma concepção, porém, “cultura” evoca os progressos individuais e “civilização” os progressos coletivos.

Quando se aproxima o termo cultura à instrução, percebe-se que esta relação dialoga diretamente com o sentido de “instrução intelectual”, o que se pode interpretar que os seres irracionais sem tal instrução intelectual, seriam automaticamente, seres sem cultura, pois seriam indivíduos não dotados de saberes formais.

A Alemanha foi outro país que corroborou para a constituição de outro sentido da expressão cultura. O termo Kultur no sentido mais figurado, aparece ainda no século XVIII na língua alemã, cujas características conversam com os princípios etimológicos franceses, principalmente pelo fato da corte alemã imitar a maneira civilizada da corte francesa. Segundo Cuche (1999), Kultur vai evoluir rapidamente em um sentido mais restritivo.

A idéia alemã de cultura evolui então pouco no século XIX sob a influência do nacionalismo. Ela se liga cada vez mais ao conceito de "nação". A cultura vem da alma, do gênio de um povo. A nação cultural precede e chama a nação política. A cultura aparece como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio" de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade. (CUCHE, 1999, p.28).

O debate entre França e Alemanha entre os séculos XVIII e XX é um modelo inicial de duas concepções de cultura, uma particularista e outra universalista, cuja gênese faz parte das discussões e definições no campo das ciências sociais contemporâneas. Esse debate foi expandido na criação das disciplinas científicas de sociologia e etnologia, tendo a primeira concepção etnológica atribuída ao antropólogo britânico Edward Burnett Tylor. Com uma concepção universalista da cultura, Tylor (apud CUCHE, 1999) afirma que cultura e

civilização em um sentido etnológico mais vasto, se caracteriza como algo complexo no qual relaciona-se conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade.

Mais uma vez, a relação entre "cultura" e "civilização" é discutida no campo das ciências sociais e Tylor atribui que tal relação é uma característica do contexto da época. Caso seja privilegiado o termo "cultura", é por compreender que "civilização", mesmo em um sentido puramente descritivo, perde seu caráter de conceito operatório desde o momento em que é aplicado às sociedades "primitivas".

A etimologia da palavra civilização remete à constituição das cidades e o sentido que a palavra tomou nas ciências históricas marca as realizações materiais, pouco desenvolvidas nessas sociedades. "Cultura", para Tylor, na nova definição dada, tem a prerrogativa de ser uma palavra neutra que permite pensar a humanidade e romper com a abordagem dos "primitivos que os transformava em seres à parte (CUCHE, 1999).

Assim, Tylor defendia o evolucionismo da cultura no que consiste uma escala evolutiva de avanço cultural que as sociedades primitivas deveriam percorrer a fim de alcançar o nível de uma sociedade civilizada.

Partindo de uma concepção de cultura mais particularista, Franz Boas (apud CUCHE, 1999) vai de encontro com o conceito evolucionista de Tylor, sendo o primeiro antropólogo a realizar pesquisa de observação direta de culturas primitivas. Considerado o inventor da etnografia, Boas considerava que a diferença entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial. "Ao contrário de Tylor, de quem ele havia, no entanto, tomado a definição de cultura, Boas tinha como objetivo o estudo "das culturas" e não "da Cultura", havendo o emprego do termo "culturas" no plural, o que desmistificaria a abordagem de cultura enquanto conceito universal. (CUCHE, 1996, p.42)

O relativismo cultural e a concepção particularista de Boas foi outra contribuição no campo das ciências sociais. Ele acreditava que cada cultura é única e específica, no qual representava uma totalidade singular.

Cada cultura é dotada de um "estilo" particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas desta maneira. Este estilo, este "espírito" próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos. Boas pensava que a tarefa do etnólogo era também elucidar o vínculo que liga o indivíduo à sua cultura. (CUCHE, 1999, p. 45).

Este pensamento também é compartilhado por Bourdieu quando ele afirma que a cultura estabelecida por instrumentos simbólicos, exerce um tipo de poder sobre os indivíduos. “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BORDIEU, 1989, p.8).

Mediante as diversas abordagens e interpretações do termo cultura, algumas tratadas neste estudo em um recuo histórico minucioso, percebe-se que no campo da modernidade existem três concepções fundantes acerca do entendimento da cultura, a saber:

1) cultura enquanto modos de vida que caracterizam uma coletividade. Segundo Botelho (2001) esta abordagem conceitua a cultura como um sistema de signos criados pela interação social dos indivíduos, que formam seus modos de sentir, pensar; criam suas identidades e constroem seus valores.

2) cultura como obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento. Aqui tal concepção é entendida enquanto produção de bens e serviços de consumo, formando uma cadeia produtiva dentro de um circuito econômico.

A profusão das 'indústrias', dos mercados e dos produtos culturais na atualidade; o acelerado desenvolvimento das sócio-tecnologias de criação e produção simbólicas; o aumento inusitado dos criadores; o surgimento de novas modalidades e habilidades culturais; a concentração de recursos nunca vista neste campo sugerem não só a importância do campo cultural na contemporaneidade, mas abrem, sem garantir, perspectivas de uma rica diversidade (multi)cultural e possibilidades de reorganizações da cultura. (RUBIM,1997, p.114).

Quanto ao advento da economia criativa, percebe-se que além das atividades tradicionais da cultura já consagradas a exemplo do teatro, dança e música, outros setores também ganharam notoriedade dentro das indústrias criativas, principalmente relacionados a tecnologia. Contudo, quando existe uma relação entre cultura e mercado, no qual pode ocorrer dois fenômenos distintos: a mercantilização da cultura, quando as atividades culturais visam o lucro comercial e passam a ser distribuídos em massa para atingir tal objetivo; e a culturalização da mercadoria quando objetos do cotidiano ganham valor simbólico, a exemplo de lugares que ganham notoriedade através do marketing turístico.



3) Cultura como fator de desenvolvimento humano quando o campo da cultura se relaciona com o campo social. Este entendimento possibilita que as atividades culturais sejam capazes de provocar atitudes críticas e o desejo de atuar politicamente; nas atividades terapêuticas e da saúde; enquanto ferramenta pedagógica/educacional; no enfrentamento dos problemas sociais; na diminuição da violência e na emancipação humana.

A cultura pode ser vista como “parte de la socialización de las clases y los grupos em la formación de las concepciones políticas y em el estilo que la sociedade adopta em diferentes líneas de desarrollo”. Neste sentido, percebe-se a importância do papel da cultura enquanto ferramenta promotora do desenvolvimento humano (CANCLINI, 1987, p.25).

Tendo em vista a relevância da cultura como parte central dos anseios da população e do desenvolvimento social que ocorre através de ações *in loco*, a cultura deve ser vista pelos órgãos públicos com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, bem como promover a satisfação de suas necessidades culturais, cujo resultado colabora para uma transformação social. Segundo Canclini (2006) a cidadania cultural é um conceito de gestão das ações cuja população é o alvo das políticas públicas e maior conhecedora de suas reais necessidades.

Neste sentido, a população deve socializar as responsabilidades com o Estado no que se refere a elaboração e execução de políticas públicas de cultura, com vistas para a melhoria social. Assim, o Estado deve identificar às diversas manifestações culturais, os grupos comunitários representativos, os agentes de disseminação reconhecidos nos pontos de cultura, havendo uma descentralização das ações culturais e uma aproximação com a população por meio dos seus espaços de origem e locais onde residem.

#### 4 ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA

O quarto capítulo discutirá a dinâmica do espaço urbano e a relação da cidade formal e informal, bem como a compreensão das favelas e periferias e o crescimento destes aglomerados em Salvador.

As discussões entre centro e periferia perpassam os estudos, dados e pesquisas no campo da arquitetura e urbanismo, geografia ou ciências sociais aplicadas. Devido a profusão de aplicações de conceitos nestas ciências, torna necessário (re)discutir a abrangência e especificidade destas áreas, a fim de compreender a produção do espaço urbano no contexto da pós-modernidade.

A partir da década de 60, com o crescimento a população urbana no Brasil, e conseqüentemente, com a expansão das periferias e favelas, a ocupação do espaço urbano por camadas subalternas ganha notoriedade nos campos de estudos da *urbe* no país, principalmente com as favelas do Rio de Janeiro, tendo em vista as mudanças ocorridas nos cenários políticos e urbano.

Para Rosa (2006) os primeiros estudos de gênese acadêmico das favelas cariocas se fizeram no contexto do debate sobre a articulação entre a “teoria da marginalidade social” e a ideia de uma “cultura da pobreza”. Já os estudos acadêmicos referentes às periferias paulistanas, superam este estigma e discute fatores como a teoria da acumulação capitalista.

Assim, as moradias populares ganham corporeidade dentro das categorias de análise de trabalhos acadêmicos sobre o espaço urbano, sobretudo na relação dicotômica entre cidade/favela e centro/periferia. Estas discussões refletiram na investigação da produção e apropriação da urbe pós-moderna, bem como na construção de estudos que tratam da cidade ilegal, cidade informal ou cidade clandestina versus a cidade legal, formal, oficial.

No estudo das periferias e favelas percebe-se que essas interpretações dicotômicas estariam presentes em toda a gênese conceitual. De acordo com Rosa (2008) esses fenômenos urbanos seriam o ‘avesso’: territórios à parte, sem lei, sem Estado, sem urbanidade. Lançados em sentido oposto aos discursos e práticas normatizadoras da sociedade – urbanísticos, jurídicos, políticos, entre outros – esses espaços seriam o extremo avesso da ordem e da formalidade da cidade.

Lago (2003) acrescenta que os espaços da pobreza nas cidades são legitimados socialmente, sob a égide de uma concepção dual, cuja expressão se dá

por diferentes polaridades, tais como: formal-informal, integrado-excluído, favela-bairro, centro-periferia, sempre tendo a questão da “ilegalidade” como um dos “critérios diferenciadores” desses supostos polos.

Neste sentido a construção imagética acerca da moradia das classes desfavorecidas é marcada pelas “ausências”, a exemplo das ausências de planejamento, cidadania, ordem, leis, estado, direito e até mesmo a ausência de cidade. Estas marcas são reforçadas pelo discurso midiático, havendo uma reprodução destes estereótipos no imaginário social.

Segundo Santos (2001) a cidade é o único lugar de onde se pode contemplar o mundo com a esperança de produzir um futuro. Santos (2001) traz uma contribuição quanto a apreensão do espaço urbano, no tocante a natureza do espaço, suas divisões e transformações que refletem no modo de como as pessoas se relacionam. O conceito de *fixos* e *fluxos* busca compreender as relações entre espaço e sociedade e sua construção no que se refere à urbe.

Compreendem-se como fixos, (SANTOS, 1994), os objetos materiais, isto é, aquilo que é concreto, material, que sofreu um processo de mudança ou criação humana e passou a adquirir uma função, um sentido. Além disso, Santos faz outras exposições acerca dos fixos, especialmente quando se refere dos fixos públicos e privados dentro do espaço urbano, no qual o autor afirma que:

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócios, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas, e outros lugares de lazer. Mas se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo os princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro. (SANTOS, 2007, p.142).

Já o conceito de fluxo, define-se como a dinâmica que dá força aos fixos. Assim, Santos (2008, p.62) define que “os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modifica”. Baseado nestas categorias de estudo, a cidade e o urbano permite compreender outro conceito que surge a partir da dinâmica de fixos e fluxos, fazendo da cidade um teatro de

complexas relações. Trata-se da lugaridade<sup>2</sup> que Reis (2008) interpreta como uma categoria epistemológica que permite chegar ao caráter interativo e encontrar a dimensão pragmática de diferentes imaginários da cidade.

Para avançar na conceituação da formação do espaço urbano, no tocante a apreensão do espaço público, necessita-se compreender as novas representações sócio espaciais a partir das mudanças e do dinamismo que emerge das discussões entre tempo e espaço. Foucault (2013) reforça as discussões acerca do tempo e do espaço e os fatores que estão imbricados nas relações de poder entre espaços dominantes e espaços dominados. Foucault (2013) aponta que a época atual será, sobretudo, a época do espaço, na época do próximo e do distante, do lado a lado, do disperso. O mundo vivencia um momento no qual se faz sentir, menos como uma grande vida que se desenvolverá através dos tempos do que como uma rede que liga pontos e que entrecruza seus laços.

Todavia, o autor ainda alerta sobre as possíveis mudanças que pode haver entre os atores, objetos e arranjos, sendo esta ruptura relevante para a relação entre Estado e sociedade, promovendo outra possibilidade que não seja aquela baseada no controle. A partir daí, Foucault elabora uma ideia de heterotopia, cuja denominação se baseia nas diversas representações de conflitos em uma mesma área. Para Foucault (2013) existiriam espaços que devido o agrupamento de atores e de significados, poderiam ser caracterizados pela inversão, suspensão, ou neutralização da ordem social.

Sob esse raciocínio, Foucault completa sua ideia alocando a heterotopia como o oposto do conceito de utopia. Se ele conceituava a utopia como um “espaço irreal” (imaterial) que transcorria todos os outros, requerendo uma disposição harmônica, a heterotopia, por sua vez, seria um espaço sólido no qual todas as representações se achariam presentes, originando contestações, fragmentações e inversões de regras devido aos seus conflitos. Segundo Foucault (2013) existem lugares que foram desenhados pela própria instituição da sociedade, e que são tipos de contralocalizações, sendo uma oposição as utopias. :

---

<sup>2</sup> A 'lugaridade' apresenta-se como categoria epistemológica responsável pela possibilidade de 'ver-a-cidade' que, por sua vez, permite distinguir o local e o lugar: o primeiro atua como referência da paisagem, o segundo é o pólo cognitivo onde se podem apreender usos e sentidos e através dos quais é possível construir uma arqueologia da cidade e migrar da constatação sociológica para a dimensão comunicativa que assinala sua história (REIS, 2008, p.2).

Contudo, o autor acrescenta que a constituição de espaços heterotópicos descontrói a organização espacial, a partir das relações claras e de dominância, sendo salutar para a renovação social, ainda que não ocorra de maneira ordenada.

Quanto a abordagem geográfica da heterotopia, outros autores também contribuíram para o entendimento do conceito, a exemplo de Relph (1991), que critica os limites da geografia moderna ao comentar e interpretar o conceito de heterotopia como:

[...] espaço no qual é impossível o desenho de centros, fronteiras e regularidades precisas. [...] é plural, caótica, desenhada em detalhes ainda que não possua fundações ou princípios universais, mudando continuamente, ligada por fluxos de informação sem centralidade. [...] está marcada por profundas desigualdades sociais. Torna duvidosa a maior parte dos modos convencionais de pensar as paisagens e os modelos geográficos. (RELPH, 1991: 104-105).

Já Harvey (2000), critica o pensamento de Foucault, ao entender que tais formações serviriam para desconstruir a modernidade, indo de encontro com o compromisso da Geografia com a ordem institucional, ao entender que a lógica espacial da heterotopia não seria positivo para a reorganização social.

De modo oposto, Soja (1993) alerta quanto à importância da heterotopia para a superação do olhar moderno no espaço urbano, sendo estes espaços denominados de espaços de resistência. Segundo Soja (1995), a natureza de um espaço heterotópico deve ser expressa por meio da maneira pela qual formas, comportamentos e significados se convencionam de modo atípico para compor uma espacialidade distinta das previstas pela lei e pelos costumes politicamente aceitos.

Mas ainda segundo Foucault (2013) o conceito de heterotopia consiste na ideia que algo deva fugir da normalidade, do convencional, das leis e do cotidiano. Para Foucault as heterotopias ocorreriam quase sempre em espaços fechados, para garantir certo grau de isolamento que afaste a possibilidade do controle social por parte do Estado.

Quanto a aplicação do conceito de heterotopia na área de planejamento urbano, os autores deixam claro que tal conceito vai de encontro aos espaços públicos, tendo em vista que estes necessitam do ordenamento espacial e social como característica básica do planejamento, uma vez que a heterotopia conceitua-se como uma ação não planejada, não lançando perspectivas futuras, valendo-se do esforço em suprir necessidades da vida cotidiana.

De acordo com Valverde (2007) no espaço heterotópico, os atores sociais não estariam preocupados em formalizar as suas demandas por meios de instituições públicas, pois essa mediação implica em despesas e limites que comprometem a liberdade adquirida. Com isso, o jogo das representações tende a protelar, dividir e questionar qualquer iniciativa pública formal para retomar as rédeas do controle social.

Apesar da constituição das favelas serem uma problemática que atinge os padrões de urbanização do país desde o início da década de 60, do século XX, os arquitetos e planejadores urbanos tem dificuldade de compreender a arquitetura dessas comunidades. De acordo com a pesquisadora e arquiteta Paola Berenstein Jacques (2001) “deparamo-nos em um campo com um universo espaço temporal completamente diferente daquele a que estamos habituados”. (Jacques, 2001, p.13).

De acordo com Jacques (2001) nos novos arranjos de planejamento urbano, os arquitetos passaram a intervir nas favelas existentes visando a transformá-las em bairros. Esta lógica racional impõe sua própria estética, quase sempre a da cidade formal. Para que se torne possível a boa integração com o resto da cidade, a favela deve se tornar um bairro formal comum. Sobre a padronização estética das favelas nos padrões da cidade formal, Jacques faz as seguintes provocações:

Não seria uma imposição autoritária de uma estética formalista visando à uniformização do tecido urbano? Por que não assumir de vez a estética das favelas sem as imposições estéticas, arquitetônicas e urbanísticas dos atuais projetos de urbanização, que acabam provocando a destruição da arquitetura e do tecido urbano original da favela para criar novos espaços sem identidade própria, dos quais, muitas vezes, a população local se apropria, dos quais, muitas vezes, a população local não se apropria, e que ficam rapidamente deteriorados e abandonados? Por que o modelo do bairro é sempre o exemplo a ser seguido em detrimento do inventivo e rico, tanto cultural quanto formalmente, processo espacial da favela? Por que não buscar respeitar a especificidade da favela, tentando aprender com sua complexidade cultural e riqueza formal? (JACQUES, 2001, p.14).

Na busca de entender os modelos de urbanização, principalmente a compreensão da existência de “duas cidades”, uma formal e outra informal, uma legal e outra ilegal, bem como a formação dos processos de segregação sócio espacial, e na constituição das áreas periféricas e da favela, Valadares (1983) atribui que as principais causas referentes à composição deste cenário, acontecem devido às baixas condições de salários das classes trabalhadores, a especulação

imobiliária, a expulsão dos núcleos por ação de programas de remoção de favelas e renovação urbana, e a expulsão indireta devido a taxaço e legislaço urbana.

Assim, tais condiçoes favorecem o nascimento da cidade informal, cujo resultado é a expulsão da populaço pobre dos centros para a periferia, onde teoricamente, estes espaços estariam condizentes com a sua situaço econômica e social. Neste sentido, a ocupaço destes espaços ainda inabitados, mas muitas vezes ocupados de forma ilegal, nascem sem a infraestrutura de uma cidade formal ou legal.

Para Valadares (1983, p.48) a periferia oferece como fator de atraço a 'informalidade'. "Esta informalidade está presente nas relaçoes sociais entre loteadores, corretores e compradores, permitindo à classe trabalhadora fazer e desfazer contratos informais e solucionar problemas por relaçoes face a face". As relaçoes de formaço da cidade clandestina e invisível incitam a populaço a construir a sua própria cidade, por meio de conflitos, obrigando os seus moradores a arcar com todos os custos para a sua inserço e permanência nestes espaços previamente construídos. Contudo, esta apropriaço do espaço urbano também conta com a conivência do Estado, que segundo Panizzi (1989), propicia relaçoes de clientelismo com os residentes locais destes lugares<sup>3</sup>.

Mediante este panorama, é sabido que o aumento desta dimensão da ilegalidade urbana no contexto atual, reforça a abordagem dicotômica quanto a produço e (re)produço do espaço urbano, no qual evidencia-se as disparidades sociais, econômicas e culturais, estigmatizando as favelas e periferias como lugares de desordem, violência, ilegalidade e carência. No Brasil, a maioria das suas capitais presenciou o crescimento acelerado das populaçoes que vivem em favelas, sendo este bem maior do que o crescimento populacional. Assim, faz-se necessário compreender tal fenômeno urbano e suas implicaçoes na urbanizaço brasileira.

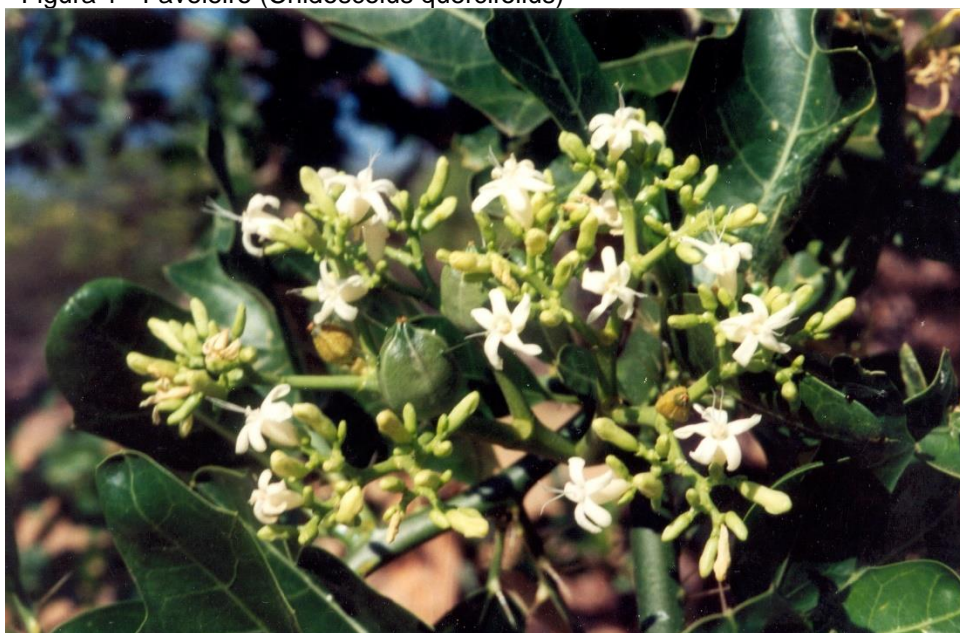
---

<sup>3</sup> [...] as infraçoes às diversas normas são toleradas e, às vezes, incentivadas pelo Estado. Essas práticas sociais 'ilegais' permitem o acesso aos serviços urbanos pela populaço de baixo poder aquisitivo assim como a urbanizaço de bairros 'ilegais' sem investimento público. Essas tolerâncias possibilitam a venda e a rentabilidade econômica de terrenos cuja regulamentação urbanística não permite a urbanizaço. Sobretudo elas propiciam aos homens políticos apoiarem-se nas reivindicaçoes populares por infra-estrutura, por serviços urbanos e pela legalizaço da posse da terra, e, assim, legitimarem sua representaço política nessas áreas. Eles estabelecem, assim, um controle sobre os terrenos ocupados ilegalmente e instauram relaçoes de clientelismo. (PANIZZI, 1989, p. 48).

#### 4.1 ENTENDENDO AS PERIFERIAS E FAVELAS

Segundo Jacques (2001) o termo favela vem do nome de um arbusto conhecido cientificamente como *Jathropa phyllacantha*. Esta planta possui flores brancas e o fruto é uma cápsula que contém sementes oleaginosas, semelhantes às sementes de fava, ganhando notoriedade durante a guerra de canudos. Daí, os nomes "favela", "faveleiro" e "faveleira" (FIGURA 1).

Figura 1 - Faveleiro (*Cnidocolus quercifolius*)



Fonte: Agência Embrapa de Informação Tecnológica.

Algumas favelas possuem nomes de árvores, a exemplo da favela da Mangueira, no Rio de Janeiro. As favelas, no entanto, se desenvolvem mais como o mato que brota nos terrenos baldios. Os abrigos destas favelas ocupam um terreno vazio, da mesma maneira que o mato que nasce discretamente nas bordas e logo acaba ocupando a totalidade de um terreno.

De acordo com Jacques (2001) comumente, a invasão dos terrenos pelos favelados ocorrem em grupos, durante a noite, enquanto a cidade tradicional dorme. Esse tipo de invasão gera uma situação oposta a da cidade formal. A periferia, a linha que separa a favela do resto da cidade, torna-se o centro simbólico. E o centro não é mais um ponto fixo: é uma linha que se desloca.



Segundo Valladares (2005) a favela se caracteriza como um espaço particular e homogêneo de concentração da pobreza na cidade que, “marcado pela irregularidade na ocupação do solo e precariedade em termos de serviços públicos e equipamentos urbanos”, estaria “engrossando a cidade ilegal”.

As periferias e favelas já fazem parte do sistema urbano no Brasil há algum tempo, devido ao crescimento acelerado das cidades e metrópoles. Geralmente, os habitantes dessas comunidades enfrentam restrições no campo econômico, social e político, sobrevivendo com os padrões mínimos necessários.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conceitua as favelas como aglomerados subnormais. Segundo o IBGE (2010) os ‘aglomerados subnormais’ são conjuntos constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) desprovidos, em sua maioria de serviços públicos essenciais, tendo ocupado terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa.

Comumente, a identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios: ocupação ilegal da terra, urbanização fora dos padrões vigentes e precariedade dos serviços públicos essenciais. Ainda segundo o IBGE (2010) os residentes em aglomerados subnormais totalizam 11,4 milhões de pessoas, o que representa 6% da população do país, distribuídas em 323 municípios. Em 1991, esta população somava 4,4 milhões, ou 3,1% do total. Já em 2000, a proporção era de 3,9%, o equivalente a 6,5 milhões de pessoas.

Sobre a distribuição espacial das favelas, pode-se constatar que no sistema urbano brasileiro, a periferia apresenta um maior crescimento populacional no período 1970-2000 (DA MATA *et al.*, 2005b). Quanto aos padrões de favelização nas cinco microrregiões do Brasil, a região Sudeste é a que possui o maior número absoluto de pessoas vivendo em aglomerados subnormais (55,5%), segundo o censo do IBGE (2010) e também o maior percentual de domicílios nestas áreas (49,8%).

A publicação também apresentou, que a região Sudeste possui a maior área ocupada por setores subnormais (33,3%), mas nesse quesito também se destacaram as regiões Norte e Nordeste, com importantes percentuais de áreas ocupadas por setores subnormais, 27,5% e 26,7% respectivamente. Portanto, afirma-se que na Região Sudeste as áreas de subnormais pesquisadas eram mais densas, seguida da Região Nordeste.

Segundo Da Mata *et al.* (2005b), o Norte e Nordeste são as áreas mais pobres do país, portanto, poder-se-ia inferir que as cidades dessas regiões teriam uma maior taxa de formação de favelas vis-à-vis o resto do país.

A tabela abaixo aponta que foi uma das regiões mais ricas do País, a Sudeste, possuiu a maior taxa de formação de favelas e de crescimento da sua população. A região Nordeste apareceu com a segunda maior grandeza. E a Centro-Oeste, de dinâmica mais recente em termos de atração de população e de crescimento econômico apresentou as menores taxas.

As Tabelas 3 e 4, abaixo, apresentam uma evolução da população em favelas das cinco regiões, entre 1980 a 2000, bem como o crescimento da população e da população em favelas (DA MATA *et al.*, 2005b).

Tabela 3 - População e população em favelas das cinco regiões (1980-2000)\*

**População e população em favelas das cinco regiões (1980-2000)\***

Valores absolutos	Norte		Nordeste		Sul		Sudeste		Centro-Oeste	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000
População (a)	1.129.026	2.443.066	11.185.488	18.425.902	9.410.181	15.033.014	36.618.004	53.379.580	4.048.084	7.669.756
Número de residências (b)	202.762	545.923	2.213.146	4.675.337	2.199.934	4.453.812	8.536.614	15.331.714	860.028	2.119.798
População em favelas (c)	62.384	183.750	356.949	1.172.616	119.053	414.518	1.631.847	3.941.288	53.931	63.718
Número de favelas (d)	11.419	42.682	73.035	288.369	26.696	108.444	354.515	1.032.407	10.627	16.877
Porcentagem (%)										
População em favelas (c/a)	5,53	7,52	3,19	6,36	1,27	2,76	4,46	7,38	1,33	0,83
Favelas (d/b)	5,63	7,82	3,3	6,17	1,21	2,43	4,15	6,73	1,24	0,8

Elaboração dos autores a partir dos dados dos Censos de 1980 e 2000.

Obs.: \* Para 123 aglomerações, que incluem 447 AMCs (Áreas Mínimas Comparáveis).

Fonte: Da Mata, D. *et al.* (2005).

Tabela 4 – Crescimento da população e da população em favelas das cinco regiões\*

**Crescimento da população e da população em favelas das cinco regiões\***

Taxa anual de crescimento em 1980-2000 (%)	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Total
População	3,86	2,50	1,88	2,34	3,20	<b>2,20</b>
Número de residências	4,95	3,74	2,93	3,53	4,51	<b>3,30</b>
População em favelas	5,40	5,95	4,41	6,24	0,83	<b>4,77</b>
Número de favelas	6,59	6,87	5,34	7,01	2,31	<b>5,70</b>

Elaboração dos autores a partir dos dados dos Censos de 1980 e 2000.

Obs.: \* Para 123 aglomerações, que incluem 447 AMCs (Áreas Mínimas Comparáveis).

Fonte: Da Mata, D. *et al.* (2005).

Ainda de acordo com (DA MATA *et al.*, 2005b), o número de cidades com mais de 10% da população em favelas aumentou de dois para seis entre 1980 e 2000. A cidade com o maior percentual dos moradores em favelas, em 1980, era Fortaleza (10,2%). Em 2000, Teresópolis ocupou a posição, com 24,1% da sua população habitando em aglomerados subnormais. Examina-se que cidades de maior porte populacional são aquelas que possuem o maior percentual de habitantes em favelas. Comparando as posições nos *rankings* de 1980 e 2000, tem-se que seis cidades permaneceram entre as dez com maior percentual (Fortaleza, Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Manaus e São Paulo) conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 5 – Cidades com maior percentual da população vivendo em favelas em 1980 e 2000  
Cidades com maior percentual da população vivendo em favelas em 1980 e 2000

1980			
Cidade	Região	Valor absoluto	Percentual
Fortaleza	Nordeste	174.885	10,23
Santos	Sudeste	96.229	10,01
Vitória	Sudeste	70.158	9,93
Rio de Janeiro	Sudeste	724.779	8,26
Belo Horizonte	Sudeste	201.471	7,69
Manaus	Norte	62.384	7,07
Recife	Nordeste	101.315	4,18
Campo Grande	Centro-Oeste	11.969	4,10
Salvador	Nordeste	68.574	3,75
São Paulo	Sudeste	466.486	3,71

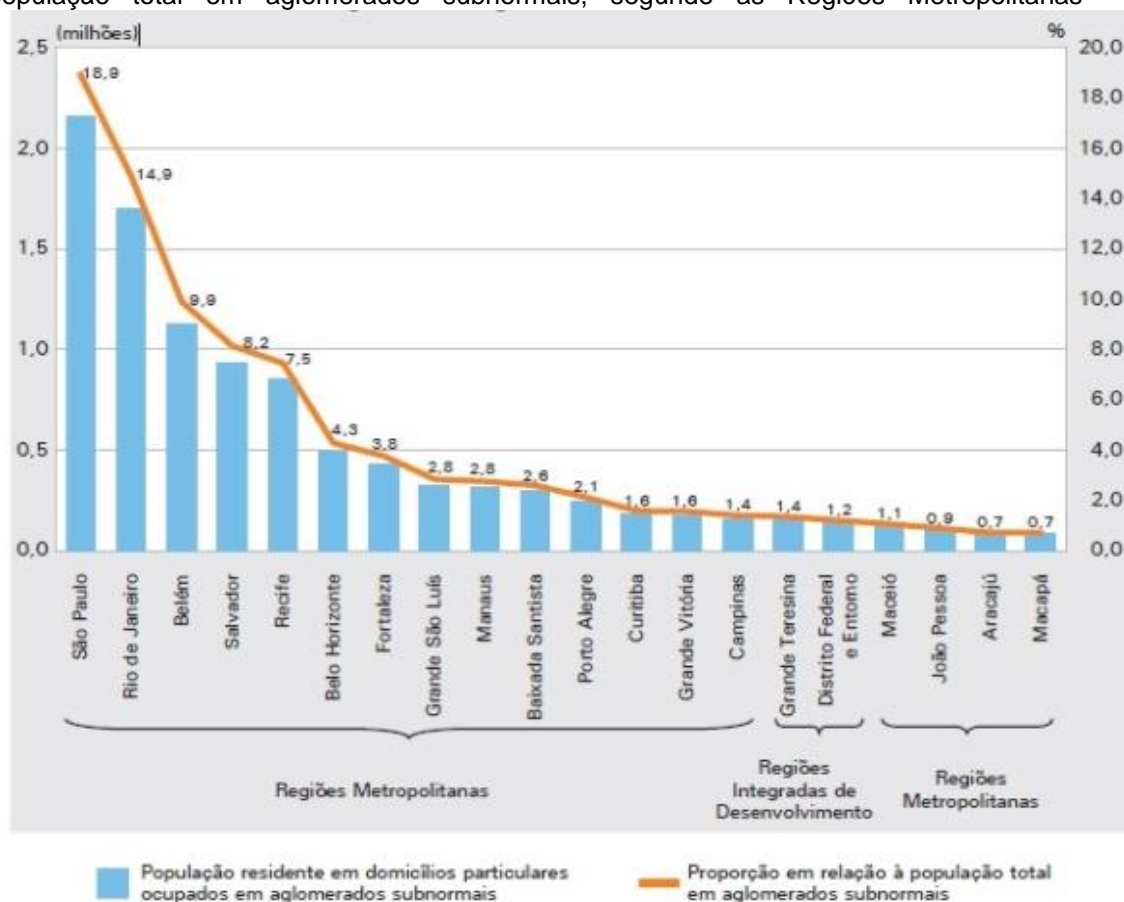
  

2000			
Cidade	Região	Valor absoluto	Percentual
Teresópolis	Sudeste	33.291	24,11
Macaé	Sudeste	21.237	13,72
Santos	Sudeste	19.035	12,89
Fortaleza	Nordeste	361.101	11,77
Rio de Janeiro	Sudeste	1.246.430	11,44
Belo Horizonte	Sudeste	430.404	10,08
Teresina	Nordeste	95.437	9,92
São Paulo	Sudeste	1.666.033	9,32
Manaus	Norte	170.851	9,16
Ilhéus	Nordeste	38.067	8,93

Fonte: Da Mata, D. *et al.* (2005).

Segundo os dados da publicação Censo Demográfico 2010 do IBGE: aglomerados subnormais: primeiros resultados (2011) mostram que de um total populacional de 11 425 644 pessoas residentes em aglomerados subnormais, 59,3% (6 780 071) estão concentrados nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Salvador e de Recife (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição da população em aglomerados subnormais, total e proporção em relação a população total em aglomerados subnormais, segundo as Regiões Metropolitanas - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Aglomerados Subnormais. Informações Territoriais (2013).

Assim, a cidade de Salvador é a quarta capital com a maior população residente em aglomerados subnormais.

#### 4.2 PERIFERIAS EM SALVADOR

Na cidade de Salvador, as primeiras invasões coletivas para efeito de habitação popular ocorreram a partir da segunda metade da década de 40 (Gordilho, 1990). Assim, surgiu a nomenclatura de “invasões” para designar áreas de habitações precárias, ocupadas de modo coletivo e contra a ordem dos proprietários. Com a decadência da economia agroexportadora e a forte crise habitacional que o antecedeu, trabalhadores do campo foram dispensados, havendo

um crescimento da população soteropolitana e conseqüentemente, surge esse novo fenômeno urbano (GORDILHO, 1990).

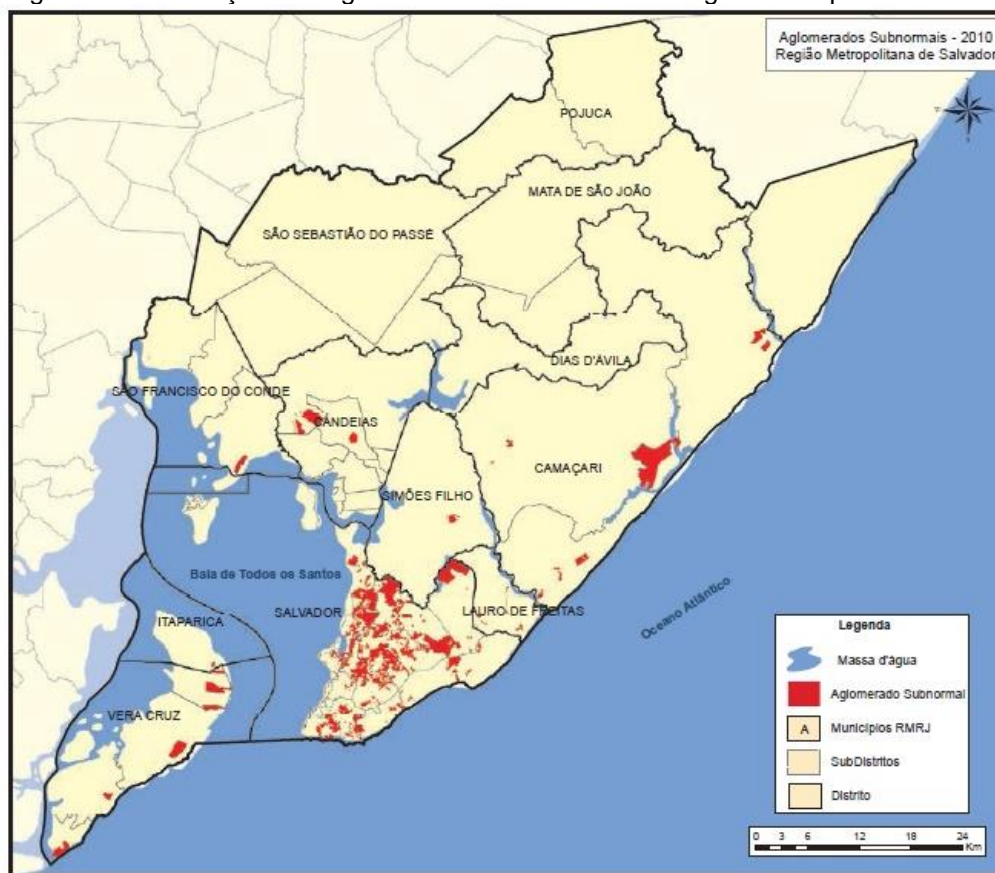
Para Brandão (1978) a expansão periférica gerou quatro tipos de ocupações, sendo elas: a) os trechos degradados das zonas norte e sul de transição do centro da cidade; b) as séries de habitações conhecidas por 'avenidas'; c) os bairros pobres surgidos ou incrementados na primeira metade do século XX; d) as invasões, ou bairros de crescimento rápido que se intensificaram entre os anos 1950-70.

As invasões pioneiras ocorreram em grandes áreas próximas aos antigos bairros populares da cidade. Essas áreas estavam localizadas no bairro da Liberdade, próximo a principal via de acesso à cidade, tanto rodoviária como ferroviária, bem como em área de borda de maré, em Itapagipe, na Cidade Baixa, próximo a zona portuária, principal via de acesso com o Recôncavo Baiano. Entre 1951 e 1960, as ocupações passam a abarcar áreas mais distantes, na orla atlântica, onde já existiam colônias de pescadores (GORDILHO, 1990)

Já entre 1961 e 1970, as ocupações ocorrem em terrenos menos valorizados. As áreas no subúrbio, mais periféricas, passam a ser ocupadas, principalmente aquelas remanescentes de loteamentos populares. Assim, posteriormente, pequenas invasões próximas ao centro da cidade também aumentaram, passando a atingir novos bairros. De 1981 a 1991, as invasões passam a ocorrer praticamente em toda malha urbana, ocupando tanto as áreas valorizadas como periféricas. Deste modo, as invasões passam a ocorrer em qualquer lugar susceptível a este tipo de ocupação.

De acordo com o IBGE (2010) a Região Metropolitana de Salvador é composta por oito municípios e concentra um total de 290 488 domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, cujo somatório é de 1.172 setores censitários, recobrando uma área total de 9 389 hectares. Ainda segundo o censo, a capital concentra 94,9 % do total de domicílios em aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Salvador, porém ao identificar a distribuição destas áreas, outros municípios se destacam em função das grandes extensões ocupadas pelos aglomerados subnormais, como o loteamento Senhor dos Passos, localizado no Município de Camaçari e Fonte do Mato no Município de Vera Cruz (Figura 2).

Figura 2 - Distribuição dos aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Salvador



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Aglomerados Subnormais. Informações Territoriais (2013).

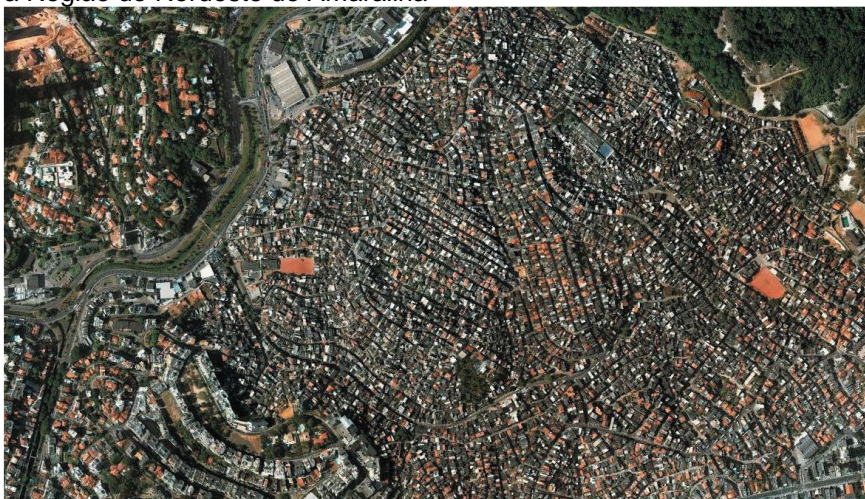
O Município de Salvador está assentado sobre uma península situada na entrada da Baía de Todos os Santos, e sua estrutura urbana é fortemente influenciada pelas peculiaridades do sítio onde a cidade foi implantada, cujo relevo é marcado pela falésia ao longo da Baía de Todos os Santos, vales estreitos e espigões ao norte do município (IBGE, 2010).

Ainda referendando o censo de aglomerados subnormais (IBGE, 2010) o município de Salvador possui em sua malha urbana uma proporção de áreas assinaladas como aglomerado subnormal que se estendem por grandes áreas contínuas. As maiores concentrações foram localizadas ao norte do município, predominantemente áreas de vertentes e fundos dos vales, e ao longo da Baía de Todos os Santos entre as regiões de Itapagipe e dos Subúrbios Ferroviários, que ocupa antigas áreas alagadas. Igualmente foram identificadas grandes concentrações de aglomerados subnormais contínuos próximos à área central de Salvador entre os subdistritos de Vitória (Rio Vermelho e Barra) e Brotas, que correspondem a áreas de ocupação mais antigas.

Sobre as características dos aglomerados subnormais de Salvador o IBGE (2010) afirma que:

As características territoriais dos aglomerados subnormais no Município de Salvador apresentaram um padrão semelhante ao longo de sua extensão territorial. Mais de 85% dos domicílios em aglomerados subnormais ocupavam áreas com predomínio de aclives/declives, exceto nas áreas situadas ao longo dos Subdistritos da Penha e Periperi (entre Itapagipe e os Subúrbios Ferroviários) onde a maior parte dos domicílios em aglomerados subnormais se encontrava em áreas planas, o que favoreceu a presença de arruamento regular predominante. Nos demais Municípios da Região Metropolitana de Salvador foi identificada uma maior quantidade de domicílios em aglomerados subnormais em áreas predominantemente planas, com exceção dos Municípios de Itaparica, Candeias e Simões Filho. (IBGE, 2010).

Figura 3 - Aglomerado subnormal próximo à área central de Salvador, ocupação mais consolidada, com vias principais largas e acesso a transporte público e vias secundárias com ladeiras, escadarias, becos e vielas. Construções com dois ou mais pavimentos em Vale das Pedrinhas, área pertencente a Região do Nordeste de Amaralina



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Aglomerados Subnormais. Informações Territoriais (2013).

O Censo do IBGE (2010) ainda afirma que em relação às condições de acessibilidade interna o município de Salvador com mais de 50% dos domicílios em aglomerados subnormais se encontravam em setores censitários com preponderância de vias de circulação internas que não permitem a circulação de carros e caminhões. Nos distritos de Vitória, Brotas e São Caetano este padrão abrangia mais de 80% dos domicílios. Nos demais municípios da Região Metropolitana de Salvador foram detectados um maior número de domicílios em aglomerados subnormais que possuíam vias de circulação interna que comportam a circulação de carros e caminhões.

Contudo, mesmo com todas as dificuldades encontradas nas áreas periféricas e favelas das grandes cidades, a população residente, ainda que carente de equipamentos e serviços urbanos de qualidade, tem visto uma expansão do processo de urbanização destas áreas, o que possibilita um outro olhar para as áreas informais das cidades brasileiras.

#### 4.3 PERSPECTIVAS DAS FAVELAS E PERIFERIAS

Com o crescimento populacional dos aglomerados subnormais e da população residente em bairros periféricos nas grandes metrópoles das cidades brasileiras, faz-se necessário apresentar algumas características e mudanças que estes novos arranjos habitacionais vem passando, principalmente quanto ao impacto social e econômico nestas localidades.

Como afirma Maricato (2002) os espaços das favelas e periferias compõem-se como um locus privilegiado para as dimensões da “tragédia urbana”. Já Rosa (2006) expõe que abordagens pautadas por análises gerais, levam a conclusões bastante (re)conhecidas, a exemplo da ausência do Estado, a ausência de cidadania e participação, a carência generalizada, a segregação sócio espacial, a violência. Assim, muitas vezes esses fatores retroalimentam o imaginário coletivo e social, (re)construindo estereótipos e tipificações na construção da imagem de cidades caóticas, desorganizadas e carentes de planejamento urbano.

Contudo, estes novos espaços de segregação “socioespacial”, aponta para um novo fenômeno, a exemplo da heterogeneidade social e econômica nas periferias, com o aumento da melhoria das condições de vida dos moradores destas localidades.

Torres & Marques (2001) debatem sobre essas novas formas de segregação urbana, a partir da concepção de que, a despeito dos investimentos públicos alcançados nas últimas décadas nas periferias, ainda persistiriam, em algumas regiões, condições sociais extremas. Assim, para os autores “o entendimento do fenômeno da segregação espacial na cidade” estaria, portanto, “menos dependente da presença ou ausência de equipamentos e serviços, e mais associada à qualidade, à frequência e aos padrões de atendimento diferenciais entre as diversas regiões”.



As periferias metropolitanas hoje seriam ainda mais heterogêneas do que se considera comumente, incluindo espaços já bem servidos e inseridos na malha urbana e outros cuja população está submetida cotidianamente a condições ainda mais adversas do que as vivenciadas nas décadas de 1970 e 1980. Os autores levantam a hipótese da existência de uma espécie de hiperperiferia espalhada entre as periferias crescentemente integradas em termos urbanos (TORRES; MARQUES, 2001)

Sobre as transformações nestes espaços periféricos.

Descobre-se que a cidade é muito mais heterogênea do que se supunha, que seus espaços são atravessados por enormes diferenciações internas, que pobreza e riqueza se distribuem de formas descontínuas, que os novos empreendimentos imobiliários e equipamentos de consumo alteram as escalas de proximidade e distância entre pobres e ricos, que os investimentos públicos realizados nos últimos anos desenham um espaço que já não corresponde ao *continuum* centro-periferia enfatizado pelos estudos urbanos dos anos 80 e que, enfim, somando tudo, se as desigualdades e diferenças existem e aumentaram nos últimos anos, elas se cristalizam em um espaço fragmentado que não cabe nas dualidades supostas nos estudos anteriores. (TELLES, 2006, p.60,61).

Sobre uma suposta crise de conceituação das periferias, Telles (2006) acredita que estes novos arranjos já não dão conta das novas realidades que continuam a germinar, a exemplo de: “hiperperiferia”, “periferia consolidada”, “periferia não-consolidada”, “periferia metropolitana”, “favela consolidada”, “favela urbanizada”, “favela de periferia”, “comunidade”. Este léxico ainda disforme se faz necessário frente aos novos fenômenos urbanos que emergem da crescente diferenciação dos espaços da pobreza nas cidades.

Quanto ao processo desta nova dinâmica nos espaços da periferia, bem como a uma suposta apreensão dentro do espaço urbano das periferias, Caldeira (2000) elucubra sobre um novo modelo de relações entre riqueza e pobreza na cidade, a partir da implantação, nas periferias urbanas – espaços ‘tradicionalmente’ ocupados pelos pobres -, de condomínios residenciais dedicados à população de alta renda. Tratar-se-ia de uma nova modalidade de segregação urbana, cujo pobres e ricos estariam mais próximos espacialmente, mas ainda mais distanciados socialmente, o que se refletiria no isolamento fortificado de tais condomínios em meio a áreas ainda precarizadas das periferias.

Contudo, ainda que se concentre preponderantemente nas periferias, se encontraria em curso uma espécie de distribuição geográfica da pobreza por toda a

cidade, pulverizando-se em pequenas favelas, ocupações de interstícios urbanos e no ressurgimento de cortiços (TORRES et al, 2003).

As análises apontadas por Preteiceille e Valladares (1999) retrata a diferença de situações identificadas nas favelas, tanto no aspecto da presença de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos – atestando que elas não estariam pautadas exclusivamente pela ausência ou precariedade, havendo situações variadas entre as mesmas, com porcentagem expressiva de favelas cujas condições se igualariam às da chamada “cidade formal” -, como também do ponto de vista da condição legal da ocupação – identificando variações significativas em termos de propriedade da construção e/ou do terreno, não sendo irrelevantes os dados relativos a favelas que apresentam perfil idêntico ao de uma “urbanização regular”.

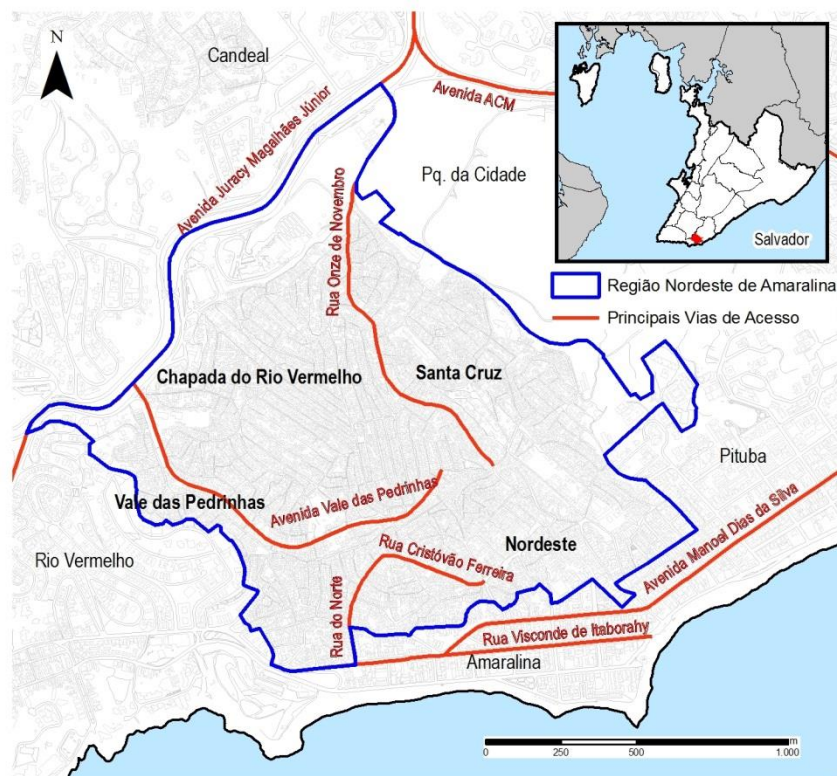
Os autores também analisam quanto às condições socioeconômicas: por mais que se verifique que a grande maioria das favelas se encontra abaixo da média, existem variantes entre elas, “revelando a presença de desigualdades dentro da pobreza”, ou seja, a existência de um processo de diferenciação social interna.

## 5 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORDESTE DE AMARALINA

Este capítulo fará um detalhamento das características da Região do Nordeste de Amaralina, o nascimento e crescimento da região, bem como os cenários de desigualdades da localidade, os estigmas e a invisibilidade cultural.

Cercado por bairros de classe média alta, a exemplo dos bairros da Pituba, Itaigara e Rio Vermelho, a Região do Nordeste de Amaralina, foge da paisagem das subdivisões intraurbanas legalmente estabelecidas. Composto pelos bairros da Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina e Chapada do Rio Vermelho, a Região do Nordeste de Amaralina (RNA) pertence a Região Administrativa VII da cidade de Salvador, localizada numa área de topografia acidentada caracterizada por morros e vales.

Figura 4 - Mapa da Região do Nordeste de Amaralina



Fonte: CONDER (1992); CIAGS/UFBA e SEMA (2009).

No ano de 1932 a prefeitura de Salvador aprova os primeiros loteamentos nesta área: Cidade Balneário Amaralina (nas terras da família Amaral), Cidade da Luz (em terras da Fazenda Pituba) e Ubaranas, na área da Fazenda Ubaranas, com

respectivamente 950 lotes, 628 lotes e 165 lotes. Estes primeiros loteamentos localizados próximos à praia, constituíram zonas de veraneio para parte da elite baiana da época (TRAÇOS... 2006).

Sob essas características, foi se constituindo o arrabalde de Amaralina, tendo como cenário uma bela praia, onde foram colocadas as instalações federais da telegrafia sem fio e os trilhos dos bondes, contracenando com a casa pequena e a capela da velha Fazenda dos Amaral. O loteamento Santa Cruz, em áreas da fazenda de mesmo nome, só veio se concretizar muito mais tarde, na segunda metade do século XX.

Estes loteamentos, que abarcaram a vinda de trabalhadores para implantar a infraestrutura dos lotes atraíram para a periferia destas áreas uma população pobre, em busca de emprego, iniciando um processo de ocupação marginal nas áreas das fazendas. Tal ocupação era, de certa forma, estimulada pelos proprietários, que viam no regime de enfiteuse uma forma de obter ganhos com o uso da terra sem perder o direito a estas.

#### a) Fazenda Ubaranas: Loteamento Ubaranas e Alto das Ubaranas

O miolo populacional inicial do Nordeste de Amaralina se desenvolveu a partir do Loteamento das Ubaranas, em consequência do retardamento na ocupação dos lotes situados na parte interior, mais alta, e da avançada decadência em que se encontrava a propriedade, estendendo-se posteriormente ao fundo dos demais loteamentos. A área ocupada por esta fazenda consistia numa faixa estreita de terra, cuja frente corresponde à atual Rua Ubaranas, seguindo pelo interior em linha reta, até a localidade Sucupira, nos fundos do Colégio Teodoro (TRAÇOS... 2006).

#### b) Fazenda Amaralina: Loteamento Cidade Balneário Amaralina

A área da Fazenda Amaralina envolvia toda a faixa de orla que se estende do Bompreço do Rio Vermelho e do Quartel de Amaralina até o Largo das Baianas, e para o interior abrangendo a área do Sítio Caruano, Rua do Norte e descendo até o Vale das Pedrinhas. No alto do Loteamento Cidade Balneário de Amaralina, foram arrendados lotes a antigos trabalhadores da fazenda, pescadores e outras famílias. Os proprietários destas duas áreas tiveram participação no

estímulo da ocupação marginal, porque viam nas mesmas uma fonte inesgotável de investimentos, promovendo inclusive loteamentos ilegais. Conta o Sr. Antônio Ferreira Silva, conhecido com o Alemão, que veio para o Nordeste de Amaralina em 1948.

A Fazenda Amaralina foi herdada por José Inácio do Amaral, que residia na mansão onde hoje se localiza o Quartel de Amaralina. Durante a Segunda Guerra mundial, entre 1939 e 1945, esta área foi desapropriada pelo exército, inclusive a casa onde residia a família e a capela, para ali instalar o Quartel (TRAÇOS... 2006).

c) Fazenda Pituba: Loteamento Cidade da Luz

A Fazenda Pituba acolhia uma vila de pescadores em sua porção litorânea e, como veio de um único proprietário, constituiu-se numa reserva de terra com vistas para a especulação imobiliária.

Esta fazenda foi adquirida em 1881 pelo comerciante português Manoel Dias da Silva. Com sérios problemas de saúde, Manoel Dias da Silva retornou a Portugal, ficando a fazenda sob a administração de seu cunhado, Joventino Pereira da Silva. Antes de falecer, o comerciante deixou a fazenda Pituba como herança ao seu cunhado e esposa, Joventino e Alcina Pereira da Silva.

A Fazenda Pituba se estendia do limite da Fazenda Ubaranas, tendo como localização atual a altura do Correio da Av. Manoel Dias da Silva até a Praça Nossa Senhora da Luz, e daí para o interior até Brotas, abrangendo a área da Santa Cruz e o Parque da Cidade. A cerca que separava a Fazenda Pituba da Fazenda Ubaranas passava entre o atual muro do Colégio Polivalente de Amaralina e a quadra comunitária que fica ao lado da Casa de Serviços Viva Nordeste.

A Fazenda Pituba foi a que menos permitiu a ocupação marginal dos lotes, devido a grande quantidades de capatazes ou capangas presentes, com ordens de afugentar os invasores. (TRAÇOS... 2006).

d) A Fazenda Santa Cruz: Loteamento Santa Cruz

Segundo Porto Filho (1991 apud TRAÇOS... 2006), que escreve sobre o Rio Vermelho, a área que se estendia ao fundo da Fazenda Alagoas foi adquirida pelo comerciante português João Gomes, em fins do século XIX. Após este período, a parte da área que constituía o limite norte da Fazenda Amaralina, e que manteve o

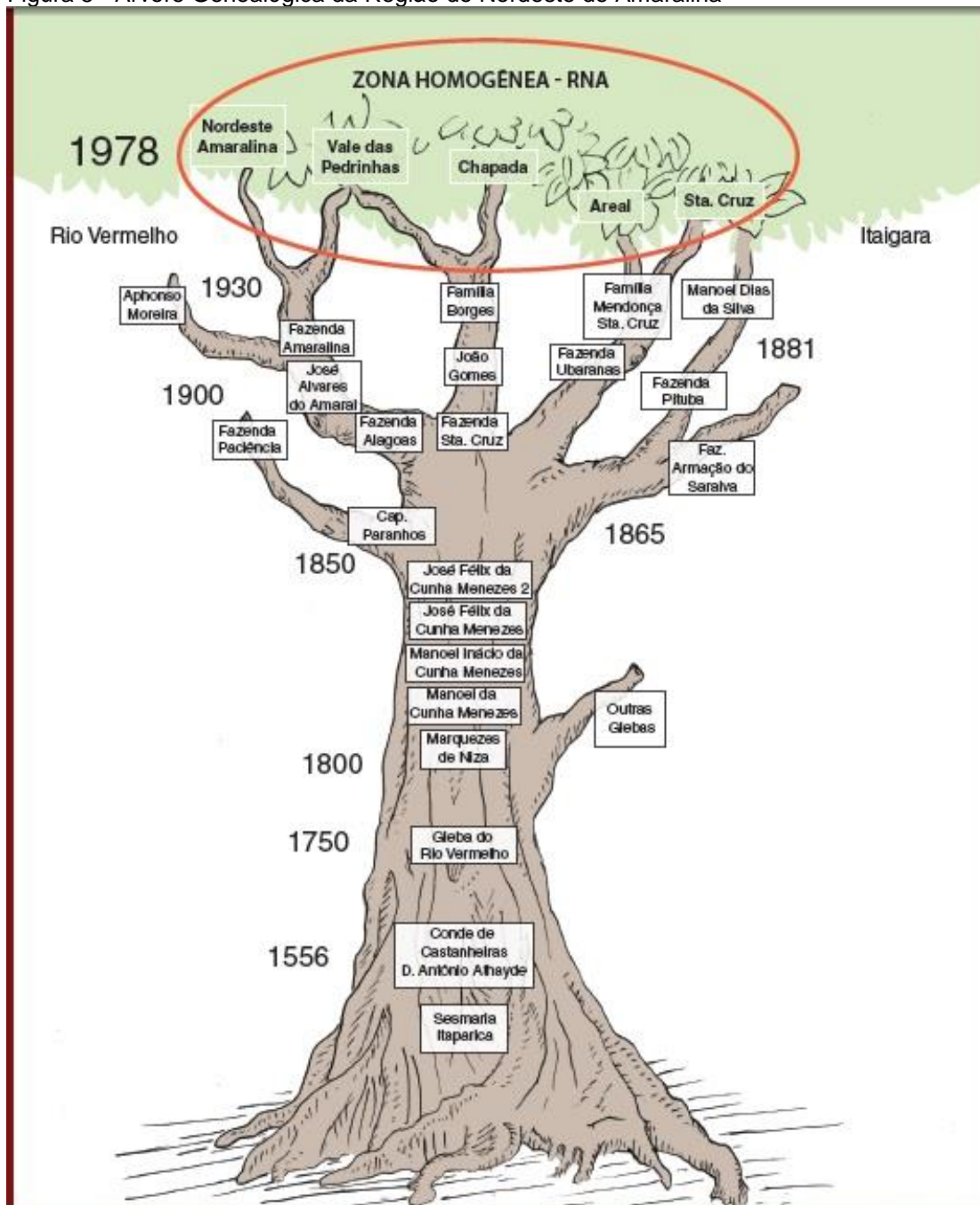
nome de fazenda Santa Cruz, passou as mãos da Família Borges, sendo proposto o Loteamento Santa Cruz por Augusto Nasser e Borges no início da segunda metade do Século XX (1951), obtendo aprovação da prefeitura em 1954.

A área desta Fazenda compreendia a extensão de terras que atualmente se conhece, na Região, por Chapada do Rio Vermelho e Alto da Chapada. Tal área apresentava uma situação fundiária mais delicada na época do loteamento, com 30% da área já invadida. Disputaram propriedade de parte da área situada no Alto da Santa Cruz a Sr<sup>a</sup> Raimunda Vieira da Silva, e na parte baixa o Sr. Orlando Garcia.

O processo de divisão do solo devida a venda de posses e do conseqüente retalhamento de cada uma dessas parcelas em fatias menores foi dando as características basilares observadas na área atual, onde a porção edificada ocupa quase a totalidade da área de terrenos disponíveis, o que gerou alto agrupamento de construções e de população, ainda que com uma ocupação horizontal. Esta intensificação, no entanto, só ocorreu a partir da segunda metade do século XX, no tocante nas décadas de 60 e 70. Até 1950, o Nordeste apresentava ainda uma característica rural, de povoamento esparso.

Segundo estudo realizado pelo Órgão Central de Planejamento Municipal (OCEPLAN) do qual se originou a atual Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, até 1944 apenas 1.320 pessoas residiam na área, a maior parte delas concentrada no Alto da Alegria, ao fundo da Fazenda Ubaranas, e no Alto da Rocinha, atual Rua do Norte, na cumeada da Fazenda Amaralina. Entre 1944 e 1954, a população triplicou, passando para 5.083 moradores. A partir de então, este crescimento se intensificou, acompanhando o processo de expansão urbana da cidade.

Figura 5 - Árvore Genealógica da Região do Nordeste de Amaralina



Fonte: Traços e Laços (2006).

Ainda segundo a publicação Traços e Laços (2006) em 1942, Amaralina já formava um núcleo urbano razoavelmente integrado a Cidade de Salvador, marcando o final das linhas de bonde e contando com um equipamento de correios e telégrafos. A Pituba, ao contrário, se apresentava ainda pouco habitada, com acesso difícil, se dando pelo interior, pela Ladeira da Cruz da Redenção, em Brotas.

Não havia ainda, nessa época as avenidas de vale, que só começaram a ser construídas em 1959, seguindo o projeto original de Theodoro Sampaio. No entanto, toda a região hoje conhecida como Chapada do Rio Vermelho era uma grande mata de fazenda cortada pelo Rio Camurugibe, assim como o Itaigara, que se estendia em terras de Joventino Silva, com exceção da orla marítima, toda a área que atualmente circunda a Região Nordeste de Amaralina era praticamente desabitada.

A partir da década de 50, o processo de ocupação local começa a se expandir, estendendo-se por duas colinas: uma ao sul, somando-se ao povoamento inicial do Alto da Alegria e do Alto da Rocinha, e uma nova ocupação na colina norte, em terras de Joventino Silva e de Borges, no local onde atualmente se encontra a Rua 11 de novembro, na subida da Santa Cruz. Esta nova vertente de ocupação foi, em parte, decorrente do acesso à Pituba por Brotas, que atraiu moradores para a área. Entre estas duas colinas - Nordeste de Amaralina, ao sul, e Santa Cruz, ao norte, estendia-se um extenso vale, por onde corria um rio de águas claras e pedras lisas, o Rio das Pedrinhas, as margem do qual alguns moradores do Nordeste desenvolviam práticas de cultivo de horta (TRAÇOS... 2006).

A pavimentação da via que ligava Amaralina a Pituba, em 1949, possibilitou um acesso maior à área, atraindo novos moradores.

Paralelamente a isso, a descoberta do petróleo no Recôncavo, em 1950, e a criação da Petrobrás, em 1953, atraíram grande contingente populacional para Salvador, e em especial para a região. De acordo com a publicação Traços e Laços (2006) em 1957, a ocupação da RNA correspondia a 12% do total da área. Dez anos depois, em 1968, este índice estava em 52% e, entre 1968 e 1974, a área estava praticamente toda ocupada, com exceção de alguns vazios.

Para regular o intenso processo de urbanização espontânea e ilegal, foi criado, em 1964, o Banco Nacional de Habitação – BNH, e em 1965, na Bahia, a URBIS. O BNH estimulou a construção civil nos bairros de classe média e, em específico, na Pituba, o que conseqüentemente, atraiu para a região uma população ainda maior. Tal processo foi estimulado pela reestruturação metropolitana de Salvador, com a criação da Av. Paralela e do Centro Administrativo, com abertura de novas artérias de ligação.

Já em 1966, o então Prefeito Nelson Oliveira, cunhado de Joventino Silva, lançou o Decreto-lei 1855/66, afim de concretizar as obras viárias previstas nesta

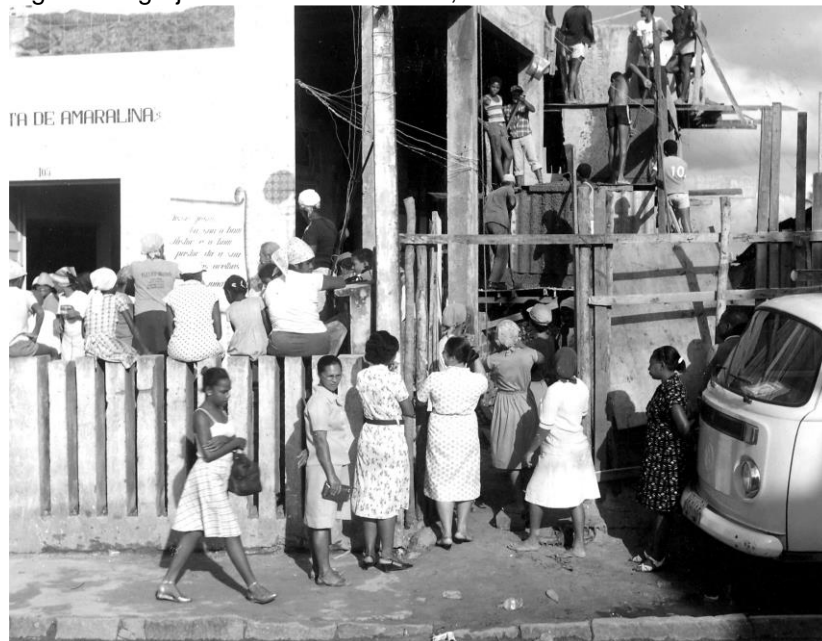


expansão e, em 1968, alienou mais de quatro milhões de hectares, possibilitando a aquisição particular de milhões de metros quadrados de terras públicas (TRAÇOS... 2006).

O crescimento da RNA que, em 1960, se dava a uma taxa de 3,18% ao ano passou para uma taxa de 7,59%, em 1970, indicando o maior incremento populacional dos bairros de Salvador na época. É neste período que começou a se dar a ocupação das áreas atualmente conhecidas como Chapada e Vale das Pedrinhas.

A Chapada do Rio Vermelho, por exemplo, não havia nenhuma construção até o período de 1965, com exceção do campo do Ipiranga Futebol Clube, local oficial de treinamento do time, sendo este cercado por densa mata. Esta mata foi derrubada na década de 70, tendo em vista a construção da Av. Juracy Magalhães Junior. O projeto de construção previa, nesta época, a criação de uma via de ligação que compreendia entre o Rio Vermelho-Pituba, através de uma avenida de vale, a partir da Av. Juracy Magalhães, e que se constituía na Av. Vale das Pedrinhas, o que iniciou a ocupação desta área, cuja utilização era destinada ao plantio de hortas.

Figura 6 - Igreja Batista de Amaralina, início da década de 70



Fonte: Traços e Laços (2006).

Segundo o estudo Traços e Laços (2006) em 1974, na Região do Nordeste de Amaralina, só havia três áreas disponíveis, sendo elas: o Coqueiral, em terreno da antiga Fazenda Ubaranas, que estava em litígio; o Alto da Chapada do Rio Vermelho, e a Baixada do Vale das Pedrinhas.

Já em 1976, com a concepção da Zona Homogênea da Pituba, a especulação imobiliária ameaçou engolir as populações menos abastadas financeiramente e que moravam na vizinhança, oferecendo o que os moradores entendiam como um alto valor pelos terrenos. Tal população, que ocupou lentamente a área em processos de “invasão”, ocupação ou outro mecanismo, se viu pressionada pela progressiva substituição de construções rudimentares e simples pelos grandes edifícios, tendo seus imóveis repentinamente valorizados.

Assim, por volta desta época, a RNA já se firmava como a segunda maior invasão de Salvador, em termos populacionais, ficando atrás apenas do Alagados. A partir do estudo da Escola de Arquitetura da UFBA realizado neste período, houve um empenho conjunto de técnicos do órgão de Planejamento Urbano da prefeitura – PLANDURB, e de moradores da área para proteger a região da especulação, que se apresentava a alguns dos moradores como a possibilidade de obter um valor significativo. Vários projetos foram feitos no sentido de criar uma área de proteção sócio- ambiental (APSA), até que conseguiram a adesão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIDID), que condicionou os empréstimos para investimento no Itaipara à criação da medida de proteção.(Traços e Laços, 2006)

Hoje, a RNA é a maior densidade demográfica de destaque na cidade de Salvador, cujos problemas sociais não são diferentes de outras áreas periféricas do Brasil. Portanto, a ausência de infraestrutura, equipamentos urbanos, baixo grau de escolaridade de seus moradores, alto número de desempregados e o tráfico de drogas, são alguns dos estigmas que marcam esta população no imaginário social/coletivo, devendo ser compreendido através do histórico social, econômico e das desigualdades que predominam na produção destes espaços urbanos.

## 5.1 SOBRE AS DESIGUALDADES NA REGIÃO DO NORDESTE DE AMARALINA

Até a década de 60 a paisagem da área ainda era bastante natural, com pouca ou nenhuma infraestrutura de serviços. As habitações eram carentes e a maioria das casas era de palha e sapé, de junco trançado sem reboco, com um

padrão construtivo um pouco melhor na cumeada do Nordeste de Amaralina, por ser esta a ocupação mais antiga. A vegetação ainda era farta e formada por árvores frutíferas, como jaqueira, mangueira, cajueiro e um enorme coqueiral que se estendia da Amaralina à Santa Cruz (TRAÇOS... 2006).

O acesso era bastante precário, feito por bonde até a Amaralina e de lá para o Nordeste em um tipo de ônibus misto, chamado marinete, que era aberto nos fundos para transportar bagagens e animais. Este ônibus subia até o fim de linha do Nordeste, na altura da Ladeira da Praça, e de lá, para todas as localidades, o percurso era feito a pé. Os caminhos eram trilhas traçadas na mata.

Já o abastecimento de água era feito a partir das diversas fontes naturais e de pelo menos dois riachos perenes: o Rio das Pedrinhas, que cortava a Região ao meio, e o outro que corria por dentro do atual Parque da Cidade. Havia ainda uma nascente em terras de Joventino, próxima ao atual Beco da Cultura, que formava um riachinho, que corria em direção ao mar. Este riacho foi embarreirado, dando origem à Lagoa dos Patos, na Pituba. Segundo os moradores, a fonte continua brotando, e a lagoa sofre inundações freqüentes. Na área que atualmente constitui o “Areal” havia um pântano, que dificultava o acesso dos moradores da Santa Cruz ao Nordeste.

Em 1975, a população da invasão que hoje denomina de região do Nordeste de Amaralina já contava com cerca de 54.000 habitantes, se estendendo por mais de 200 hectares e com 30% da população economicamente ativa. Com a evolução deste cenário, as invasões no bairro começam a se alastrar, chegando a explosão demográfica vista atualmente.

Presentemente, A RNA possui uma área de 203 ha de terreno acidentado, onde residem 77.024 pessoas, de acordo com os dados do IBGE (2010). A população é predominantemente afrodescendente, totalizando 86% entre negros e pardos.

Tabela 6 – Distribuição populacional segundo a cor

Localidade	População	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indio	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Chapada	22.710	2.312	3	8.712	11,31	350	0,45	11.280	14,64	56	0,07
Nordeste	23.035	3.576	4,64	7.657	9,94	322	0,42	11.371	14,76	109	0,14
Santa Cruz	26.493	2.456	3,19	10.623	13,79	334	0,43	13.015	16,9	65	0,08
Vale das Pedrinhas	4.786	973	1,26	1.536	1,99	43	0,06	2.195	2,85	39	0,05
<b>Total</b>	<b>77.024</b>	<b>9.317</b>	<b>12,1</b>	<b>28.528</b>	<b>37,04</b>	<b>1.049</b>	<b>1,36</b>	<b>37.861</b>	<b>49,15</b>	<b>269</b>	<b>0,35</b>

Fonte: IBGE 2010

Estes dados revelam as desigualdades e a pobreza na maioria dos agrupamentos subnormais do Brasil, atestando as desigualdades sociais e a desvantagem da cor parda e negra se comparada com a raça branca, quanto ao acesso de serviços como: saúde, educação, moradia, transporte e emprego.

Ainda segundo dados do último censo do IBGE (2010), a maior parte da população da região Nordeste de Amaralina recebe até 01 salário mínimo. Estes dados revelam que 44,38% dos chefes de família ganham 1 salário mínimo, ou menos. O censo também aponta que 12,67% dos chefes de família da região não possui renda alguma.

Tais percentuais estão abaixo dos índices da cidade: em Salvador, 33,7% dos chefes recebem menos de 1 salário. Enquanto que em Salvador 55,9% dos chefes recebem até 2 salários, na região Nordeste de Amaralina este percentual se eleva para 69,20%.

A tabela abaixo expõe a distribuição dos chefes de família por classe de renda.

Tabela 7 – Distribuição dos chefes de família segundo classe de renda

Localidade	Sem rendimento		Até 1/2 SM		Até 1 SM		De 1 a 2 SM		De 2 a 3 SM		De 3 a 5 SM		De 6 a 10 SM		De 10 a 15 SM		Mais de 10 SM	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Chapada	791	3,3	414	1,71	3.153	13	1.835	7,56	388	1,6	241	0,99	170	0,7	20	0,08	92	0,38
Nordeste	870	3,6	250	1,03	2.311	9,52	1.823	7,51	720	2,97	612	2,52	461	1,9	75	0,31	162	0,67
Santa Cruz	1.276	5,3	526	2,17	3.543	14,6	2.023	8,34	416	1,71	253	1,04	143	0,59	30	0,12	73	0,3
Vale das Pedrinhas	139	0,6	62	0,26	511	2,11	339	1,4	111	0,46	110	0,45	154	0,63	48	0,2	118	0,49
<b>Total</b>	<b>3.076</b>	<b>12,7</b>	<b>1.252</b>	<b>5,16</b>	<b>9.518</b>	<b>39,23</b>	<b>6.020</b>	<b>24,81</b>	<b>1.635</b>	<b>6,74</b>	<b>1.216</b>	<b>5,01</b>	<b>928</b>	<b>3,82</b>	<b>173</b>	<b>0,71</b>	<b>445</b>	<b>1,83</b>

Fonte: IBGE 2010

Hoje, a Região do Nordeste de Amaralina é um agrupamento popular cuja identidade é marcada pela violência e os diversos problemas sociais reflexos da pobreza urbana de uma metrópole. As desigualdades sociais são díspares quando se compara a região com o entorno de seus bairros vizinhos, sendo estes dotados de equipamentos urbanos, serviços públicos eficientes e infraestrutura.

Estas distâncias espaciais entre lugares tão próximos, mas divergentes quanto às configurações socioeconômicas, ratifica o abismo das desigualdades e acentua as desigualdades sociais. Os moradores das favelas acabam não tendo acesso aos mesmos serviços que deveriam estar disponíveis para toda a população. Santos (2001) afirma:

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo e capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. (SANTOS, 2001, p. 264).

Sobre a pobreza urbana em bairros periféricos também se percebe que esta faz uma conexão com o nível de escolaridade da população. Segundo o IBGE (2002) apenas 38% dos moradores do Nordeste de Amaralina frequentam a escola, e 61% ainda não completou o Ensino Fundamental, que corresponde a oito anos de estudo, e 24% não terminaram as séries iniciais. Assim, outros problemas sociais emergem de tais condições de pobreza, a exemplo da violência urbana e da criminalidade.

## 5.2 CENÁRIOS DA VIOLÊNCIA E SEUS ESTEREÓTIPOS

Quando se combinam fatores como exclusão social, ausência de equipamentos e serviços públicos e o baixo acesso à educação emergem um dos pontos principais que permeiam os problemas das favelas no Brasil: o aumento da violência e da criminalidade nestas regiões.

Uma matéria publicada no jornal A Tarde em 23 de abril de 2006, páginas 4,5 e 6, intitulada “Como vivem os jovens do tráfico e Salvador”, expõe a seguinte problemática:

Na região do Nordeste de Amaralina, as crianças crescem aprendendo a se proteger de tiroteios. Precisam decorar a complicada geopolítica da área, já que por causa das rixas nem todo mundo pode ir a todo lugar. Conhecer

alguém que vende drogas a poucos passos de sua casa é fácil. Ter a consciência de que esta seja talvez a única fonte de renda ao seu alcance também. Muitos tiveram amigos mortos por causa do tráfico. E quase todo mundo tem alguma história para contar.

Matérias como esta ilustram as dificuldades que os moradores enfrentam cotidianamente com o terrorismo midiático quanto ao cenário de violência construído por tais veículos, ao tempo em que reforça estereótipos massificados a todo o momento nos meios de comunicação. A associação entre favela e violência desperta nas classes alta e média o sentimento de medo e pavor, e uma revolta na população dessas comunidades por tal discurso imagético não corresponder com a realidade diária da sua população, o que incide na diminuição da autoestima dos moradores das favelas.

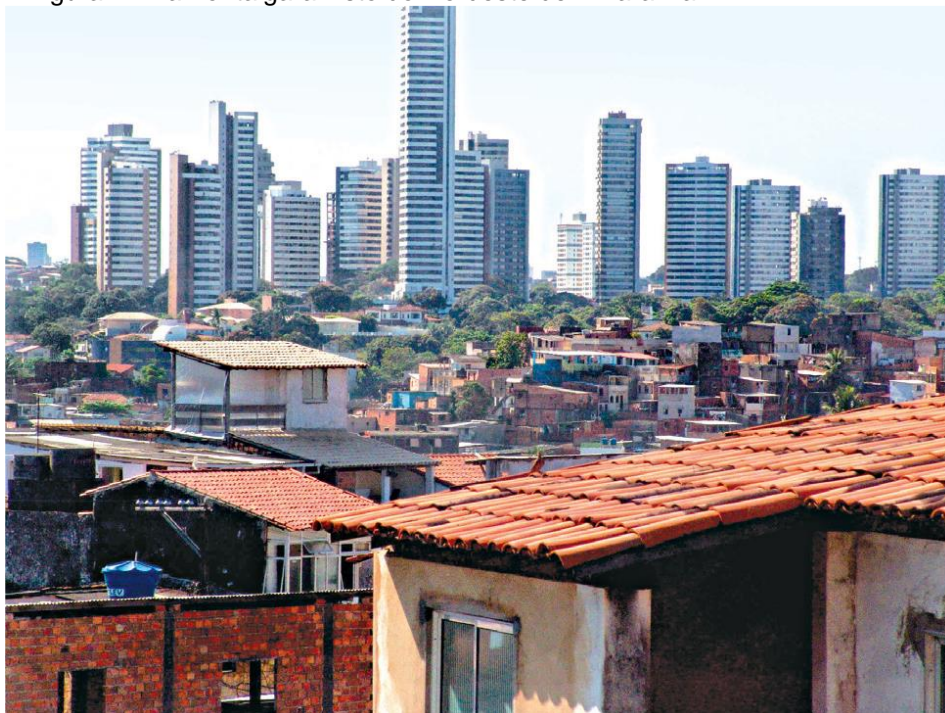
Para Oliveira (2006) ao retratar espaços como os bairros populares ou os subúrbios, a mídia prefere por uma dialética que enfatiza as notícias geradoras de impacto, principalmente aquelas relacionadas às demandas ou problemas de caráter social que atingem a população. No que diz respeito, especificamente, à midiatização de problemas sociais como a violência, os meios de comunicação exercem grande influência na criação e disseminação das crenças e opiniões da sociedade acerca da temática.

Sobre o pensamento de Oliveira e Santos (2002, p.39) aborda algo semelhante ao afirmar que “o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde”. No entanto, é por intermédio da mídia que, desde a década de 90, as comunidades carentes atuam para dar visibilidade as suas queixas, utilizando estes veículos como caixa de ressonância para se fazer ouvir, muito embora, algumas vezes, tenham que agir de forma violenta para se fazer notar.

Como a mídia é o espelho que reflete o real, o imaginário e o simbólico social, estes padrões de comportamento logo passam a ser considerados pela massa como uma via alternativa para a conquista de voz e vez no discurso social, recorrendo, assim, à violência como instrumento de luta para a conquista de direitos de cidadania espoliados pela injustiça social. A violência assume, assim, o papel vicariante e espúrio de via e descarga de tensões, ódios, revoltas, protestos, inconformismos, reivindicações, conquista, afirmação, posse, etc. resultados de traumas e carências não resolvidas afetiva, social e politicamente. (ATAIDE, 2000, p. 12).

Apesar do estigma de violência, tal problema tende a ser uma realidade na RNA. Desde 2011 que a região conta com uma base comunitária de segurança, a fim de minimizar o quadro de criminalidade. A Secretaria de Segurança Pública do Estado mapeou os bairros com maior índice de violência, na busca do combate ao tráfico de drogas.



Figura 7 - Bairro Itagira visto do Nordeste de Amaralina



Fonte: Traços e Laços (2006).

Segundo pesquisa levantada pela plataforma digital da Prefeitura Municipal de Salvador, denominado de Sistema de Informações Municipais de Salvador – SIM (2015) a cidade de Salvador é a segunda cidade com o maior número de registros de óbito por armas de fogo, entre as capitais brasileiras, ficando atrás apenas da cidade de Fortaleza, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 8 - Indicadores de Mortalidade por armas de fogo nas Capitais Brasileiras

**Sistema de Informação Municipal de Salvador**

[Administração](#)

[Ir Para o Portal](#)

Dimensão:

Variável:

Tema:

Indicador:

Recorte Territorial:

[Ver Por Ordem Alfabética](#)

**Óbitos por Arma de Fogo (Ocorrências)**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Aracaju (SE)	149	228	198	189	172	145	172	137	148	170	156	196	266
Belém (PA)	201	228	240	317	310	273	342	396	537	510	634	459	534
Belo Horizonte (MG)	667	699	866	1.170	1.377	1.142	1.308	1.075	887	774	716	821	822
Boa Vista (RR)	28	26	22	30	27	18	22	16	26	19	21	15	21
Brasília (DF)	591	586	569	655	599	536	518	613	635	766	651	722	803
Campo Grande (MS)	228	172	177	182	157	152	144	180	143	157	104	112	106
Cuiabá (MT)	270	252	208	207	182	172	170	170	176	182	158	183	183
Curitiba (PR)	345	381	418	520	562	645	724	730	880	853	821	687	597
Florianópolis (SC)	25	45	77	96	96	91	74	78	77	71	78	64	52
Fortaleza (CE)	346	354	399	430	427	572	622	770	735	819	1.159	1.201	1.724
Goiânia (GO)	250	260	336	331	331	311	331	329	451	361	393	480	573
João Pessoa (PB)	189	209	210	237	211	246	266	314	352	433	518	582	504
Macapá (AP)	32	32	44	60	53	41	53	47	53	49	87	62	88
Maceió (AL)	252	364	396	410	445	514	780	821	906	763	881	902	762
Manaus (AM)	223	166	162	150	201	237	319	363	402	520	567	772	762
Natal (RN)	125	139	147	148	180	237	252	270	266	340	262	333	412
Palmas (TO)	21	34	15	30	20	13	19	20	8	15	22	24	28
Porto Alegre (RS)	520	439	502	468	515	510	456	612	596	514	462	470	520
Porto Velho (RO)	119	161	135	133	147	159	183	163	120	127	143	132	128
Recife (PE)	1.254	1.249	1.182	1.182	1.167	1.154	1.197	1.162	1.093	941	735	717	628
Rio Branco (AC)	41	57	62	43	40	27	35	43	34	50	38	22	52
Rio de Janeiro (RJ)	3.144	2.883	3.126	3.002	2.848	2.412	2.499	2.244	1.887	1.832	1.486	1.207	1.066
Salvador (BA)	619	783	947	974	876	884	969	1.194	1.799	1.921	1.596	1.442	1.499
São Luís (MA)	86	121	96	135	147	148	155	209	247	322	316	375	458
São Paulo (SP)	4.099	4.632	3.824	4.009	2.947	2.345	2.160	1.584	1.275	1.344	1.172	1.050	1.429
Teresina (PI)	79	85	98	129	112	115	150	132	114	134	154	192	243
Vitória (ES)	190	197	207	183	204	224	231	211	195	195	199	169	167

Recorte: Capitais Brasileiras  
 Fonte: Mapa da Violência (OEI)  
 Elaborado em 27/10/2015, sujeito a alteração.  
[Glossário](#)

Fonte: Sistema de Informação Municipal de Salvador (2015).

Uma pesquisa realizada pelo Fórum Comunitário de Combate à Violência da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e associações locais afirma que a região



Nordeste de Amaralina lidera as áreas onde o homicídio é a principal causa mortis, ou seja, um problema de saúde pública. A pesquisa revela que em 2000, das 116 mortes por causas violentas ocorridas na Região, 34% ocorreram por homicídio. Numa escala crescente, esses homicídios vitimam principalmente jovens e adolescentes, negros ou pardos, com grau de instrução, predominantemente, limitado ao 1º grau e pobres.

Tendo em vista o alto índice de mortalidade entre os jovens da RNA, percebe-se que projetos de inclusão social e de fortalecimento da identidade cultural, são vetores que poderiam, a priori, minimizar tais estatísticas. Porém, a comunidade local enfrenta a ausência de investimentos em equipamentos urbanos na escala cultural, o que dificulta a ocupação destes jovens em atividades educativas e de valorização identitária.

### 5.3 A INVISIBILIDADE CULTURAL NA REGIÃO DO NORDESTE DE AMARALINA

*Nos bairros populares das metrópoles capitalistas são os moradores os verdadeiros agentes de transformação do espaço.*

*Angelo Serpa*

Diante dos diversos problemas sociais que alastram os bairros periféricos das metrópoles, as organizações comunitárias constituídas juridicamente ou não, apresentam como uma alternativa para a resolução de conflitos e para a diminuição das dificuldades que nem sempre são resolvidas pelo poder público federal e/ou estadual. A organização dos moradores em bairros periféricos dão sentido para a construção de um novo coletivo, com vistas para um empoderamento cidadão que foge das pressões governamentais.

Somente depois de estarem morando certo tempo no bairro e de terem sido implantadas relações de vizinhança mais sólidas, é que estes moradores decidem organizar-se em associações culturais e esportivas e, sobretudo, em “associações de proteção ao bairro”, pressionados pela ameaça dos proprietários, dos poderes públicos e da polícia. Essa organização pode ter, algumas vezes, um caráter temporário, a tempo de reivindicar e obter dos poderes públicos, por exemplo, a implantação da rede hidráulica ou elétrica, dois serviços que condicionam fundamentalmente a perenidade do bairro.

As políticas criadas através dos conselhos e associações de bairros têm demonstrado eficazes organismos sociais, potencializando a coletividade dos seus moradores, bem como o resgate da autoestima da sociedade residente em periferias, principalmente através das ações de valorização da identidade e cultura local. De acordo com Castells (1999) nossa época distingue-se pela globalização das atividades econômicas, organizações atuando em rede, virtualização da cultura, sistemas de mídia onipresentes e transformações das bases materiais: espaços de fluxos e virtualização do tempo.

Neste contexto, a cultura tem ganhado destaque entre as organizações sociais constituídas espontaneamente, cujo objetivo é de criar aspectos identitários consolidados, inclusão social, gerar renda e valorizar a autoestima dos cidadãos da periferia.

Através de políticas e ações culturais, percebe-se que os moradores residentes em aglomerados subnormais passa a ter outra percepção e sentido sobre o seu papel enquanto cidadão. As organizações comunitárias têm construído um importante papel social, criando uma interlocução entre as comunidades e o poder público, cujo objetivo é de ressignificar as atividades desenvolvidas no âmbito da comunidade, muitas vezes estigmatizadas como atividades de “baixa cultura”.

Nas periferias, percebe-se que as manifestações culturais exploradas pelos seus moradores são expressões que geralmente fogem do circuito comercial, capitalista e mercadológico, evidenciando estilos e gêneros que tem como objetivo confirmar e valorizar a sua própria identidade enquanto residentes da periferia, proporcionando novas possibilidades culturais do que aquelas reproduzidas em bairros de alto padrão nas cidades. Quanto à busca de espaços para expressão de sua arte dentro dos espaços luminosos da cidade, percebe-se que as pichações se caracterizam como uma manifestação da indignação destes representantes da periferia.

Este cenário de pichações faz parte da paisagem de grandes metrópoles, exemplo da cidade de Salvador. De acordo com Herschmann (2000) é como se um pequeno pedaço do “morro” e do subúrbio, ainda que invisível, pois é pouco visitado e contemplado no imaginário do coletivo, deixasse um vestígio, ou melhor, é como se a cidade do outro se inscrevesse na cidade ordenada, desejada, conhecida. Boada (1991, p.21) acrescenta que “o sentimento de pertencer a um espaço

ordenado ou habitá-lo valoriza o homem; inversamente, o homem se sente desvalorizado quando o espaço a qual pertence ou onde mora é desvalorizado”.

Figura 8 - Pichação na Av. Manoel Dias da Silva, Bairro da Pituba, em Salvador/BA



Fonte: Registro do Autor (julho de 2015).

Em Salvador, principalmente nos bairros que compõem a RNA, as diversas manifestações culturais fazem parte do imaginário coletivo que associam o estado como um local de intensa fruição artística e cultural. Vale destacar que desde o processo inicial de invasão dos bairros que compõem a RNA, as festas populares já marcavam a vida dos seus moradores. Os pescadores de Amaralina já organizavam festas, bem como os moradores do bairro do Rio vermelho.

A partir da década de 30, enriquecida com belas residências e um transporte mais acessível para a população, os habitantes do bairro do Rio Vermelho cresce e se estende até Amaralina, preferida dos veranistas, à época. Amaralina destaca-se logo por sua “população de praia”, vivendo da pesca e abrigando em seus morros as manifestações religiosas como o candomblé. Por consequência da povoação, o porto de Amaralina deixa de existir e os pescadores que moravam no Nordeste de Amaralina se reuniam nos portos do Rio Vermelho, Pituba ou Barra.

Assim, evidencia-se que mesmo durante o processo de invasão e povoamento da RNA, a população sempre esteve a reboque dos bairros que se encontram no seu entorno, quando se investiga os espaços para a realização de atividades artísticas e culturais. Hoje, em um novo cenário onde predomina as manifestações de cultura contemporânea, ainda existem fissuras quanto a democratização de espaços públicos para o lazer em bairros populares. Para Serpa (2007) as manifestações de apelo turístico possuem um fim capitalista, principalmente na cidade de Salvador, cujo turismo é vocação da cidade.

Buscar uma ideia de “cultura” que abarque as representações e práticas sociais das classes populares nas cidades contemporâneas, evidenciando as características e as possíveis peculiaridades das manifestações culturais populares, parece, a princípio, tarefa ingrata e complexa, particularmente em Salvador, num momento de transformação evidentes da paisagem da cidade para o consumo turístico. (SERPA, 2007, p. 141).

A ausência de equipamentos urbanos para atividades culturais em bairros periféricos faz com que a população não participe da cena cultural da cidade, enquanto agentes de construção da identidade cultural, sendo esta uma sociedade excludente dos projetos e programas de incentivo a cultura no eixo local/nacional. Estes equipamentos devem configurar-se como espaços de acolhimento, criação, produção e divulgação de práticas, produtos e bens culturais. Geralmente, os equipamentos urbanos culturais são geridos pelo governo estadual ou municipal, iniciativa privada, Organização Não Governamentais (ONGs) ou associações comunitárias.

Os equipamentos abarcam um público diverso, sendo o local para fruição de produção e consumo cultural demandado as mais diferentes categorias artísticas. Esta diversidade apoia-se na pluralidade de padrões de cultura, que “evidencia distintas possibilidades de escolha, as quais devem ser levadas em conta para que políticas de democratização da cultura deixem de se apoiar em premissas duvidosas, quase sempre não explicitadas.” (BOTELHO, 2003, p.141).

Ainda sobre a relevância dos equipamentos culturais no contexto urbano, social e cultural, Coelho (1997) afirma que os mesmos fazem parte de um universo global onde geralmente deve circular, produzir e consumir as obras de cultura e arte. Para que isso ocorra, deve estabelecer uma dinâmica de mercado que agregue as

políticas culturais (públicas ou privadas) e suas relações para determinar o seu modo de operacionalização.

A respeito dos equipamentos culturais na cidade de Salvador, ainda existem poucos estudos para o mapeamento da distribuição espacial, mesmo reconhecendo a importância do mercado cultural no plano turístico e econômico da cidade. O levantamento realizado pelo Sistema de Informação Municipal (2015) apresenta a seguinte distribuição dos equipamentos, conforme demonstra a tabela 9 abaixo.

Tabela 9 - Equipamentos culturais por região administrativa, na cidade de Salvador-BA

Estabelecimento de Cultura (Ocorrências)									
	1998			2012			2013		
	Cinema	Museu	Teatro	Cinema	Museu	Teatro	Cinema	Museu	Teatro
RA I - Centro	13	15	12	10	18	13	10	32	13
RA II - Itapagipe	0	0	0	0	0	2	0	3	2
RA III - São Caetano	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA IV - Liberdade	0	0	0	0	1	0	0	1	0
RA V - Brotas	1	0	1	0	0	1	0	0	1
RA VI - Barra	3	1	6	6	5	5	6	11	5
RA VII - Rio Vermelho	0	0	3	0	0	4	0	1	4
RA VIII - Pituba/Costa Azul	18	0	3	23	0	5	23	0	5
RA IX - Boca do Rio/Patamares	4	1	1	16	1	3	16	2	3
RA X - Itapuã	0	0	0	0	0	0	0	1	0
RA XI - Cabula	0	0	0	0	0	0	9	0	0
RA XII - Tancredo Neves	0	0	0	0	0	0	0	2	0
RA XIII - Pau da Lima	2	1	0	2	0	0	2	0	0
RA XIV - Cajazeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA XV - Ipitanga	0	0	0	6	0	0	6	0	0
RA XVI - Valéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RA XVII - Subúrbio Ferroviário	0	0	0	0	0	1	0	0	1
RA XVIII - Ilhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>18</b>	<b>26</b>	<b>63</b>	<b>25</b>	<b>34</b>	<b>72</b>	<b>53</b>	<b>34</b>

Recorte: Região Administrativa Lei 7.400/2008

Fonte: Bahiatursa

Elaborado em 27/10/2015, sujeito a alteração.

[Glossário](#)

Fonte: Sistema de Informação Municipal de Salvador (2015).

Ao analisar esta tabela, é flagrante a ausência de equipamentos culturais nos bairros mais periféricos da cidade de Salvador. Bairros como São Caetano, Liberdade, Valéria não apresenta nenhum tipo de equipamento cultural como cinema, museu ou teatro. A tabela faz um levantamento entre 1998 e 2015. Durante 15 anos de gestão pública, não houve construções de tais equipamentos nestas localidades.

Sendo a RNA um dos aglomerados mais densos da cidade de Salvador, avalia-se que tal região deveria figurar a lista realizada pelo Sistema de Informação Municipal. Assim, reforça-se a exclusão e o abismo cultural perpetrado na sociedade contemporânea, sendo negado o direito de interagir com a cidade por vias culturais dentro desta nova dinâmica espacial.

De todo o modo, esta população marginalizada busca alternativas para compensar as ausências de incentivo sejam elas históricas ou atuais, através da articulação e mobilização espontânea. Sobre este paradigma da sustentabilidade também coletiva, Paviani (2002, p.187) afirma: “Mas nem todos tem igual direito a cidade, simplesmente porque, a rigor, há dois tipos de cidadania e, por esta via, dois tipos de cidadãos. [...] existe a cidadania conquistada e a sua oposta, a cidadania dada”.

## 6 COMUNIDADE E PERTENCIMENTO

O sexto capítulo discutirá os conceitos fundantes acerca do termo comunidade e a sua relação com o pertencimento em tempos de alta-modernidade.

Com o advento da globalização e a expansão das novas tecnologias em escalas mundiais, falar em mudanças sejam elas nas esferas políticas, econômicas e sociais chega a ser uma redundância. A diminuição das fronteiras entre nações, fez com que houvesse quase uma padronização em termos de consumos, hábitos e comportamentos. Contudo, mesmo com uma tendência a homogeneização de padrões, o interesse pelo familiar, local e regional, tem causado um novo fenômeno que deve ser motivo de escrutínio.

Para teóricos como Manuel Castells (1999), este acontecimento é fruto de uma reação à conjuntura de globalização, cujo objetivo é de trazer uma nova linguagem para o contexto do local. Castells afirma ainda que quando o mundo se torna grande para ser controlado, a consequência é a iniciativa dos atores sociais em fazer retornar ao tamanho compatível com o que pode conceber. “Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica”. (CASTELLS, 1999, p.85).

Postulando um ponto de vista semelhante, Reis Filho (2000, p.193) afirma que estamos em “uma era de reconhecida e irrefreável tendência a globalização”, encontrando-nos, “simultaneamente em meio a um turbilhão de conflitos sobre identidades políticas e fragmentação étnica”.

A era da informação ou a era do conhecimento, traz instabilidades no campo das relações sociais, tendo em vista a rapidez e o alcance da informação na sociedade dita como *Sociedade em Rede*. A fluidez destas informações estimula os vínculos em redes, sendo a internet um símbolo do progresso que marca a passagem do século XX para o século XXI no que se refere um meio de comunicação.

Sobre a Internet enquanto nova forma de organização da sociedade atual, Castells (2002) afirma:

A Internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a Internet faz é processar a

virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos. (CASTELLS, 2002, p. 287).

Neste sentido, a sociedade em rede busca por meio das plataformas tecnológicas, construir um simulacro de relações sociais, por mais que estas relações sejam também efetivadas de modo presencial.

## 6.1 DISCUTINDO O TERMO COMUNIDADE

A polissemia do termo comunidade, utilizado indiscriminadamente para conceituar qualquer agrupamento a exemplo de cidades, bairros, vilas, segmentos religiosos ou sociais, e adotado atualmente com o advento da Internet como as comunidades em redes de relacionamento, tem feito com que se repense a gênese do termo, e suas possíveis relações com os aspectos locais e regionais.

O historiador britânico Eric Hobsbawm ressalta que “a palavra ‘comunidade’ nunca foi utilizada tão indiscriminadamente quanto nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico se tornaram difíceis de encontrar na vida real”, e que: “homens e mulheres procuram grupos de que possam fazer parte, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo o mais se desloca e muda, em que nada é certo.” (HOBBSAWM apud BAUMAN, 2001, p.196).

Contudo, apesar do pioneirismo no campo epistemológico que discute as teorias que investigam os organismos sociais, a ideia ou conceituação de comunidade é um fenômeno da modernidade, tendo em vista as contraposições entre o conceito e a sociedade. Assim, o termo evoca sentimentos de vida em comum, generosidade e/ou solidariedade. Dentro da sociedade moderna, a “comunidade produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra ‘comunidade’ carrega.” (BAUMAN, 2003, p. 7). Deste modo, caracteriza-se como a segurança em meio ao caos da modernidade.

Pensadores clássicos como Max Weber, que traz o conceito de comunidade dentro de um sentido mais amplo, porém, tendo como suporte os princípios emotivos, afetivos e até tradicionais. Weber (1973) conceitua comunidade quando uma relação social é pautada de uma atitude na ação social inspirada no sentimento subjetivo dos participantes na constituição de um todo.



Weber (1973) ainda acrescenta que, na comunidade, os fins são sabidamente amparados por grande parte de seus participantes e que o sentido comunitário contesta-se à ideia de “luta”. O autor ainda registra que nem toda participação em determinadas categorias, da situação ou da conduta, implica em comunidade. Assim, ideia comunitária não pode ser definida simplesmente pela partilha de situação homogênea, ou por um sentimento de situação comum, de suas consequências e por uma mesma linguagem. Para Weber (1973), a comunidade:

Só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento [da situação comum], a ação está reciprocamente referida – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância– e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo. (WEBER, 1973, p.142).

Segundo Peruzzo e Volpato (2009), “a existência de processos comunitários estaria ligada, em primeiro lugar, aos laços de sangue; em segundo lugar, à aproximação espacial e, em terceiro lugar, à aproximação espiritual”. Tönnies (1995) ainda acrescenta que “aonde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade e se afirmem reciprocamente, encontra-se alguma espécie de comunidade.” (TÖNNIES, 1995, p. 239). Assim, Tönnies ratifica que as relações sociais são o esteio para uma vida em comunidade, sendo esta base de relação a comunhão de ideias e pensamentos, havendo um conjunto de coerência nestes pensamentos que conectam os laços desenvolvidos nesta comunidade.<sup>4</sup>

Ainda em Tönnies (1995) encontram-se conceitos que caracterizam a comunidade em três gêneros: 1) parentesco; 2) vizinhança e 3) amizade. Em relação ao parentesco, atesta-se que os laços sanguíneos bem como a comunhão de uma vida em um mesmo espaço físico se efetiva em uma vida em comunidade. Contudo, a não presença física também pode existir sentimento comunitário, uma vez que estas pessoas estarão em busca da procura da presença física da família.

Quanto a vizinhança, esse sentimento é caracterizado pela proximidade entre pessoas, cujo sentimento mútuo de confiança é marca desta relação que dificilmente ocorreria sem uma proximidade física. Já o gênero de amizade, encontra-se nos laços afetivos desenvolvido em ambientes de trabalho ou

---

<sup>4</sup> A teoria da comunidade se deduz, segundo as determinações da unidade completa das vontades humanas, de um estado primitivo e natural que, apesar de uma separação empírica e que se conserva através desta, caracteriza-se diversamente segundo a natureza das relações necessárias e determinadas entre os diferentes indivíduos que dependem uns dos outros (TÖNNIES, 1973, p.98).

similaridades no modo de pensar. Estas preferências são atribuídas por profissionais que comungam de uma mesma área, fé ou trabalham em prol da mesma causa, cujo reconhecimento entre si faz com que nasça o espírito comunitário.

Neste sentido, Tönnies (1995) traz uma discussão atual que é a possibilidade da existência da comunidade no contexto urbano, havendo uma representação da comunidade por meio da vizinhança. Aprofundando no pensamento de Tönnies, Buber (1987) propaga uma possibilidade de comunidade ideal, em que indivíduos maduros, já imbuídos por uma serena plenitude, “sintam que não podem crescer e viver de outro modo, exceto entrando como membros em fluxo de doação e entrega criativa em razão de uma liberdade maior”. Assim, ele justifica que esta nova comunidade tem por finalidade a vida e, vida e comunidade são uma só coisa.

Buber (1987) acrescenta que:

A comunidade que imaginamos é somente uma expressão de transbordante anseio pela Vida em sua totalidade. Toda Vida nasce de comunidades e aspira a comunidades. A comunidade é fim e fonte de Vida. Nossos sentimentos de vida, os que nos mostram o parentesco e a comunidade de toda a vida do mundo, não podem ser exercitados totalmente a não ser em comunidade. E, em uma comunidade pura nada podemos criar que não intensifique o poder, o sentido e o valor da Vida. Vida e comunidade são os dois lados de um mesmo ser. E temos o privilégio de tomar e oferecer a ambos de modo claro: vida por anseio à vida, comunidade por anseio à comunidade. (BUBER, 1987, p.34).

Contudo, o autor ainda ousa afirmar que por mais que a humanidade tenha em sua essência a comunidade primitiva, as relações de uma comunidade no futuro iriam se desvencilhar das bases de laços sanguíneos, mas sim em laços de escolha. Assim, o grau de parentesco ou até mesmo a aproximação física da vizinhança, não seriam fatores determinantes que se caracterizaria uma comunidade. Dando-se a entender, inclusive, a uma nova configuração de uma comunidade entendida em um período de alta-modernidade, a exemplo das escolhas e aproximações ideológicas.

## 6.2 COMUNIDADE EM TEMPOS DE ALTA-MODERNIDADE

Descrever e conceituar a comunidade em tempos de novos cenários é o maior desafio dos pesquisadores em ciências sociais, tendo em vista a

fragmentação da sociedade contemporânea, sendo esta era marcada pela fluidez e transitoriedade. Hoje, a convivência social vive sob outros paradigmas, sendo um deles a descentralidade do sujeito, com características bem radicais, a exemplo da individualidade, domínio da natureza pelo homem, competitividade, alienação quanto a crença religiosa e etc.

Sobre este novo cenário, Giddens (1991) denomina de alta-modernidade este cenário que traz uma nova ordem, cuja diferença é caracterizada por incertezas e riscos. Com um pensamento semelhante, Bauman (2001) faz uma diagnose deste novo contexto de comunidade em tempos contemporâneos, questionando em que medida pode-se falar em comunidade, em um mundo desenraizado. Bauman questiona acerca da sobrevivência das relações sociais em tempos de fluidez e falta de critério nestas relações e o aceleração das relações líquidas e momentâneas.

Para Bauman (2003), a expressão “comunidade” se distingue por expor não apenas uma definição, mas por abrigar também uma condição de sensação. Neste viés, independentemente do significado que a palavra comunidade ganhe, é adequado “estar em comunidade”, é bom “ter uma comunidade”. O termo comunidade causaria uma percepção benéfica, devido o significado que carrega, todos assegurando prazeres, muitos dos quais gostaríamos, mas não mais nos é possível encontrar.

Tradicionalmente, a comunidade é identificada como um lugar “cálido”, por isso, confortável e aconchegante. Sendo justamente um lugar onde é aceitável se proteger dos perigos encontrados fora dela. Em uma comunidade há a garantia da segurança alicerçada sobre a confiança de uns para com os outros.

Bauman (2003) ainda entende a ideia de comunidade como um termo usado ao paraíso perdido, cuja espera ansiosa é de retornar e buscar incansavelmente os caminhos que se deve levar a ele. No entanto, é imprescindível alertar para esta ideia quase ingênua de Comunidade, o que Bauman chama de “Comunidade dos Sonhos”, e a “Comunidade Realmente Existente”. Ao contrário da primeira, esta, que realmente pode-se detectar, exige rígida obediência em troca dos serviços que é capaz de oferecer, ou seja, a conservação da segurança estabeleceria que se abrisse mão da liberdade, ou ao menos a mantivesse limitada pela existência da comunidade.

Todavia, a existência da vida em comunidade suplantaria uma batalha de forças entre a busca por segurança e o desejo de liberdade<sup>5</sup>. Ainda sobre esta definição de Bauman acerca da “comunidade real”, entende-se que se baseia no entendimento compartilhado entre todos os membros, uma vez que este entendimento diferencia-se do consenso, pois o consenso sugere-se que seja a construção de um acordo adquirido entre indivíduos de posições diferentes, fruto de uma negociação. Assim, acerca deste entendimento, Bauman (2003) destaca que:

O entendimento do tipo comunitário não precisa ser construído, já está dado, “completo e pronto para ser usado” e precede todos os acordos e desacordos”. É um entendimento “natural” e “evidente”, dado de antemão, e que confere organicidade a coletividade; que mantém as pessoas unidas a despeito de todos os fatores a que as separam. (BAUMAN, 2003, p. 15).

Assim, compreende-se que o substrato do entendimento recíproco não pode ser expresso, determinado, nem compreendido, caso contrário, seria um acordo artificialmente produzido.

Coadunando os conceitos de Bauman com Giddens, percebe-se que o desenraizamento social ou desencaixe, tem sido os reflexos da alta-modernidade. Esta nova reorganização social tem ganhado outros contornos, a exemplo do distanciamento dos indivíduos de suas terras de origem, globalizando-se para outros lugares dentro do globo terrestre. Este cenário origina outros acontecimentos, a exemplo do distanciamento dos valores e costumes culturais e a perda de vínculos de pertencimento social. Assim, perda de sentimento de grupo é compreendida como uma indicação atual de uma nova cidadania-mundo.

---

<sup>5</sup> “comunidade real” estaria perto de sua natureza a partir de quando ela pudesse se aproximar de três características: primeiramente na medida em que ela fosse distinta de outros grupamentos humanos, sabendo-se assim onde ela começaria e onde terminaria; segundo, na medida em que ela fosse pequena, podendo assim estar à vista de todos os seus membros; e, por fim, na medida em que ela fosse autossuficiente, o que tornaria possível entender se ela fosse capaz de oferecer todas as necessidades de seus membros. ‘Distinção’ significa: a divisão entre ‘nós’ e ‘eles’ é tanto exaustiva quanto disjuntiva, não há casos ‘intermediários’ a excluir... não há problema nem motivo para confusão – nenhuma ambiguidade cognitiva e, portanto, nenhuma ambivalência comportamental. ‘Pequenez’ significa: a comunicação entre os de dentro é densa e alcança tudo, e assim coloca os sinais que esporadicamente chegam de fora em desvantagem, em razão de sua relativa raridade, superficialidade e transitoriedade. E ‘autosuficiência’ significa: o isolamento em relação a eles é quase completo, as ocasiões para rompê-los são poucas e espaçadas (BAUMAN, 2003, p.17-18).

### 6.3 A RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E PERTENCIMENTO

Dentro de um contexto de desenvolvimento local a comunidade tem uma função fundamental e imprescindível, uma vez que o sentimento de pertença ao grupo e ao lugar é essencial para a sustentação e coerência da comunidade. Uma característica importante de uma comunidade é o sentimento de pertença. Nesse sentido, a definição de comunidade tem passado, sobretudo pela afirmação de sua dimensão subjetiva: “a comunidade se estrutura a partir de um sentimento de comunidade, de um senso de pertencer à determinada coletividade.” (SPINELLI JÚNIOR, 2006, p.1).

Nesse viés, entender a relação entre comunidade e pertencimento pelos moradores de um lugar é essencial para a compreensão da vida social comunitária, tendo como suporte a abordagem fenomenológica da Geografia. De acordo com Bonnemaison (2002, p.91) “a correspondência entre o homem e o lugar, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra”.

Desde a antiguidade o sentimento sobre o grupo já eram percebidos. O desenho da cidade romana na antiguidade, por exemplo, e a constituição da cidade-estado nos ajudam a compreender o sentimento de pertença, uma vez que ‘ser’ romano denota ter pelo menos duas identidades: (1) de pertença ao grupo, na condição de ‘patrício’, na medida em que ele se origina de um patriarca comum; (2) de pertença ao lugar, a ‘pátria’, espaço coletivo e demarcado dos patrícios. (LE BOURLEGAT, 2006).

Para Valle (2002) o sentimento de pertença pode ser caracterizado pelo os laços que ligam o sujeito ao modo de ser, aos comportamentos e estilos de um grupo ou comunidade do qual se torne membro, fazendo com que ele se sinta e aja como participante pleno, principalmente no que se refere aos papéis sociais, às normas e valores.

Outro conceito sobre o sentimento de pertença foi elaborado pelo geógrafo Tuan, denominado topofilia, cuja definição é entendida como “o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal.” (TUAN, 1980, p.5). O autor também atribui o sentimento de pertença ao passado histórico, sendo este um fator imprescindível nos sentimentos de amor e afeto atribuídos ao lugar. Esta ideia também foi reforça

por Santos, ao afirmar que “a memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro”. (SANTOS, 1999, p. 264)

Portanto, a manutenção da identidade histórica em um determinado lugar é fundamental para que os moradores conheçam as suas origens e se orgulhem do passado. Em tempos de modernidade líquida, muitas tradições são perdidas ou nem mesmo reproduzidas devido ao desconhecimento ou não valorização de tais tradições.

Hobsbawm (2000) também discute sobre as perdas de raízes no mundo contemporâneo, ao afirmar que:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Dessa forma, desintegram-se os velhos padrões de relacionamento social humano e os elos entre as gerações se quebraram. Isso ficou muito evidente nos países mais desenvolvidos da versão ocidental do capitalismo, onde predominaram os valores de um individualismo associal absoluto [...] reforçados pela erosão das sociedades e religiões tradicionais. (HOBSBAWN, 2000 *apud* RIBEIRO, 2006, p. 4).

Tuan (1980) ainda discute a relação com a consciência do passado a partir das percepções entre visitantes e nativos sobre um determinado local. Assim, o autor atesta que para o visitante, o confronto com a novidade é determinante para suas impressões. Já o nativo é influenciado pelo comportamento, pelas tradições locais, conhecimento e mitos. Sobre o sentimento de pertença, Tuan também traz o conceito de Topofobia, quando as pessoas possuem um sentimento de repulsa por determinados locais.<sup>6</sup>

Outras manifestações de sentimento de pertença também foram estudadas por Le Bourlegat (2006). Segundo o autor, cada espaço de vida é formado e um lugar existencial, pelo qual nascem sentimentos de afabilidade e de pertença. As distintas formas de existência são engendradas por conteúdos específicos de relação (familiares, comunitárias, societárias), ascendo por eles um

---

<sup>6</sup> “A familiaridade das pessoas com o meio onde se vive pode gerar, ao contrário de afeição, o desprezo, a repulsão e a aversão por lugares que são considerados feios ou desagradáveis por provocarem sentimentos de repulsa, desconforto ou medo.” (AMORIM F., 1996, p.145).

sentimento de afetividade ou de 'lugar' (sentimento de lar, de pátria). As manifestações desse sentimento aparecem como bairrismo, nacionalismo.

De acordo com Tuan (1980) toda comunidade, por menor que seja, possui o fenômeno que ele denominou de 'ilusão da superioridade'. Esse fato reside no esforço por parte das comunidades em manter um sentido de centralidade, a exemplo de:

[...] corajosamente tentam manter um sentido de centralidade, proclamando que sua cidade é, por exemplo, a 'Capital Mundial da Salsicha' (Sheboygan, Wisconsin) ou até desesperadamente, 'A Maior Cidade do Seu Tamanho' (Taunton, Massachusetts). (TUAN, 1980, p. 36).

Com o processo de globalização em curso, bem como com a espetacularização urbana, fruto muitas vezes, do marketing turístico, cidades estão em busca de se diferenciarem de outros territórios a fim de captação de visitantes para fins turísticos e/ou investimentos em prol do capital. Assim, as relações de sentimento de pertença se perdem, tendo em vista novos modelos constituídos nesta relação cidadania-mundo.

Diante deste contexto da formação das comunidades em tempos de alta-modernidade, a relação de pertencimento é essencial para compreender as formas de organização social frente à sociedade contemporânea. O pesquisador Marcos Palácios (2001) afirma a existência de elementos fundantes que caracterizam uma comunidade na atualidade. São eles a saber: a) sentimento de pertencimento; b) sentimento de comunidade; c) permanência (em contraposição à efemeridade); d) territorialidade (real ou simbólica); e) forma própria de comunicação entre seus membros por meio de veículos específicos. Assim, o mote da territorialidade adquire um novo sentido:

O sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma Comunidade, desencana-se da localização: é possível pertencer à distância. Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outro (a distância), mas possibilita a co-existência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas. (PALÁCIOS, 2001, p.7).

Nessa medida, o sentido de territorialidade pode assumir uma conotação física ou simbólica, uma vez que a localidade geográfica não é mais um fator preponderante de uma comunidade, pois mesmo a distância pode-se sentir parte, o

que leva a acreditar a relevância do sentimento de pertença, uma vez que já é possível pertencer mesmo a distância.

Comunidade é um fenômeno social que ainda inexistente no Brasil, ao menos em áreas urbanizadas e alfabetizadas, pois:

A nossa estrutura política, autoritária e desmobilizante, não tem permitido a disseminação dos ideais democráticos, indispensáveis a qualquer aglutinação comunitária. Talvez as experiências propriamente comunitárias no Brasil (além das sociedades tribais, isoladas da sociedade nacional) sejam aquelas que encontram na miséria um fator de aglutinação: nas favelas das grandes cidades e nos povoados das áreas rurais, constituídas respectivamente por migrantes e imigrantes potenciais. (MARQUES DE MELO, 1981, p. 58).

Assim, é possível associar que frente as dificuldades econômicas ou de extrema miséria, há uma inclinação para que os indivíduos se organizem socialmente, a fim de minimizar os problemas sociais que muitas vezes, o estado não dá conta de resolver. Nunes (2002) faz um estudo que diferencia a pobreza no Brasil e a exclusão na Europa. A autora conceitua que a noção de pobreza é vista aqui como propriedade do contexto brasileiro ou ainda latino-americano (preferindo-se não falar de contextos próximos, mas pouco conhecidos, como o africano), e a noção de exclusão é associada a sociedades de maior igualdade social, particularmente ao contexto europeu.

Nunes (2002) apresenta que a pobreza se distingue da exclusão sob vários pontos de vista<sup>7</sup>. Abaixo, um quadro comparativo entre pobreza no Brasil e exclusão na Europa, de acordo com (NUNES, 2002).

---

<sup>7</sup> Pagan (1996) diz que “a pobreza caracteriza a entrada na sociedade industrial, antes das conquistas sociais e das regulações estatais”, enquanto “a exclusão traduz a crise estrutural de seus fundamentos, depois de várias décadas, durante as quais a miséria parecia haver desaparecido”. Em termos concretos, as duas situações são caracterizadas pela precariedade do emprego, pela falta de qualificação, pelo desemprego e pela incerteza quanto ao futuro. O espaço do habitat é também uma característica comum dos pobres e dos excluídos, apesar das diferenças materiais e tecnológicas entre alguns subúrbios europeus ditos “problemáticos”, por exemplo, e a favela brasileira. O que os aproxima é o fato de que estejam localizados geralmente longe do centro das cidades e que sejam frequentemente percebidos de uma maneira negativa. (NUNES, 2002, p. 21).



Quadro 1 - Comparações Pobreza e Exclusão

Ser pobre no Brasil de hoje (semelhanças com o século XIX na Europa)	Ser excluído na Europa de hoje
Sentimento de pertencer a uma maioria – o povo.	Sentimento de estar fora de tudo, fora da sociedade de consumo.
“Consciência de integração periférica” (CHAUI, 1986), inconsciência ou, menos freqüentemente, identidade pelo sentimento de ser explorado pelos ricos.	Perda de identidade. Vergonha da derrota social.
Esperança religiosa de uma recompensa em outra vida, ou de vida no dia-a-dia. Em alguns casos: sonho de fundação de uma sociedade mais justa.	Falta de perspectivas coletivas, desinteresse pela política e distância das questões religiosas.
Impressão de seguir um destino de pobre, herdado dos pais ou, às vezes, o sentimento de alguma melhora em relação à geração precedente.	Sentimento de derrota diante do fato de que a geração precedente é mais bem-sucedida social e economicamente.
Convivência num ambiente gregário e vivência da solidariedade de vizinhança.	Laços sociais fracos e ambiente de vizinhança indiferente.
Suporte familiar nos momentos de derrota social. Vínculos fortes com uma família polinucleada e sentimento de dever para com os parentes.	Perda de laços sociais nos momentos de derrota social. Contatos reduzidos com a família e desengajados.
Para a maioria, distância física dos ricos e da classe média. Sentimento de estar desprovido de meios de inserção social e de consumo exibidos na mídia.	Proximidade física dos ricos e da classe média. Enorme oferta de bens de consumo, sempre monetarizados. Sentimento de estar desprovido de meios de inserção.
Vida social paralela ao modo de vida dos ricos	Ausência de vida social, perda de tradições.
Grande sofrimento material.	Comparativamente, menos sofrimento material.

Fonte: Nunes (2002).

Outro fator apontado dentro do contexto de pobreza, descrita em uma pesquisa de antropologia urbana em uma comunidade estudada em Salvador-Ba, bairro este denominado de Vila Verde, é o sentimento de alegria de viver, por mais que estes moradores estejam em situações adversas no campo da ausência financeira e estrutural. Nunes (2002).

A diferença aqui estabelecida entre o estado moral das pessoas que vivem a pobreza e a exclusão é baseada tanto nos discursos sobre a exclusão na França e a pobreza no Brasil quanto no que pude perceber no cotidiano do bairro de Vila Verde. Os clássicos sintomas do sentimento de exclusão, largamente difundidos na literatura francesa sobre o tema – sentimento de solidão, tédio, vazio existencial, amargura – não foram observados no bairro popular onde se passa a experiência aqui descrita. Ali, encontram-se os sentimentos de abandono, fatalismo, revolta, rotina, mas não a miséria moral, e, como será visto adiante, percebe-se alegria de viver em Vila Verde. Não se trata de um discurso para atrair turistas, mas de um dado da realidade, na praia ou na favela. (NUNES, 2002, p. 21).

Sobre a globalização e sua interferência no processo de mobilização social, Castells (1999) acredita que as pessoas tendem a resistir ao processo de

individualização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, uma identidade cultural, comunal. Nesse sentido, por intermédio do processo de mobilização social, os indivíduos passam a participar de movimentos urbanos, que defendem interesses mútuos.

Esse fortalecimento de identidades com vistas para a constituição de movimentos criados espontaneamente pelos indivíduos, foi assim descrito por Castells (1999).<sup>8</sup>

a) identidade legitimadora: representada pelas instituições dominantes interessadas em expandir sua dominação; b) identidade de resistência: representada pelas pessoas em condições desvalorizadas e resistentes à dominação; c) identidade de projeto: ocorre quando as pessoas se mobilizam, criando uma identidade capaz de buscar a transformação social. (CASTELLS, 1999, p. 24).

Em aspecto semelhante (PERUZZO, 2002, p.288-292) afirma que, entre as várias maneiras de associação solidária, no conjunto da mobilização popular no Brasil nas últimas décadas, apresentam-se aquelas de maneira comunitária inovadora, acaudilhadas por redes de movimentos sociais, associações comunitárias territoriais, associações de ajuda mútua, cooperativas populares, grupos religiosos, grupos étnicos, entre milhares de outras manifestações.

Peruzzo (2002) aborda que nesse nível, afloram técnicas coletivas e de disposição comunitária, cujos resultados são frutos de uma nova cultura política, na qual passa a existir a busca pela veraz justiça social e participação do cidadão. Esse tipo de mobilização e articulação popular se destaca das concepções tradicionais de comunidade porque constrói características comunitaristas inovadoras, e sem o sentido de perfeição atribuído àquelas, que podem ser percebidas na:

passagem de ações individualistas para ações de interesse coletivo, desenvolvimento de processos de interação, a confluência em torno de ações tendo em vista alguns objetivos comuns, constituição de identidades culturais em torno do desenvolvimento de aptidões associativas em prol do interesse público, participação popular ativa e direta e, maior conscientização das pessoas sobre a realidade em que estão inseridas. (PERUZZO, 2002, p. 290).

---

<sup>8</sup> Ainda de acordo com Castells (1999:84), no mundo atual, as comunidades são construídas a partir dos interesses e anseios de seus membros, o que faz delas fontes específicas de identidades. Essas identidades podem nascer da intenção em manter o status quo ou de resistir aos processos dominantes e às efemeridades do mundo globalizado, ou ainda de buscar a transformação da estrutura social.

Portanto, em tempos de alta-modernidade, onde a fluidez das relações é cada vez mais constante, principalmente no contexto das relações virtuais que desprezam a presença física, a ideia de comunidade tende a ser uma saída para a retomada do espírito coletivo, principalmente quando se trata de localidades que não são amparadas pela legitimidade do estado. Assim, quando existe um sentimento afetivo e de pertencimento por um determinado lugar, as possibilidades de união de uma população em prol de um objetivo são maiores, do que naqueles onde inexistem estes sentimentos, com vistas para alcançarem a abrangência do processo de desenvolvimento, independente da eficiência e do controle político estatal.

## 7 O PAPEL DOS CONSELHOS DE CULTURA

Este capítulo apresentará o papel e atribuições de um Conselho de Cultura, bem como a construção histórica das organizações comunitárias na RNA e a constituição do Conselho de Cultura Popular da região, sendo este o objeto de estudo deste trabalho.

A participação popular e a representação política no Brasil vêm de um histórico de lutas, no qual a expressão da cidadania e a consolidação de seus direitos foram marcas de um processo de colonização e controle do estado, no tocante, à luta contra a ditadura militar e, conseqüentemente, pela democratização do país. No segmento cultural, este cenário político também favoreceu o surgimento de conselhos de cultura, seja na esfera estadual e municipal. Mediante este contexto social, inicia-se o processo de evolução, composição e reivindicação, oriundo da democratização que se deu no país, no final da década de 80.

O número de conselhos existentes no Brasil expressa a amplitude do movimento e de sua presença como conformador do estado brasileiro pós-ditadura. Glauco Faria fala em mais de 20 mil conselhos, conforme dados do IBGE (FARIA, 2010, p. 17) Rocío Castro (2006) indica quase 27 mil conselhos, segundo o Perfil dos Municípios Brasileiros de 2001, com informações referentes ao ano de 1999. A discrepância dos números não afeta a constatação da relevância de tal movimento para se pensar os novos traços que marcam a institucionalidade do estado no Brasil atual (RUBIM, 2010, p.146).

Originalmente, a cultura não estava incluída na Constituição entre os setores que obrigatoriamente deveriam constituir conselhos de gestão e política. A mudança aconteceu somente em 2012, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro, que estabeleceu o Sistema Nacional de Cultura (SNC). A emenda determina que os estados, o distrito federal e os municípios organizem seus sistemas de cultura em leis próprias, com no mínimo um órgão gestor de cultura, um conselho de cultura, um plano de cultura e um fundo de cultura (CALABRE, 2013).

No governo de Getúlio Vargas<sup>9</sup> (1930 a 1945), regulamentou-se uma série de normas e criados novos órgãos no segmento da cultura. Estas iniciativas

---

<sup>9</sup> Mesmo não sendo a cultura uma das áreas tradicionais da política de Estado, o governo Vargas criou o Conselho Nacional de Cultura (CNC). Através do Decreto Lei nº 526 de 1º de julho de 1938, o CNC foi criado como um órgão de cooperação do Ministério da Educação e Saúde (MES), com a função de coordenar as atividades ligadas ao “desenvolvimento cultural”. Segundo o Decreto, o

abarcavam tanto os campos considerados mais clássicos da cultura a exemplo da música erudita, teatro, literatura, etc., como as que estavam sendo objeto de preocupação internacional (a do patrimônio cultural, por exemplo), ou ainda aquelas ligadas aos chamados meios de comunicação de massa (o rádio e o cinema naquele momento).

O final dos anos 1990 é o momento no qual a cultura começa a ser pensada como um campo diferenciado da educação, que necessitava de leis, políticas, ações, projetos e órgãos administrativos específicos. Com o processo de abertura política (pós Ditadura Militar) e, mais especificamente, com a Constituição de 1988, a questão da participação da sociedade no processo da gestão pública começou a ser pensado e praticado de uma nova forma. Os municípios adquiriram maior autonomia e responsabilidade sobre a elaboração de políticas setoriais, alguns criaram novas estruturas, mais democráticas e participativas. (CALABRE, 2013, p.8).<sup>10</sup>

As finalidades atreladas à criação de conselhos gestores de políticas públicas não podem ser caracterizados como ambientes participativos e democráticos em si, uma vez que tudo depende dos usos desta ambiência e das implicações sólidas decorrentes desses usos. Contudo, as discussões acerca do papel dos conselhos gestores (GOHN, 2007; TATAGIBA, 2002; TEIXEIRA, 2005), em geral, os situam entre um risco e uma alternativa: o risco consiste nos conselhos se tornarem espaços cooptados pelo poder público, espaços que simplesmente reproduzem a vontade do Executivo e cumprem o papel de apaziguadores das pressões provenientes da sociedade civil.

Com a democratização política no país, não só a pressão dos movimentos sociais contribui para a participação popular, mas também o próprio Estado reconheceu a necessidade de ampliar a participação da sociedade em deliberações políticas, descentralizando dessa maneira, a gestão pública no país.

---

desenvolvimento cultural abrangia as seguintes áreas: produção filosófica, científica e literária; o cultivo das artes; a conservação do patrimônio cultural; o intercâmbio intelectual; a difusão cultural entre as massas através dos diferentes processos de penetração espiritual (o livro, o rádio, o teatro, o cinema, etc.); a propaganda e a campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias; a educação cívica através de toda sorte de demonstrações coletivas; a educação física (ginástica e esportes) e a recreação individual e coletiva. (CALABRE, 2013, p.7).

<sup>10</sup> A Constituição de 1988 ofertou à cultura o status de direito, quando no artigo nº 215 previu que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Constituição de 1988). Em 2005, por meio da Emenda Constitucional nº 48, o artigo 215 da Constituição ganhou mais um parágrafo, no qual ficou determinado o estabelecimento de um Plano Nacional de Cultura, com duração plurianual, a ser elaborado com o objetivo de fomentar o desenvolvimento cultural do país e garantir a integração das ações do poder público (CALABRE, 2013).

Neste sentido, Teixeira afirma que “com os conselhos não se quer substituir o estado nem retirar-lhes as responsabilidades básicas, mas torná-lo mais permeável e sensível à lógica da sociedade e da cidadania”. (TEIXEIRA, 2000, p. 106). No entanto, para descentralizar, fazia-se necessário alargar a autonomia dos municípios na gestão de suas próprias realidades, e para participar requeria a inclusão popular nos diversos níveis de tomada de decisão: municipal, estadual e federal (MATOS, 2007).

Com o expressivo crescimento dos conselhos nas mais diferentes áreas, amplia-se o debate acerca dos níveis de influência e atuação, perpassando desde o seu caráter consultivo, até o de fiscalização, gestão e deliberação. Para Gohn (2007, p. 55) inicialmente o processo concentrou-se na questão dos conselhos, “priorizando no debate a dicotomia do caráter que deveriam ter: consultivo para auscultar a população, ou normativo/representativo, com poder de decisão”.

A pesquisadora Luciana Tatagiba (2002), investigou experiências de conselhos gestores e, através de suas pesquisas, definiu os conselhos através de três eixos, sendo eles, a saber: (1) espaços de representação paritária e plural; (2) espaços públicos dialógicos e (3) espaços deliberativos. Em decorrência das dificuldades encontradas no cotidiano dos conselhos gestores, Teixeira (2005) afirma que existem cinco problemas enfrentados pelos conselhos:

1.Sua baixa eficácia, o que pode ser vivido pelos conselheiros como uma experiência muito frustrante; 2. Sua baixa efetividade, que está ligada aos problemas inerentes ao equilíbrio na composição do conselho, à representatividade de seus componentes e ao seu poder deliberativo; 3. A alta proliferação dos conselhos em contraposição ao baixo nível de articulação entre eles; 4. O baixo nível de articulação entre os níveis federais e 5. O baixo nível de articulação entre regiões do município que acontece no interior de grandes cidades. (TEIXEIRA, 2005 *apud* HOLANDA, 2009, p.5).

Dentro da estrutura do governo, classifica-se os conselhos de uma maneira geral em dois grupos: **conselhos de políticas públicas**, que são previstos por legislação nacional, sendo eles de caráter obrigatório, e agregam o procedimento de implementação das políticas públicas por meio da esfera federal, e são considerados legalmente indispensáveis para que haja transferência de recursos públicos entre os níveis de governo. Já os **conselhos Temáticos**, não possuem uma dependência obrigatória a um sistema ou a uma legislação nacional. Geralmente, estão vinculados a legislação estadual e/ou municipal. São exemplos

de conselhos temáticos tanto os de patrimônio cultural (muito presentes nos estados e municípios), quantos muitos dos atuais conselhos de cultura, bem como os de linguagens artísticas.

É importante destacar que também a partir da década de 1980, teve-se no Brasil o crescimento dos **conselhos populares**<sup>11</sup>, cuja dinâmica de funcionamento apresenta as suas particularidades em termos de funcionamento, uma vez que, na maioria das vezes, não possui envolvimento do poder público, sendo fruto da militância da sociedade.

A partir da constituição dos Conselhos enquanto espaços para a gestão de políticas públicas percebe-se um crescimento acentuado na sociedade brasileira, a exemplo dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – que registrou, em 2001, mais de 26.000 conselhos municipais nas cinco regiões do país (IBGE, 2003). Um estudo em conjunto realizado entre o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Comunidade Solidária (1997) divide os conselhos em três tipos:

Conselhos de Políticas, Conselhos de Programas e Conselhos Temáticos. Os Conselhos de Políticas fazem parte do Sistema Nacional, com o papel de formular, planejar e fiscalizar as respectivas ações. É aqui onde se situam os Conselhos de Saúde, de Assistência Social, de Educação e de Direitos da Criança e do Adolescente. Os Conselhos de Programa são aqueles vinculados diretamente a programas concretos e bem delimitados, como por exemplo, os Conselhos de Alimentação Escolar, de Habitação, de Emprego, etc. Os Conselhos Temáticos estão associados a ideias ou temas da agenda do município e não estão vinculados necessariamente a um Sistema. Os Conselhos Municipais de Cultura foram classificados como Conselhos Temáticos, pois no período em que o trabalho foi realizado, eram conselhos que se formavam independentemente de uma política centralizada de cultura. Não estavam vinculados a um sistema e eram formados a partir de iniciativas locais, não integradas umas às outras. (HOLANDA, 2009, p.4).

Contudo, apesar do reconhecimento e da legitimidade dos conselhos populares, percebe-se que ainda existe uma bibliografia incipiente, havendo como referência e base, o respaldo das legislações que abarcam os conselhos temáticos.

---

<sup>11</sup> O Conselho ora estudado nesta pesquisa, denominado de Conselho de Cultura Popular da Região do Nordeste de Amaralina – Concult enquadra-se nesta categoria, sendo constituído sob a organização dos moradores do bairro, sem nenhum envolvimento do poder público estadual/municipal da cidade Salvador-BA.

## 7.1 AS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHOS DE CULTURA

Uma pesquisa de informações básicas municipais realizada pelo IBGE de 2006, por meio do suplemento de cultura, buscou informações acerca da infraestrutura do órgão gestor, bem como dos recursos humanos e orçamentários na função cultura, a política municipal de cultura, a legislação, os conselhos, os fundos, as fundações, os cursos, as atividades, os grupos artísticos, o artesanato, os equipamentos e os meios de comunicação – e realiza um estudo sobre a trajetória dos conselhos de cultura no país.

A pesquisa indica que o momento mais exitoso de criação de conselhos de cultura aconteceu na segunda metade da década de 1960. Até 1969, haviam sido criados 10 conselhos. Na década de 1970, foram criados mais 17 conselhos municipais de cultura<sup>12</sup>. Na década de 1980, o número de novos conselhos passou para 33 e nos anos 1990 saltou para 249. No ano de 2000, foram criados 648 conselhos, resultando em um percentual de 68,6% do total de conselhos de cultura existentes no Brasil, sendo que só no ano de 2005 – ano da realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura – foram criados 198 novos conselhos. Segundo a pesquisa do IBGE, em 2006, 17,0% dos municípios possuía conselhos de cultura (CALABRE, 2013).

“Os Conselhos Gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese, eles são dotados de potencial de transformação política”. Sobre a natureza de suas atribuições 13,4 % dos conselhos tinham caráter consultivo, 11,9% caráter deliberativo, 9,7% caráter fiscalizador e 7,5% caráter normativo (GOHN, 2001, p.11).

Abaixo, detalha-se na tabela as atribuições dos conselhos municipais de cultura, entendendo-se que não seja distinta daquelas acionadas pelos conselhos das instâncias estaduais e nacional. Assim, nota-se que as principais atribuições destacadas se referem ao acompanhamento e avaliação dos programas de cultura,

---

<sup>12</sup> Os municípios e estados têm autonomia para elaborar a lei de criação dos conselhos de política cultural. Mas eles devem refletir a dinâmica cultural local. O ordenamento dos conselhos é determinado através dos regimentos internos que devem estar de acordo com a lei de criação. Neles devem estar previstos os processos de funcionamento tais como a formação da mesa diretora das seções, a criação e o funcionamento de comissões setoriais ou temáticas, quando forem necessárias, as formas de votação, a regularidade das reuniões, a convocação de audiências públicas, enfim, todo o universo que envolve o funcionamento de um conselho (CALABRE, 2013, p. 19).



a elaboração de projetos culturais, a fiscalização das atividades dos órgãos gestores de cultura.

Tabela 10 - Atribuições dos Conselhos Municipais

<b>ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS</b>	<b>PERCENTUAIS</b>
Acompanhar e avaliar a execução de programas	76,1
Propor e referendar projetos culturais	74,5
Elaborar e aprovar planos de cultura	72,6
Pronunciar-se e emitir parecer sobre assuntos culturais	69,5
Fiscalizar a atividade do órgão gestor de cultura	54,9
Apreciar e aprovar normas de convênios	36,7
Fiscalizar a provar atividade de entidades culturais conveniadas	33,5
Apreciar e aprovar normas para financiamento de projeto	33,4
Elaborar normas e diretrizes para convênios	31,5
Administrar o Fundo Municipal de Cultura	17,9
Outras	15,0

Fonte: Brasil, Ministério da Cultura, 2009 *apud* Rubim (2010).

Para um conselho, a função **deliberativa** significa agir sobre a elaboração da proposta orçamentária da área na qual se insere, cooperar para a constituição das estratégias de políticas, admitir as diretrizes propostas nos planos setoriais, ou seja, ser coautor e corresponsável pela política, ações e programas implementados pelo poder público. Já a função **fiscalizadora**, entende-se sobre as ações que forem efetivas com recursos públicos de repasses fundo a fundo (governo federal para municípios, ou governo estadual para municípios, ou ainda governo federal para estados). A característica fiscalizadora dos conselhos gestores de políticas é obrigatória, sobretudo no caso do acompanhamento da movimentação de recursos financeiros das políticas públicas, repassados através dos dispositivos assegurados pelo Sistema Nacional de Cultura. Assim, segundo o Ministério da Cultura, os conselhos de política cultural têm como principal atribuição:

Propor e aprovar, a partir das decisões tomadas nas conferências as diretrizes gerais do plano de cultura e acompanhar sua execução; apreciar e aprovar as diretrizes gerais do Sistema de Financiamento à Cultura e acompanhar o funcionamento dos seus instrumentos, em especial o Fundo de Cultura; e fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos decorrentes das transferências federativas. (MINC, 2011, p.27).

Quanto a sua natureza consultiva, entende-se que a função dos conselhos neste sentido, caracteriza-se pela ação complementar em orientar aos órgãos gestores quanto ao processo de planejamento das políticas no eixo local/estadual/nacional.

De acordo com Rubim (2010) o caráter dos conselhos de culturas modifica-se no tempo e no espaço. Mesmo uma distinção realizada entre conselhos deliberativos e consultivos pode encobrir situações muito variadas. Um conselho pode ser puramente consultivo, mas também assumir papel relevante na demarcação de políticas culturais ou, ter um caráter formalmente deliberativo e não deter nenhum poder efetivo de interferir na configuração de políticas públicas de cultura. Ou ainda, um mesmo conselho pode mesclar atribuições deliberativas acerca de determinados assuntos com uma atuação consultiva sobre outros temas. Portanto, as combinações possíveis entre as funções deliberativas e consultivas são múltiplas, bem como seu efetivo exercício.

Outra atribuição dos conselhos que pode ser exercida é o papel propositivo. Ou seja, propor programas, projetos e atividades ao poder executivo e mesmo à sociedade. Neste sentido, a iniciativa e a criatividade dos conselhos estão em jogo. Esta articulação interessa particularmente para a construção compartilhada de políticas culturais abrangendo conselho, sociedade e estado.

Para um bom desenvolvimento das atividades de um conselho de cultura, indica-se que haja a preocupação em sua composição de buscar a expressão de pluralidade em suas atividades, a fim de garantir uma representatividade qualitativa nas mais diversas manifestações e linguagens culturais, a exemplo do teatro, música, dança, literatura, audiovisual, circo e etc, abarcando os segmentos que coadunam com a realidade local/regional no qual o conselho está inserido.

Além dos segmentos artísticos, os setores ligados à economia da cultura (trabalhadores, empresários e produtores culturais) e os movimentos sociais de identidade, como os que representam as etnias (culturais indígenas, afro-brasileiras, de imigrantes, entre outras), as identidades sexuais (de gênero, transgênero e de orientação sexual) e as faixas etárias (como os movimentos de juventude, por exemplo). Também devem ter assento representantes de circunscrições territoriais (bairros, distritos, povoados) e de organizações não governamentais ligadas ao tema da cultura. (MINC, 2011, p. 39).

Um conselho de cultura é visto como um aliado no processo de democratização dentro de um governo, sendo este um instrumento que faz um elo

entre os interesses coletivos de uma determinada sociedade, com os interesses da esfera pública. Assim, esta gestão compartilhada, possibilita que haja um diálogo permanente entre os anseios da comunidade, com o projeto político de ações relacionadas a cultura. Neste sentido, os representantes devem se empenhar a atuar na defesa dos interesses dos seus representados, que conseqüentemente, devem possuir mecanismos de controle e acompanhamento da representação.

Para Calabre (2013) quanto mais os conselhos gestores de políticas tornarem públicas e transparentes suas atividades e decisões, maiores são as probabilidades de democratização dos mesmos, o que permitirá o crescimento dos segmentos envolvidos, caminhando no sentido da garantia de que esses espaços não sejam ocupados pelos mesmos grupos que sempre estiveram no poder. Sobre estes espaços de democratização, são:

[...] espaços de democratização da democracia. Parece redundante, mas democratizar a própria democracia se dá a partir do momento em que os conselheiros aprendem a escutar uns aos outros, a respeitar opiniões alheias, a perceber interesses e necessidades diferentes, a olhar a cidade como um todo e ver como é difícil tomar decisões. (TEIXEIRA, 2005, p. 22).

Sobre a questão da participação social na esfera política, Chauí (2006) acredita que a re-significação do papel do Estado no projeto de democracia cultural implica também na redefinição de todos os atores envolvidos nas políticas culturais, ampliando a participação de atores múltiplos, sendo o Estado mais um ator e não ator solitário. A determinação das demandas não pode ser somente função do Estado ou classe artística, mas da sociedade civil em sua multiplicidade de setores, que melhor conhece suas necessidades. Os regimes democráticos propiciam uma cultura da cidadania. É nesse contexto de ampliação da cidadania que pode-se introduzir a ideia de cidadania cultural, ou seja, a cultura política democrática abre-se para uma democracia cultural. Assim uma política cultural passa por uma cultura política nova, cuja viga mestre é a participação (CHAUÍ, 2006).

Portanto, a participação social voluntária na constituição de conselhos, contribui para a descentralização e ampliação das políticas culturais, garantindo a expressão da diversidade cultural em regiões que estão desprotegidas de ações políticas, sendo esta a alternativa encontrada para minimizar o abismo que existe quando se retrata a concepção democrática de política cultural.

## 7.2 A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA RNA

Com base no livro *Memórias da Região Nordeste de Amaralina*, a primeira associação do bairro foi criada em março de 1957 – a Sociedade de Defesa dos Moradores do Nordeste de Amaralina e Adjacências, que possuía caráter reivindicatório e de luta por infraestrutura. Tal associação foi fechada pelo Exército em 1964, durante o golpe militar. Um dos dirigentes foi embora e o outro se suicidou, ambos acusados de comunistas.

Mesmo com o impacto sofrido a partir da ditadura militar, a comunidade não cessou o desejo de buscar por melhorias para resolver os diversos problemas sociais. Um dos fatores que provocou o ressurgimento do processo de organização comunitária foi a luta inicial dos moradores por escola, uma vez que a situação das crianças era extremamente precária. Foi a necessidade de alfabetização e creche para as crianças que levou um grupo de moradores, entre os quais algumas professoras, a ocupar o espaço fechado da sede da Sociedade da Defesa dos Moradores do Bairro de Amaralina e Adjacências, iniciando ali um trabalho com as crianças da Região, encabeçado por uma professora chamada Maria Alice. Surgiu assim, a primeira escola comunitária local: a Creche Coração da Mamãe, que funcionava com educadores voluntários e está ativa até hoje.

O movimento católico foi um dos elementos impulsionadores deste processo. Por volta de 1966, chegou na região uma italiana católica, que imprimiu uma nova dinâmica na organização local. Anna Sironne, esse era seu nome, havia sido desenganada pelos médicos na Itália, em função de um problema cardíaco, e veio para o Brasil em busca de viver o ano que lhe restava auxiliando comunidades pobres. Seu trabalho começou no Nordeste de Amaralina, apoiando a criação da Igreja São José inicialmente, e em seguida com a criação da Igreja Santo André, no Vale das Pedrinhas, e Cristo Redentor, na Chapada. A partir do apoio financeiro obtido junto a parceiros da Itália e mesmo dos políticos locais, Anna Sironne começou uma ação com profissionalização de mulheres e educação infantil, que até hoje é mantida.

A Escola Santo André começou por oferecer cursos profissionalizantes às mulheres, na tentativa de ampliar as chances de renda. Mas a equipe foi percebendo que as mães muitas vezes levavam as crianças, e isso foi provocando uma nova ação dos moradores, encabeçada por Anna Sironi. (TRAÇOS..., 2006, p. 27).

A contribuição de Anna não se limitou ao trabalho com mulheres e crianças, estendendo-se também às famílias, e acabou por provocar processos de organização em torno das questões de moradia.

A atuação dessa missionária foi responsável também pela consolidação do catolicismo no bairro, com a criação das três Igrejas Católicas atualmente existentes no local. A primeira Igreja apoiada foi a Igreja São José, criada em 1966, no Nordeste de Amaralina.

De acordo com Traços e Laços (2006) Anna recebeu uma doação da Itália para construção da escola e de um salão comunitário. O salão funcionava como capela aos domingos. Quando a missão da Itália chegava, o portão era mantido fechado, sendo aberto quando os patrocinadores se retiravam. Só em 1976 a Santo André foi reconhecida como paróquia e transformada oficialmente em Igreja.

A Igreja Cristo Redentor, na Chapada do Rio Vermelho, é da década de 80, e é fruto também do trabalho iniciado por essa missionária.

Segundo uma professora e moradora do Nordeste de Amaralina há quase 50 anos, nesta época, final da década de 60, o movimento de bairro era muito forte, novas associações estavam começando a se organizar e a comunidade participava mais ativamente dos processos.

De acordo com o estudo realizado pelo PLANDURB, em 1979, haviam cinco organizações comunitárias atuando: a Sociedade União e Defesa dos Moradores do Nordeste; a Sociedade Filarmônica 1º de Maio; a Sociedade Beneficente e Cultural do Bairro do Nordeste de Amaralina; a Sociedade Protetora dos Posseiros das Ubaranas e o Conselho Comunitário do Bairro do Nordeste de Amaralina. Com exceção deste último, criado em 1975, as associações mencionadas datam do início da década de 60.

No Nordeste de Amaralina existem quatro sociedades de bairro – Sociedade União e Defesa dos Moradores do Nordeste, Sociedade 1º de Maio, Sociedade protetora dos posseiros de Ubaranas; e Sociedade Beneficente e Cultural do Bairro de Amaralina, e um Conselho de Moradores – Conselho Comunitário do Bairro do Nordeste de Amaralina. Os trabalhos de ação comunitária do PRODESO iniciados em 1975 na área e interrompidos em março de 1977, identificaram o Conselho Comunitário como a entidade que melhor representa e expressa o interesse do bairro e de seus moradores. O Conselho Comunitário existe há 5 anos, e realiza reuniões mensais para discutir, entre os membros da diretoria, os problemas do bairro, procurando as soluções para os problemas mais graves. A sua diretoria é composta de 22 membros, com uma perspectiva

independente de manipulação político-partidária. Não deve ser exclusiva a participação do Conselho, sendo necessário que a população e as outras quatro associações participem igualmente do programa de desenvolvimento social do bairro. (TRAÇOS..., 2006, p. 30).

As associações que funcionam no bairro são as seguintes:

1. Conselho Comunitário do Bairro Nordeste de Amaralina, sem local próprio. O endereço para identificação é o do presidente – Rua do Norte, 105. As reuniões se realizam no 9º Centro de Saúde.

Suas atividades: reunir-se com moradores para discutir problemas do bairro, procurando soluções junto às autoridades competentes. Realiza reuniões pelo menos uma vez por mês, com um número médio de 12 participantes.

2. Sociedade União e defesa dos Moradores do Nordeste, situada à Rua do Nordeste. É mantida pelos seus 500 associados. Possui departamento médico e tem 19 anos de existência.

3. Sociedade 1º de maio, na Rua do Norte, 31, também sustentada por 1.000 associados. Funciona há 18 anos e mantém uma filarmônica e uma escola de samba.

4. Sociedade Beneficente e Cultural do Bairro do Nordeste de Amaralina, na Rua 11 de novembro nº 406. É particular. Promove atividades educacionais. Funciona há 16 anos e possui 500 associados (PLANDURB, 1979).

### 7.3 O CONSELHO DE CULTURA POPULAR (CONCULT)

O marco constitutivo do Conselho de Cultura Popular da Região do Nordeste de Amaralina (CONCULT) se divide em duas etapas. A primeira organização informal ocorreu ainda em 2005, a partir de representantes da sociedade civil organizada residente na região do Nordeste de Amaralina de Salvador-BA, região esta que abrange os bairros: Santa cruz, Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho. Esta organização informal, foi fruto das discussões ocorridas entre os ativistas culturais do bairro e representantes do governo estadual e municipal, durante o processo de implantação do Programa Viva Nordeste, localizado no Centro Social Urbano – Nordeste.

O Programa Viva Nordeste foi uma iniciativa do governo do estado, criado em 2004 pela Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte (Setras) no qual

foi desenvolvida uma metodologia de trabalho com vistas para a governança inovadora, intitulado de Programa de Desenvolvimento Integrado. Os eixos trabalhados pelo programa foram: educação, cultura, esporte e lazer, geração de trabalho e renda, acesso aos serviços e organização comunitária.

Segundo o último censo do IBGE (2010) a Região do Nordeste de Amaralina em Salvador-BA, possui uma população estimada em mais de 77.000 habitantes, marcados por diversos problemas sociais reflexos da pobreza urbana de uma metrópole. Esta Região destaca-se pela pluralidade de linguagens artísticas e culturais, a exemplo de: grupos de capoeira, hip hop, samba junino, fanfarra, grupo de teatro, grupo de dança, grupos carnavalescos, grupo de teatro de bonecos, artesanato, compositores, poetas e outros.

O Conselho de Cultura Popular da Região Nordeste de Amaralina, também designado pela sigla CONCULT, teve a sua constituição formal em 19 de março de 2007, cuja característica jurídica é de sociedade civil de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, regido por um estatuto aprovado na data de sua constituição.

O CONCULT é representado juridicamente pelo Cadastro Nacional de Pessoa jurídica (CNPJ) sob o número 08.758.431/000-23. É uma entidade comunitária não governamental, sem fins lucrativos, que objetiva contribuir e garantir o pleno exercício da cidadania, por meio das diversas manifestações culturais desenvolvidas na Região, bem como a articulação e potencialização da cultura local.

Segundo o estatuto, pode ingressar no Conselho na modalidade de associado, qualquer indivíduo que comprove residência na região do Nordeste de Amaralina ou que atue na área cultural, e que de acordo com o estatuto, possa e deseje contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade. O candidato a sócio deve se cadastrar junto ao Colegiado Diretor e sua proposta de ingresso será avaliada e julgada por esta instância. Sendo aceita a solicitação, o candidato será admitido como sócio permanente e pode se candidatar a cargos eletivos após um período de 12 meses a contar da data de sua admissão como associado.

O patrimônio do Conselho é constituído pelos bens de sua propriedade; por contribuições espontâneas dos associados; por doações voluntárias de instituições, entidades, empresas e moradores; por recursos provindos de projetos e convênios com órgãos públicos e/ou organizações não governamentais e por receitas provenientes de prestação de serviços.

A organização social do Conselho se dá pela Assembleia Geral dos associados, pelo colegiado Diretor e pelo Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é o órgão supremo da associação e, dentro dos limites legais, pode tomar qualquer decisão de interesse para a sociedade e suas deliberações vinculam e obrigam todos, ainda que ausentes ou discordantes, a acolher as decisões. A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente duas vezes ao ano, nos meses de junho e novembro e extraordinariamente sempre que for julgado necessária.

O objetivo da Assembleia Geral é garantir a participação dos associados na definição de rumos estratégicos da Associação, cabendo a este órgão supremo deliberar o planejamento estratégico e os planos anuais da entidade; estabelecer as ações a serem priorizadas; decidir sobre os investimentos a serem feitos ou deliberar sobre empréstimos bancários ou de outra natureza que impliquem em débito para os associados.

O quórum para a instalação da Assembleia Geral é de 2/3 dos associados, em primeira convocação, e de qualquer número, em segunda convocação, meia hora após a primeira. O que ocorre nas reuniões de Assembleia Geral é registrado em ata, aprovada e assinada por membros do Colegiado Diretor e do Conselho Fiscal presente.

A administração e fiscalização do Conselho é exercida através do Colegiado Diretor e por um Conselho Fiscal. O Colegiado Diretor é constituído por nove membros titulares e cinco suplentes, sendo eles, a saber: Coordenação Administrativa, composta por um coordenador de Relações Públicas, um coordenador de documentação e informação, um coordenador jurídico e coordenador financeiro; Coordenação Setorial, composta por um coordenador de artes, um coordenador de cultura e educação, um coordenador de comunicação, um coordenador de expressões afro-brasileiras e um coordenador de captação de recursos, produção e eventos, eleitos por um mandato de dois anos entre os associados, sendo permitida a reeleição e vedada mais de uma reeleição consecutiva.

O papel fundamental do Colegiado Diretor é de estimular a participação dos associados no Conselho e criar condições para implementação das liberações da Assembleia Geral. O Colegiado Diretor se reúne ordinariamente a cada quinze dias, e extraordinariamente sempre que for necessário, registrando o conteúdo de suas reuniões em livro de atas próprio, indicando o nome de todos os presentes. O



membro do Colegiado Diretor que não comparece por mais de três reuniões consecutivas ou intercaladas, sem apresentar justificativa, perde o cargo.

Para a movimentação bancária, celebração de contratos de qualquer natureza, cedência de direitos e constituição de mandatários, sempre é necessário a assinatura de dois coordenadores, membros das coordenações jurídica e financeira.

Já o Conselho Fiscal tem por finalidade garantir a transparência das operações do Conselho, cabendo-lhe analisar as contas apresentadas pelo Colegiado; analisar os recursos aplicados; Elaborar e emitir parecer sobre o relatório e o balanço apresentado pelo Colegiado e examinar os livros contábeis e demais documentos da Associação em qualquer tempo.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, eleitos em Assembleia Geral ordinária, podendo haver reeleição desde que coincida sempre com o período de eleições do Colegiado Diretor. As reuniões são conduzidas por regimento específico elaborado para tal fim, sendo registradas em livro próprio.

O estatuto do Conselho informa ainda que é vedada a remuneração dos cargos do Colegiado Diretor e do Conselho Fiscal. O documento ainda prevê que o estatuto pode ser reformulado a qualquer tempo, por vontade de 2/3 dos associados, em Assembleia Extraordinária convocada.

Atualmente, o CONCULT tem assento no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Salvador – COMSEA/SSA, na condição de titular e presidência, bem como no Comitê Gestor do Programa Bolsa Família de Salvador.

De acordo com um cadastramento realizado pelo Conselho de Cultura Popular da Região Nordeste de Amaralina (CONCULT), em 2006, existiam, pelo menos, 65 grupos culturais trabalhando na Região. De acordo com a atual presidência do Conselho, atualmente existem cadastrados mais de 100 grupos ligados a cultura.

Atualmente, o CONCULT possui 19 membros em sua diretoria. As reuniões acontecem quinzenalmente, tendo como pauta principal a criação de projetos para pleitear verbas em editais. As reuniões ocorrem na Escola Municipal Teodoro Sampaio, localizado no Bairro Santa Cruz.

## 8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme descrito no capítulo dois, que versa sobre os procedimentos metodológicos desta pesquisa, foi realizado uma análise temática através dos depoimentos dos entrevistados (membros do Conselho de Cultura Popular) da qual emergiram sete categorias, sendo elas: **Violência e Criminalidade; Trabalhador; Cultura Local; Saúde e Educação; Conselho e Comunidade e Poder Público.**

Abaixo, apresentamos a análise destas categorias, por meio de uma construção narrativa, cujo resultado coaduna com os objetivos deste trabalho.

### A Representação da Violência e Criminalidade

*“...O que vê na TV julga ser real, e aquela realidade passa a ser verdade. E não é assim...” (Entrevistado E)*

Dentre os diversos problemas enfrentados pela comunidade da Região do Nordeste de Amaralina, um dos estigmas que marca profundamente os seus moradores é a violência e a criminalidade. Esta temática é recorrente ao longo das entrevistas com os conselheiros, cujos termos mais citados se expressam conforme a figura abaixo. A necessidade de organizar estes termos nesta categoria foi fundamental para compreender outros problemas e necessidades da população da região.

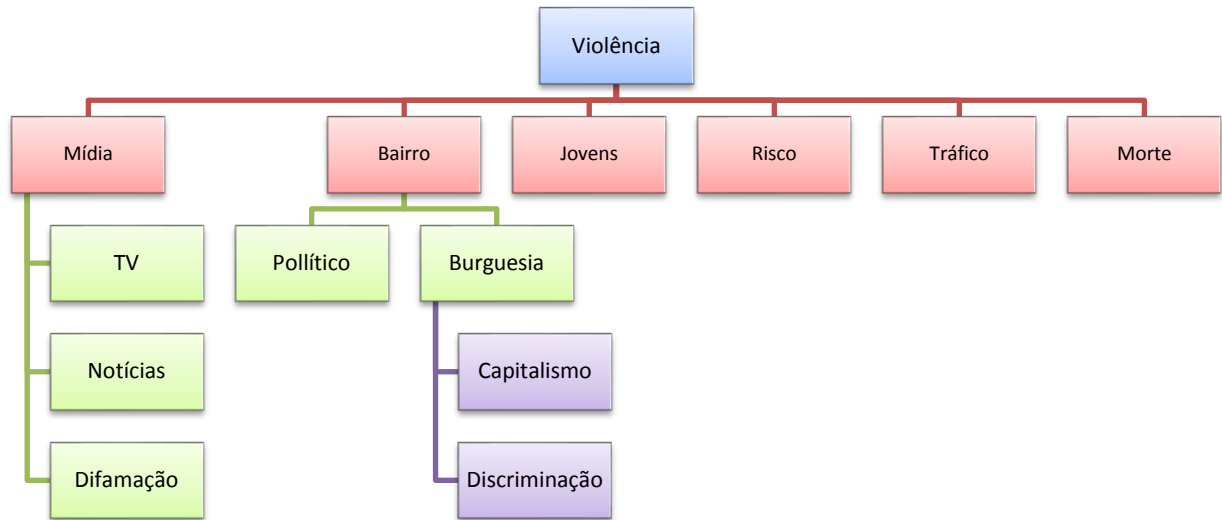
Figura 9 – Nuvem da categoria "A Representação da Violência e Criminalidade"



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Mediante análise da nuvem de palavras construída com base nos excertos dos depoimentos dos entrevistados, por meio da plataforma eletrônica wordle.net, percebe-se que a violência é um fator determinante que afeta a autoestima dos moradores da região do Nordeste de Amaralina. Palavras como *discriminação*, *violência*, *tráfico*, *problemas*, *desvalorizar*, *morte*, *jovens* e *risco* põem em evidência um grave problema enfrentado pelos bairros populares e subúrbios do país, sendo esta uma realidade na maioria destes lugares.

Figura 10 - Organograma da categoria "A Representação da Violência e Criminalidade"



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Diante da figura 10, lê-se a questão da violência dentro do discurso dos entrevistados na região do Nordeste de Amaralina como uma sucessão de fatores, que podem ser hierarquizados conforme demonstramos acima: A mídia, principalmente a televisão, veicula notícias de cunho espetaculoso que de certa maneira afetam a autoestima da população local ao difamar e rotular a região como uma área perigosa e violenta. Outro aspecto que se deve destacar é o fato de a região localizar-se nas proximidades de bairros de classe média alta, que também discriminam a região ao sinalizar que parte dos casos de assaltos e furtos são praticados pelos moradores desta região. Horizontalmente, apresentamos ainda um cenário de violência que afeta principalmente os jovens da região, ao se envolverem com o tráfico de drogas.

Segundo Bourdieu (1997) a televisão pode ocultar mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, ou seja, informar; ou ainda exibindo o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade. Os perigos políticos (e midiáticos) em relação ao uso banal da televisão deve-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam o *efeito de real*, ou seja, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização.

Estes fatos podem ser observados no discurso dos entrevistados e se fazem presentes no imaginário que parte da população soteropolitana tem acerca da região do Nordeste de Amaralina, rotulado como território de alto risco, devido à incidência de crimes e do tráfico de drogas. Pelos depoimentos, percebe-se que grande parte desta construção imagética é feita pela mídia que, ao veicular notícias negativas da região, amplia a desvalorização da mesma e conseqüentemente, diminui a autoestima dos seus moradores. Assim, denota-se que a população desta região além de ser marcada pela criminalidade e violência do tráfico de drogas, também se depara com uma violência simbólica, construída pelos diversos meios de comunicação, e reforçada pelas classes dominantes, principalmente de suas áreas adjacentes, tidas como bairros de classe média alta.

Etimologicamente, a palavra violência pode ser definida como o uso de força física, bem como a ação de intimidar alguém moralmente. Um fato curioso que não foi exposto pelos entrevistados é a violência exercida pelo poder público/estatal, no tocante às intimidações da Polícia Militar aos seus moradores. Atualmente, existe uma base comunitária de segurança, instalada desde 2011, na localidade do Nordeste de Amaralina.

No decorrer desta pesquisa etnográfica, registrei em meu diário de campo alguns depoimentos de moradores da região em que afirmam que as ações policiais em suas diversas abordagens na região excedem em seus protocolos de revista, a ponto de tratar os seus “moradores de bem” como bandidos.

Quanto ao rótulo da região, o **entrevistado B**, (re)afirma este posicionamento com o seguinte depoimento: *“Eu acho... assim muita discriminação em relação a região. Eu acho que todos os bairros são violentos e muita gente vê o Nordeste de Amaralina apenas pelo lado negativo, entendeu?”*. Neste sentido, tal problemática foi discutida neste trabalho, quando expomos nos cenários de violência e seus estereótipos, no quinto capítulo, página 58, as dificuldades de combate à criminalidade, sendo este um dos problemas mais recorrentes nas periferias, favelas ou bairros populares, reforçada por meio de uma transcrição do trecho de uma matéria do jornal *A Tarde* de 2006, que cita a Região do Nordeste de Amaralina como uma área de tráfico de Salvador.

Um fato relevante é a não aceitação da população local no que consiste a denominação da região como uma área periférica. Isso fica evidente no depoimento

do **entrevistado D**, ao falar que: *“algumas pessoas chamam a região de periferia e a gente discorda dessa expressão, porque a palavra periferia significa que são bairros que estão fora do perímetro da cidade. E a gente se sente muito localizado aqui, porque estamos entre cinco bairros laterais que são: Amaralina, Rio Vermelho, Itaipara, Pituba e o Horto Florestal, e nenhum desses bairros que eu acabei de citar aqui são considerados periferia e nós estamos no miolo disso, ou seja, no centro, e há uma tendência do pessoal nos chamar de periferia. Eu, particularmente, gosto muito que chame de Gueto, comunidade ou bairros populares”*. A expressão “periferia” estaria apenas relacionada ao distanciamento do bairro perante o centro, porém, a denominação de “bairros periféricos” está atrelada àquelas constituições do espaço urbano que carecem de infraestrutura, serviços básicos e equipamentos urbanos.

Figura 11 - Imagem do Nordeste de Amaralina com vista para orla



Fonte: Registro do autor (2016).

Outro fator observado nas entrevistas e citado anteriormente é o papel da mídia estadual, ao reforçar tais estigmas, principalmente na conceptualização da Região do Nordeste de Amaralina como uma área violenta. Como mencionado neste trabalho, na página 59, Oliveira (2006) diz que a mídia, ao retratar espaços como bairros populares ou subúrbios, prefere um discurso que enfatize as notícias

geradoras de impacto, no tocante às demandas relacionadas aos problemas sociais que atingem a população.

Bourdieu (1997) afirma que a busca interessada, encarniçada, do extraordinário (ou do espetaculoso) pode ter, tanto quanto as instruções diretamente políticas ou as autocensuras inspiradas pelo temor da exclusão, também efeitos políticos. Dispondo dessa força que é a da imagem televisiva, os jornalistas podem produzir efeitos sem precedentes. A visão cotidiana de um subúrbio, por exemplo, em sua monotonia e seus tons cinzentos, não diz nada a ninguém, não interessa a ninguém, e aos jornalistas menos ainda. Mas caso se interessassem pelo que ocorre realmente nos subúrbios e desejassem mostrá-lo, isso seria extremamente difícil, em todo caso. Nada mais difícil do que fazer sentir a realidade em sua banalidade.

Tal pensamento de Oliveira e Bourdieu se coaduna com os depoimentos extraídos através das entrevistas. O **entrevistado E** afirma que: *“Vejo as notícias da nossa região veiculadas pela mídia de maneira extremamente negativa porque não ajuda, não engrandece... simplesmente coloca o bairro numa posição muito ruim perante a sociedade soteropolitana “não é”? Porque assim, tem pessoas que viveram no Nordeste, saíram do Nordeste e estão querendo voltar pro Nordeste. Mas tem pessoas que viveram aqui na comunidade do Nordeste, saíram e não querem voltar mais, simplesmente porque o que vê na TV julga ser real e aquela realidade passa a ser verdade. E não é assim”.*

Ataide (2000) diz que a mídia é o espelho que reflete o real, o imaginário e o simbólico social. Assim, por mais que inúmeras vezes o sensacionalismo em prol da audiência impere, os meios de comunicação retratam os traumas e as carências destas localidades, muitas vezes de maneira exacerbada. *“A gente não vê essa confusão enquanto morador daqui. Inclusive, o pesquisador está aqui há alguns dias e eu acredito que ele não viu nada do que acontece em outras comunidades. Mas é uma tendência da mídia colocar ou tentar desvalorizar a região do Nordeste de Amaralina, colocando questões geralmente de cunho de violência e dificilmente vai ver lá no Google, botando lá: Nordeste de Amaralina, aparecer essa parte positiva de fato, que acontece aqui na região Nordeste de Amaralina, a exemplo, do carnaval, da capoeira, da dança-afro”.* Relata o **entrevistado D**.

Outro fator que emergiu das entrevistas realizadas com os conselheiros do CONCULT foi o fato de a Região do Nordeste de Amaralina estar localizada geograficamente próximo a bairros de classe média e classe média alta, a exemplo

da Pituba, Itaigara e Rio Vermelho. Assim, tais notícias que são veiculadas também podem ser de interesse capitalista, a fim de expulsar tal população destas localidades, a exemplo do que acontece em áreas que sofreram o processo de gentrificação. Para o **entrevistado C**, este estereótipo insiste em se tornar real devido a diversos fatores, sendo um deles: *“Primeiro é um bairro como eu já falei, que pertence à localidade burguesa. É natural. Tem interesses “político” nessa região. Então a mídia bombardeia pra ver se alguém acredita. Eu mesmo não acredito. Eu gosto do meu bairro. Quando diz assim “seu bairro é violento, é isso e aquilo”, a pessoa acredita e sai do seu bairro, enquanto a burguesia toma conta e enfim... Eu digo assim, também tem esse interesse capitalista por trás desta difamação”*.

Estas distâncias espaciais entre lugares tão próximos, mas divergentes quanto às configurações socioeconômicas, são percebidas no pensamento de Santos (2001) ao diferenciar os espaços luminosos dos espaços opacos, sendo o primeiro aqueles que acumulam densidades técnicas e informacionais, atraindo atividades com maior conteúdo e capital e o segundo os subespaços onde estas características estariam ausentes.

Apesar de também afirmarem que por mais que a mídia exagera existem problemas de violência e criminalidade no bairro, os entrevistados acreditam que o trabalho do Conselho deve caminhar para diminuir a incidência de jovens no mundo das drogas, bem como tirá-los das zonas de risco. *“Mas o que mais nos deixam preocupados é essa violência, “né”? Esse contato, que infelizmente a nossa juventude vem tendo. Esse recrutamento para essa morte, esse... mundo de tanto assassinato”*. Relata o **entrevistado A**.

O **entrevistado B** também concorda com o posicionamento do colega conselheiro, ao afirmar que: *“O nosso alvo são os jovens. Eu trabalho com jovens para tirar eles na verdade da área de risco ou dá uma visão a eles que eles podem ser alguém na vida “né”, ‘mesmo com toda essa discriminação que tem com nosso bairro, porque quando o pessoal diz: “Vou no Nordeste de Amaralina” o pessoal diz: “não vá não que é isso e isso. Às vezes quando chega aqui não é nada disso “né?”. Nosso bairro é maravilhoso de conviver”*. Neste sentido, percebe-se que o direcionamento das ações do Conselho é permeado por atividades que possam inibir a entrada dos jovens no mundo da violência, tendo em vista o alto índice de jovens que entram na criminalidade.



*“Quando se tem uma discussão dos problemas da região dentro do Conselho, dentre os temas, o que considero mais importante para mim é a juventude. Acredito que seja importante o conselho discutir o que está no estatuto da juventude e suas situações de risco, porque esses jovens dependem muita da nossa iniciativa”.* Aponta o **entrevistado C**.

Apesar das dificuldades que existem no Conselho, para efetivar as ações que são projetadas, principalmente no combate da violência. Os conselheiros tem consciência do seu papel enquanto representante da sociedade civil organizada da localidade que residem. O **entrevistado E** expõe que: *“O que a gente ainda não conseguiu efetivar para comunidade sem sombras de dúvidas, a gente ainda não conseguiu efetivar a questão da não-violência, porque os nossos projetos são escritos com este direcionamento. (som automotivo no local da entrevista). Assim, a gente sabe que não vamos conseguir acabar com a violência, acabar com tráfico, com o uso de entorpecentes. Mas a gente sabe que vai amenizar a situação. A gente sabe que pode melhorar a situação do jovem: a perspectiva do jovem. Então eu acho que se hoje o CONCULT está falho é porque a gente não está atuando na questão da perspectiva da juventude. Então, esse é um projeto para o futuro”.*

Mesmo tendo consciência do seu papel enquanto representante do Conselho, os conselheiros acreditam que deva haver um conjunto de ações que abarquem as diversas esferas público/política a fim de criarem mecanismos para minimizar tal cenário que ainda resiste na região. *“Eu gostaria de dizer assim, aos órgãos, que é coisa até que eu não deveria está falando, mas eu acho assim... que os órgãos hoje poderiam nos ajudar. Procure vir aqui. Procure a gente... e tentem ver o que é o Conselho de Cultura para ver se dentro desse diálogo eles podem até ajudar a gente a fazer um projeto maior “entendeu”? Onde a gente possa tirar esses jovens da área de risco e colocá-los em um lugar até melhor, a exemplo de uma escola de dança, um teatro, um futebol, capoeira, que aqui mesmo tem”.* Sugere o **entrevistado B**.

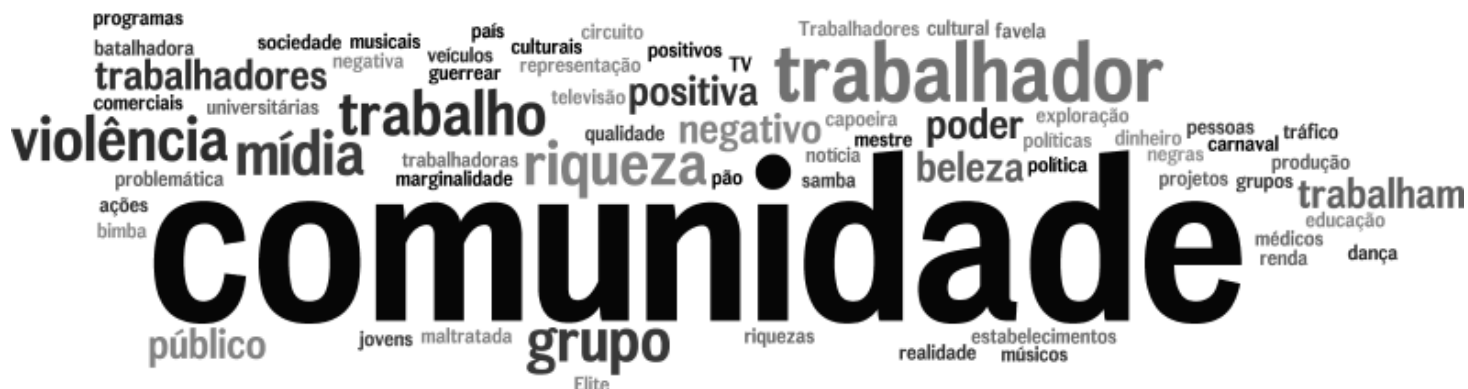
Assim, mesmo sendo um Conselho que atua em prol da minimização da violência na região, faz-se necessário contar com o apoio de outros representantes da esfera pública ou até privada, para envidar esforços a fim do combate desta problemática, sendo evidente que apenas as ações do CONCULT não serão exitosas para ser alcançar tal objetivo.

## A Invisibilidade da Figura do Trabalhador

“...A comunidade é uma comunidade batalhadora: tem muito trabalhador aqui”. (Entrevistado A)

Além da construção imagética de um cenário de violência e criminalidade da região do Nordeste de Amaralina, que é propalado cotidianamente nos veículos de comunicação do Estado, foi-se constatado no decorrer das entrevistas, que parte da população se revolta com a imagem negativa que é divulgada em meios de comunicação, o que despreza, muitas vezes, os aspectos positivos que a localidade possui. Esta generalização de uma população “marginal” foi apresentada na categoria acima, sendo ratificada tanto pelos meios de comunicação como pelas instituições públicas.

Figura 12 - Nuvem da categoria "A Invisibilidade da Figura do Trabalhador"

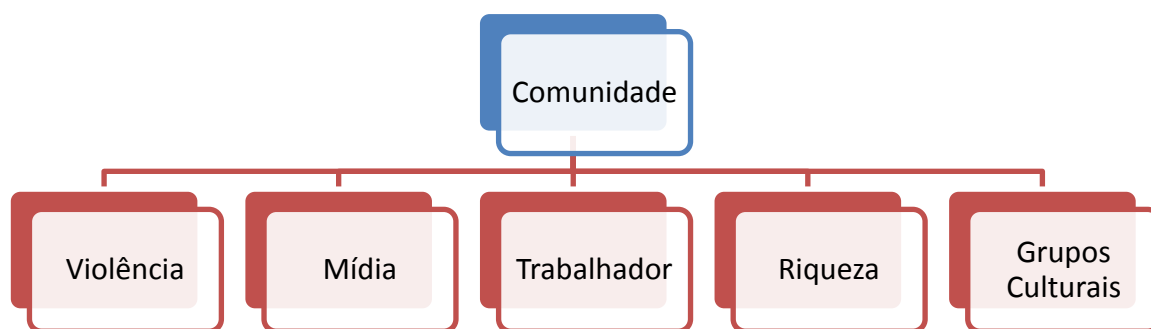


Fonte: Elaboração do autor (2016).

A nuvem de palavras acima demonstra outro movimento dos entrevistados ao caracterizar a região, em termos de nomenclatura. Na nuvem da figura número 9, percebe-se que aparece em destaque a expressão “bairro”. Já na figura de número 12 a nomenclatura utilizada para caracterizar a região é “comunidade”. Analisa-se tal mudança de denominação para citar a região, o fato da temática explorada nesta categoria pertencer ao próprio simbolismo da atuação dos moradores, no tocante, a imagem da idoneidade dos seus residentes, descolada do discurso da mídia em

generalizar os moradores da região do nordeste de Amaralina como “população marginal”.

Figura 13 - Organograma da categoria "A Invisibilidade da Figura do Trabalhador"



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Já na figura 13, a sucessão de palavras captadas no discurso dos entrevistados compõe uma narrativa em que se posicionam enquanto moradores de uma comunidade, cujos problemas sociais como a violência e a criminalidade não podem ser generalizados a toda uma sociedade que divide o mesmo espaço urbano. Neste sentido, o discurso recorrente de que na comunidade existem moradores-trabalhadores que saem de casa para guerrear o seu pão e pouco se evidencia esta figura de bem. Assim, mais uma vez os entrevistados acusam a mídia de criar este imaginário de que a região do Nordeste de Amaralina é caracterizada apenas como um local violento.

Assim, a violência simbólica provocada pela mídia em abordar apenas aspectos negativos da região, inclina os entrevistados a reforçar o discurso de que na localidade existem trabalhadores, que buscam o seu sustento através de atividades laborais formais, informais ou em atividades culturais na própria localidade. Expressões advindas da nuvem de palavras, a exemplo de *trabalho*, *trabalhadores*, *trabalham*, *produção*, *pão*, *riqueza*, *batalhadora*, *guerrear* e *dinheiro*, expõe a necessidade de se posicionarem enquanto população honesta, séria e trabalhadora.

De acordo com depoimento do **entrevistado A**, “a comunidade é uma comunidade batalhadora e tem muito trabalhador aqui”. Tal questionamento faz-se

refletir o sentido da expressão “trabalho”. A informalidade do trabalho ainda prevalece em bairros populares ou aglomerados subnormais, uma vez que a ausência da educação e mão de obra qualificada, dificulta a inserção de trabalhadores no mercado formal. Assim, funções como empregadas domésticas, trabalhadores braçais, vendedores autônomos, dentre outros, prevalecem nestas localidades, inclusive, servindo bairros que localizam em seu entorno, a exemplo das empregadas domésticas, que trabalham em residências de bairros como Pituba, Itaipara, Rio Vermelho e Horto Florestal, o que conseqüentemente, facilita a sua locomoção até estas casas.

De acordo com dados último censo realizado pelo IBGE (2010) quanto a distribuição dos chefes de família segundo classe de renda, a maior parte da população da região do Nordeste de Amaralina recebe menos de 01 salário mínimo ou menos. O censo aponta que a população que não possui rendimento representa 12,7%, a população que recebe até meio salário mínimo 5,16% e a população que recebe até 01 salário mínimo 39,23%. Ao se somar estes três percentuais, teremos 57,09% da população local com renda familiar de até um salário mínimo.

Apesar desse cenário, os moradores evidenciam que existe uma significativa fatia da população que possuem posições de destaque na sociedade ou em processo de qualificação profissional e educacional para isso. O **entrevistado E** revela que *“Aqui no bairro existem pessoas extremamente trabalhadoras. Tem um alto índice de pessoas universitárias, pessoas que conseguiram melhorar de renda, ou que tem seus próprios estabelecimentos comerciais; tem seus próprios veículos. Tem pessoas que trabalham com uma representação política muito forte também; tem bons médicos também que atuam dentro da comunidade; tem muitas coisas bacanas aqui dentro do bairro e a mídia não faz essa exploração no sentido de mostrar o que o Nordeste de Amaralina tem”*.

No depoimento acima, percebe-se que o discurso da exploração de aspectos negativos da região por parte da mídia é recorrente e isso incomoda os seus moradores, tendo em vista que a população local não se reconhece no cenário construído por este imaginário midiático. O **entrevistado E** continua o seu depoimento com o seguinte posicionamento: *“Tem até alguns programas de televisão no qual procura mostrar aspectos positivos. Mostrou o “beleza na favela” que foram meninas aqui do bairro; tem o “beleza da comunidade”, que é promovido pela UPP, com meninas daqui do bairro, no qual destacou as quatro negras mais bonitas da região. A gente tem o*

*nosso próprio carnaval que hoje são quatro dias no circuito oficial, denominado de circuito mestre bimba. Ou seja, tem muita coisa positiva, tem várias coisas bacanas, mas infelizmente a mídia só quer mostrar o lado negativo da coisa”.*

Sob o aspecto das dificuldades econômicas em bairros periféricos e a autoestima dos seus moradores, Nunes (2002) aponta que existem estudos que diferenciam pobreza de exclusão. O primeiro estaria ligado mais ao contexto brasileiro ou latino-americano e o segundo a Europa. Outro aspecto estudado por Nunes (2002) em uma pesquisa de antropologia urbana em um bairro de Salvador-Ba é o sentimento de alegria de viver encontrado na população residente, mesmo que tais moradores estejam em situações de ausências financeira ou estrutural. Esse fenômeno se diferencia da exclusão europeia, uma vez que prevalecem na população afetada sentimentos como tédio, solidão, vazio e amargura.

As ausências econômicas e estruturais inclina uma determinada população a se organizar socialmente. Através dos registros de diário de campo, pude perceber que gira uma economia formal e informal na região. A dinâmica econômica pulsa em todas as ruas dos quatro bairros que compõe a região, possuindo muitos bares, padarias, restaurantes e minimercados, o que reflete na empregabilidade formal e informal de muitos moradores da localidade. Estes empreendedores aparentam tocar os seus negócios na base do senso comum, porém, inserem estratégias mercadológicas de modelos de negócios de sucesso, o que se denomina de técnica de *benchmarking*. Os empreendimentos estão sempre cheios e os moradores relatam que a população adjacente dos bairros considerados como classe média, frequenta estes estabelecimentos para adquirirem produtos com preços mais em conta, principalmente as frutas.

Figura 14 - Feira do Nordeste de Amaralina



Fonte: Registro do autor (2006).

Outro fator levantado que relaciona com esta categoria analisada, são os trabalhadores ligados à área cultural e artística, residentes no próprio Nordeste de Amaralina. No decorrer da entrevista, foi recorrente a alusão de que na própria região existem muitos agentes culturais. O **entrevistado B** afirma que: *“O poder público deveria abraçar mais a parte positiva da região, que são as pessoas que já estão aqui e possuem um trabalho na linha cultural e precisa até ganhar seu dinheiro dentro desse trabalho. Mas aí dão preferência para as pessoas de fora, entendeu?”*.

Ainda sob este aspecto, o **entrevistado A** corrobora com o posicionamento do entrevistado acima, ao citar o envolvimento dos moradores locais em atividades artísticas e culturais, que de certo modo, movimentam a cena da identidade cultural da região, considerando-as inclusive, como ações políticas: *“Tem muita notícia negativa falando dessa questão da marginalidade e pouco se fala do trabalho e das ações políticas que desenvolvem aqui na comunidade. Existem projetos vindos da própria comunidade, pessoas que trabalham com isso, a exemplo de grupo de capoeira, grupo de samba, grupos musicais, grupo de dança. Pouco se fala disso. O que dá mais vazão é a questão da violência, que não é só isso. É uma problemática muito grande, que tem que ser*

*de certa forma debatida, combatida, mas tem a questão também da produção da comunidade e dos trabalhadores, que pouco se fala, “né”... desse trabalhador. Pouco se fala desse trabalhador, que sai daqui pra construir riqueza pra sociedade e esse trabalhador pouco usufrui da riqueza que constrói nesse país”.*

No depoimento acima, mais uma vez o entrevistado reforça o papel da mídia na construção da imagem negativa da região e retoma em seu discurso a problemática da midiaticização da violência da região. Outro fator que deve ser destacado neste depoimento é a recorrência da expressão “*pouco se fala*”, o que demonstra a revolta desta população quanto a invisibilidade da figura dos trabalhadores e agentes de políticas culturais. O **entrevistado A** continua o seu posicionamento afirmando que:

*“De antemão, eu queria falar assim, da comunidade, dessa questão que eu vejo passar, que eu fico muito triste quando eu assisto uma TV e vejo algo falar assim da questão da violência da comunidade. Nossa! Imagine só... Você ver a sua comunidade todo dia sendo maltratada pelo poder público, pela mídia. E eles pouco dizem que daqui saem trabalhadores, pessoas que deixam seus filhos, deixam sua família pra guerrear o seu pão e aí, construir a riqueza desse país. E desses moradores daqui saem grandes músicos: agora mesmo, tenho um primo que está tocando na Timbalada e isso não é falado. Por que que tem que falar só do lado negativo da comunidade? por que só tem que se pontuar isso se tem outras coisas, “né”!? Daqui saiu o Samba Elite, saiu riquezas culturais! E outra, nós, na maioria, somos trabalhadores. Essa questão da violência, do tráfico, é muito pouco que se domina. Infelizmente estão recrutando nossos jovens sim, mas que não é só isso. E se tivesse atividades pontuadas com educação de qualidade que chamasse esse aluno, com certeza a gente teria outra realidade”.*

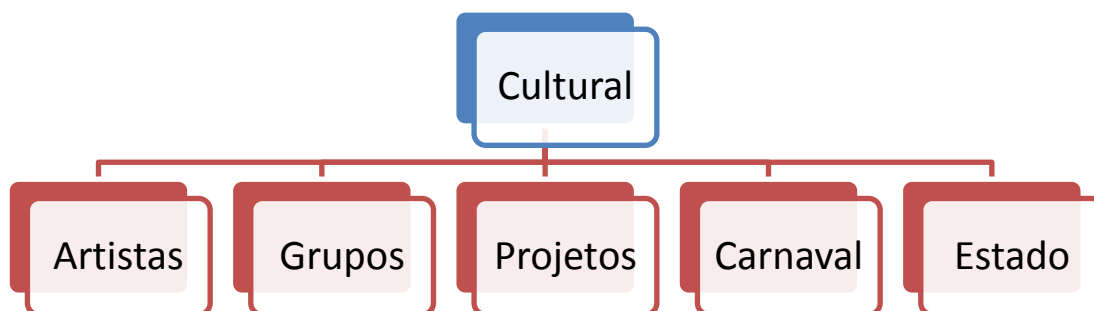
Neste sentido, o entrevistado mais vez expõe problemas sociais que são encontrados na região, apontando que atividades pontuais relacionadas a educação seriam alternativas para combater o alto índice de violência e criminalidade que assola a localidade. Outro fator que deve ser destacado no depoimento acima é quando o entrevistado relata a sua indignação ao ver a sua comunidade sendo maltratada. Assim, pode-se interpretar que a região sofre uma dupla violência: a violência do Estado e a violência da mídia. Além das ausências do poder público que são encontradas na região, a exemplo de equipamentos urbanos e necessidades de





Carnaval na própria região, sendo esta festa inclusa no circuito oficial do carnaval de Salvador.

Figura 16 - Organograma da categoria "Cultura Local e Identidade"



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Quanto a figura 16, a categoria se justifica pelo fato dos entrevistados reforçarem em seus depoimentos, a profusão cultural existente dentro da região do Nordeste de Amaralina, com artistas de destaque e reconhecimento, bem como a realização do carnaval na região, sendo esta festa integrada aos circuitos oficiais do carnaval de Salvador.

Nos meus registros do diário de campo percebi que a população também se orgulha em ter a festa sendo realizada dentro da própria comunidade, uma vez que evita o deslocamento para os circuitos de maior fluxo nos dias de festa. Outro fato importante que foi observado é que conselheiros e moradores atestaram que durante a festa, o índice de violência é baixíssimo o que desmonta a imagem de que o bairro é predominantemente violento.

Apesar das dificuldades e problemas sociais, os moradores se articulam para a realização das atividades culturais a fim de dar visibilidade para os artistas locais que residem na região. O **entrevistado C** afirma que um dos pontos positivos de viver no Nordeste são as manifestações culturais que emergem dos seus moradores: *“A positiva de viver aqui é que eu acho assim, que o Nordeste de Amaralina é um celeiro da cultura, um ponto positivo: celeiro cultural”*.

Este posicionamento do entrevistado coaduna com o que Serpa detalha acerca da ideia de cultura, descrito no quinto capítulo, página 65, Serpa (2007) acredita que é uma tarefa ingrata abarcar as representações e práticas sociais das

classes populares em cidades contemporâneas, particularmente em Salvador, onde existe uma transformação da paisagem da cidade para o consumo turístico.

O **entrevistado A** reforça o discurso do entrevistado acima, ao afirmar que: *“Aqui existe muita produção cultural. Muitos grupos. Principalmente no lado musical, “né”, daqui. Inclusive, uma música muito famosa cantada por Daniela Mercury<sup>13</sup> foi composta por um morador daqui da comunidade. Então em relação à cultura aqui é muito...muito produtiva”*.

Conforme demonstra a tabela de equipamentos culturais por região administrativa, na cidade de Salvador, descrita neste trabalho na página 66, a ausência de equipamentos em bairros populares e nos subúrbios é notória. A maioria dos equipamentos é instalada em bairros nobres da cidade, o que dificulta o acesso à cultura dos moradores de bairros periféricos, caso possuíssem tais equipamentos em seus bairros.

Botelho (2003), entende que deve haver uma dinâmica de mercado para agregar as políticas culturais públicas ou privadas e suas relações para determinar o seu modo de operacionalização. Neste sentido, no caso dos bairros populares, a população local é obrigada na maioria das vezes, a se articular socialmente e institucionalmente, a revelia do Estado, para promover e disseminar a suas identidades culturais. O **entrevistado E** afirma que na região do Nordeste de Amaralina existe muita fruição de atividades artísticas culturais, conforme depoimento abaixo:

*“Aqui existem muitas manifestações e eventos, a exemplo da caminhada do NUCANA (grupo de capoeira), existe também os encontros de mulheres que acontece na região do Capim, organizada por mães do bairro que foram vítimas de violência. Daí, elas criaram um núcleo para poder ser de embate a violência dentro da comunidade. Aqui no bairro também tem o grupo dos Alcoolicos Anônimos “né” que é o AA, para poder atender pessoas dependentes do álcool; também tem o grupo de apoio a dependência em entorpecentes; tem o grupo de apoio a gestantes na comunidade também; fora as religiões evangélicas e religiões católica que também desenvolve atividades sociais muito legal. Agora no bairro, a menos de dois anos, foi criado o Conselho do Culto Afro, no qual eu sou uma das pessoas que procuro fazer minha colaboração no que for possível também. Eles tiveram*

---

<sup>13</sup> A canção citada pelo entrevistado é denominada de “O canto da Cidade”, composta pelo morador da região chamado Tote Gira, em 1992. Na ocasião, a música foi entregue à artista em uma fita K7, percussionada em uma tampa de geladeira.

*recentemente a caminhada no Nordeste de Amaralina, no último dia cinco de maio. Tem os eventos locais que acontece; a gente tem o barracão do samba; a gente tem bons artistas; aqui no bairro tem Marcão que tem a sua grife, tem 'Armengue', Tote Gira que saiu daqui também, enfim tem vários artistas muito bacanas que circulam-na região".*

Neste sentido, percebe-se pelo depoimento do entrevistado, que no bairro emergem diversas manifestações culturais, advindas da articulação dos seus moradores, a fim de amenizar as ausências de uma intervenção mais atuante do poder público estatal. Para Castells (1999), este século se diferencia pela globalização das atividades econômicas, organizações atuando em rede e virtualização da cultura.

Sobre o trabalho em rede, fica evidente que a maioria das ações culturais no Nordeste acontece por meio deste circuito e conta com o apoio mútuo dos próprios agentes culturais que residem no bairro. Isso fica evidente no depoimento do **entrevistado B**, ao abordar que: *"Minha relação com a região Nordeste de Amaralina é muito ampla, porque só tem eu de professora de dança aqui dentro da comunidade. Então, tudo que tem dentro da comunidade o grupo que represento tem que estar, entendeu?! O grupo atende 30 jovens, mas em cada setor eu pego 15. Digamos, no Teodoro eu dou aula para 15, no outro lugar mais 15, e aí, vou fazendo o trabalho de dança afro! Então o pessoal me cobra muito. O pessoal me chama muito pra fazer esse tipo de trabalho, que é trabalhar a cultura dentro da comunidade".*

Dentre as diversas atividades culturais que foram desenvolvidas, o **entrevistado E** cita diversas manifestações e eventos ocorridos ainda em 2016, detalhando inclusive, o público que foi atingido.

*"A última ação foi o sarau cultural, que mobilizou, em torno de duzentas pessoas da comunidade entre os artistas e o público, porque artista eu contei cinquenta e o público duzentos. Foi um alcance legal, não é? Tem o barracão do samba também, que é muito bacana e tem uma popularidade bem aceita. Tem o samba que acontece na natureza (rua do bairro) que tem o público muito bom; tem os eventos que acontecem da rádio 'Eu sou Nordeste', que é o núcleo de jornalismo do bairro, que eles também fazem um evento e tem um público muito bacana em torno de trezentas a quatrocentas pessoas. Então todo o evento pontuado em determinados locais do bairro o público é sempre plural. Pode-se dizer que a maior parte do público é a juventude".*

Nesta pesquisa, também foi abordada a questão do papel dos Conselhos de Cultura (página 82). Neste sentido, Tatagiba (2002) em sua investigação, levantou que existem três eixos de atuação dos conselhos, sendo o primeiro “espaços de representação paritária e plural”. Sendo assim, por mais que exista um esforço do Conselho para fomentar ações culturais na região, percebe-se pelo discurso dos entrevistados que ainda há uma necessidade de intervenção do Estado, conforme detalha o **entrevistado A**: *“Para que haja mudança como almejamos, teria que haver uma intervenção mesmo do Estado. Mas já houve uma mudança pequena, no sentido de unificar grupos, entidades que aqui tem no bairro, inclusive, catalogando e escrevendo toda atividade que a gente participa. A gente sempre tira foto, sempre escreve do que acontece. Então... é uma mudança “né”?, porque tem alguém catalogando e é uma mudança também porque a partir do momento que esses grupos se unem, passam a discutir sobre a questão de cultura”*.

O discurso da atuação em rede mais uma vez é revisitado pelo entrevistado, pontuando a necessidade de escrever, catalogar e principalmente registrar tais ações e projetos. Quanto a formalização de grupos e projetos culturais, percebe-se pela força do discurso dos entrevistados que a população se orgulha pelo fato do carnaval que ocorre no bairro, faça parte do circuito oficial da festa em Salvador, como descreve o **entrevistado E**.

*“O projeto do carnaval do Nordeste de Amaralina é realizado pelo Conselho de Cultura desde o primeiro momento. O carnaval já existe há muito tempo, mas ele passou a ter uma dimensão maior segundo os próprios diretores, a partir do momento que o Conselho de Cultura se envolveu em 2012 e aí, dá uma média de 25 mil participantes diretamente do carnaval, segundo os próprios organizadores”*.

Este posicionamento também é visto na fala do **entrevistado A**, ao falar que: *“O carnaval aqui do Nordeste que agora é reconhecido dentro do circuito oficial, foi também foi uma luta do conselho. E acho que são pequenas ações, que vem de certa forma, agraciando a comunidade e evidenciando que não é só violência que existe aqui, mas também temos a questão cultural que é muito forte”*.

Neste sentido, percebe-se que o Conselho de Cultura Popular da região do Nordeste de Amaralina, tem trabalhado em ações deliberativas e fiscalizadoras quanto ao projeto do carnaval na região, sendo esta uma das atribuições do

Conselhos de Cultura Municipal, por exemplo, defendido pelo Ministério da Cultura, no que consiste acompanhar e avaliar a execução de programas. (vide tabela 10)

Dentre outras atribuições de um Conselho de Cultura, o Ministério da Cultura também cita o fato destas instituições proporem e referenciam projetos culturais. No caso do Carnaval que acontece na região, os grupos culturais que se apresentarão na festa, devem solicitar o seu cadastramento pelo Conselho de Cultura da região, que fica responsável de gerir o repasse de verbas do governo do Estado para estas entidades. Sobre esta questão, o **entrevistado A** detalha que:

*“Existe um conselheiro na entidade que escreve projetos para que fomentem de forma financeira esses grupos, a exemplo do carnaval. Como o Nordeste tem essa característica muito forte de ter muitos grupos culturais, a gente de certa forma também ajuda na mediação desses grupos, no que consiste fomentar e escrever projetos. Agora mesmo, tem o carnaval do Nordeste. A gente participa muito nesse momento de está até mesmo catalogando, tirando foto, escrevendo, para ter algo escrito, catalogado, organizado, de como acontece esse evento que a gente considera importante pois é algo feito pela comunidade, produzido pela comunidade e com a intervenção do Estado”.*

Apesar do carnaval está inserido na programação oficial da festa e ser motivo de orgulho e conquista por parte dos conselheiros, a condução do projeto requer certa desconfiança por parte de um Conselheiro, visto até com pessimismo, ao assumir que: *“...A mesma coisa o projeto do carnaval: um dia desse acaba. Está tudo maravilhoso, está tudo lindo, mas um dia desse acaba, sabe por quê? Mudou um monte de coisa. Agora, você tem que pagar. Se você não tiver condições para pagar ali, como é vai botar sua mercadoria pra vender?! Entendeu?”.* Desabafa o **entrevistado B**.

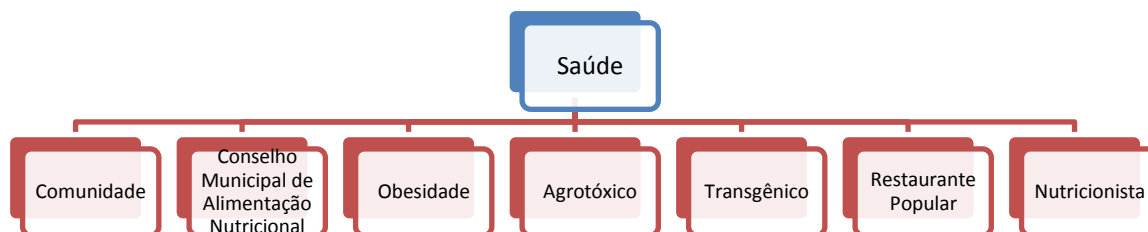
Fica evidente que apesar dos benefícios gerados pela organização do carnaval por parte do Conselho de Cultura Popular, os conselheiros estão atentos quanto a condução do formato do projeto, prevendo possíveis entraves que podem dificultar o acesso de agentes culturais para participar da festa.

### **O Foco das Ações do Conselho: Cultura, Saúde e Educação**

*“...porque sem educação ou saúde a gente não vai a lugar algum...”* (Entrevistado B)



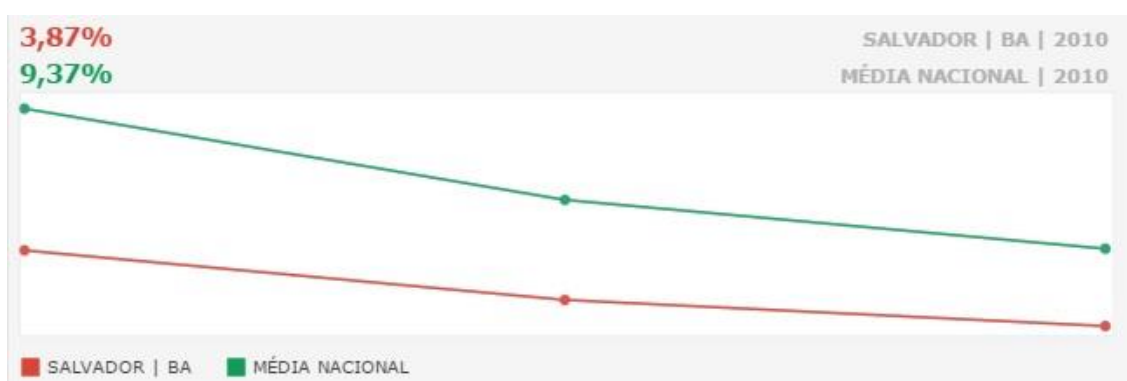
Figura 18 - Organograma da categoria "O Foco das Ações do Conselho: Saúde e Educação"



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Segundo dados do Ministério da Saúde (2010) Salvador possui uma taxa de analfabetismo registrada em 3,87% da população acima de 15 anos, taxa esta inferior a média nacional, que gira em torno de 9%, conforme o gráfico de número 02. Mesmo com um número abaixo da média nacional, percebe-se que tal taxa apresenta um percentual alto, tendo em vista as políticas de incentivo para a educação encampadas pelo governo federal, a fim de erradicar esta problemática.

Gráfico 2 - Taxa de Analfabetismo (população acima de 15 anos)



Fonte: Deepask – Pesquisa do Ministério da Saúde DATASUS.

Para o **entrevistado A**, o Conselho tem se mobilizado para realizar oficinas e eventos nas escolas da região, conforme relata neste depoimento: “*O que eu mais considero importante é a questão de educação. Por ser educadora e saber a importância da educação que é extremamente fundamental, eu acho que se a gente tivesse pelo menos 15% de acesso a uma educação de qualidade, digo de uma educação libertadora,*

*não é a educação de apenas conteúdo, mas de se ver como cidadão, ver qual é o seu papel na sociedade, o quanto você é importante, a gente teria com certeza outra sociedade outra comunidade".* A análise deste depoimento nos faz refletir sobre o modelo educacional que é ofertado atualmente. Neste sentido, quando o entrevistado utiliza o termo "educação libertadora" ele comunica que o modelo adotado prioriza apenas os conteúdos de disciplinas, desprezando outras funções que a educação poderia contribuir, permitindo por exemplo, que os processos educativos fossem direcionados para uma educação mais humana, que evocasse o senso crítico, reflexivo e intuitivo do sujeito, com vistas para um agir que despertasse o seu papel enquanto cidadão na localidade em que reside.

Outro dado que demonstra a força desta categoria é quanto a composição étnica dos moradores da região. Segundo dados do IBGE (2010) conforme destacamos nesta dissertação no capítulo 5, página 57, cerca de 86% dos moradores da região do Nordeste de Amaralina são afrodescendentes (negros e pardos). Tal dado demonstra a desvantagem dos afrodescendentes em relação ao acesso a serviços como saúde e educação, cuja análise histórica faz-se ajuizar sobre as distâncias que essas privações ainda refletem nos dias atuais. Nos aglomerados subnormais, há necessidade de ações nos espaços locais que partem da própria comunidade, sendo este conceito debatido por Foucault (2013) na página 34, em que ele traz o conceito de heterotopias.

A força das ações advindas da comunidade fica explícita no depoimento do **entrevistado B**, ao afirmar que: *"O objetivo do nosso trabalho no Conselho é educação e a saúde, porque sem educação ou saúde a gente não vai a lugar algum, que é um pouco até complicado a gente discutir isso porque às vezes a gente vai em busca de algo dentro da educação e não consegue, a gente vai também em busca de algo dentro da saúde e não consegue "entendeu", então a gente tenta através do nosso projeto fortalecer isso".* Assim, mais uma vez fica evidente que as ausências encontradas em sua localidade, faz com que os moradores se organizem socialmente, a fim de realizar ações e projetos que muitas vezes seria função do Estado.

Além de realizar atividades para a comunidade pautadas na educação e na saúde, os entrevistados destacam com orgulho, a representação do CONCULT no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Salvador, como demonstra o **entrevistado E**: *"Acho que temos reconhecimento municipal e estadual*



*porque como o CONCULT tem nove anos de caminhada, não tem esse político que não saiba quem é o CONCULT, quem é o Conselho de Cultura. A gente já chegou a ter representante na esfera nacional do Conselho de Segurança Nutricional e Alimentar, a gente já teve também representante na Associação de Teatro de Bonecos do Estado da Bahia”.*

Ainda sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, o **entrevistado D** aponta que: *“Tivemos, por exemplo, o Conselho de Cultura Popular em dois mandatos, a partir de 2012, na representação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Salvador e nessa última gestão no ano passado, a gente ocupou a Presidência do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, onde as instituições que estavam lá eram uma instituição do Governo Federal, duas secretarias do Governo Municipal, e oito entidades da sociedade civil. Da sociedade civil, tinha o Conselho Regional de Nutricionista da Bahia e Sergipe”.*

Presidir o Conselho de Segurança Alimentar demonstra para os entrevistados, a força do trabalho do CONULT, bem como o prestígio que o Conselho tem perante outras Instituições da sociedade civil organizada, sendo reconhecidos municipalmente pelo trabalho realizado no eixo local/regional, assim como também abaliza o **entrevistado A**, no depoimento: *“No ano passado (2015) teve uma conferência onde participamos da questão alimentar que acho que foi uma grande contribuição da CONCULT, uma vez que é de extrema importância. A gente desvaloriza, mas alimentação de qualidade é tão importante quanto à educação, quanto à moradia. Então é uma das ações também conduzidas de forma voluntária pelo CONCULT”.*

Sobre os projetos para a comunidade no segmento da saúde, o **entrevistado D**, sinaliza que: *“Sobre a questão alimentar e nutricional, a gente pretende aqui, esse talvez seja o destaque, implementar o que é o chamado Restaurante Popular; através desse restaurante popular, teríamos profissionais como nutricionistas, que estaria contribuindo na questão da educação alimentar, uma vez que um dos maiores problemas hoje na questão da alimentação, é a questão da obesidade, principalmente obesidade infantil, porque antes era a desnutrição. Hoje, a questão da obesidade, sobretudo por causa da alimentação com os chamados ultra processados, que tem muito açúcar, sal e agrotóxico transgênico, somando com o sedentarismo, fez com que as pessoas procurassem uma alimentação mais rápida e essa alimentação mais rápida tem dado um prejuízo muito grande do ponto de vista de saúde pública. Na linha da saúde pública a gente pretende sim*

*colocar esse restaurante popular aqui na nossa comunidade, uma vez que a gente entende que é uma forma também de desenvolvimento local”.*

No depoimento acima fica notório o esclarecimento/conhecimento do entrevistado quanto à importância da saúde pública para os moradores da região, inclusive, propondo ações que possam amenizar tais efeitos da má alimentação, não restringindo a atuação do CONCULT apenas em atividades culturais, mais também em qualquer atividade que visa o desenvolvimento humano de seus moradores.

Figura 19 - Rua principal do Nordeste de Amaralina, denominada de final de linha



Fonte: Registro do Autor (2016).

Para compreender as demandas locais, é preciso que o Conselho também conheça a realidade da sua região, principalmente com os novos contornos que os bairros populares vem desenhando, a partir de novos arranjos e ganhos na questão estrutural e econômica destes espaços. Assim, conforme afirma Teles (2006) no capítulo 4, página 46, as transformações nestes espaços distinguem-se da realidade da década de 80. O posicionamento de Teles se aproxima com o depoimento do **entrevistado E**, quando ele afirma sobre as mudanças no perfil da comunidade que reside atualmente no Nordeste de Amaralina: *“Sobre as mudanças na população local à gente percebe que houve um aumento de mais ou menos de 15 a 20% da*

população. E também o ritmo da população mudou; tem muita gente que veio de fora, muita gente que saiu, então são outras características; é uma pesquisa nova que tem quer feita pra saber como é está hoje às pessoas dentro da comunidade; quem são essas pessoas?”. Afirma o entrevistado.

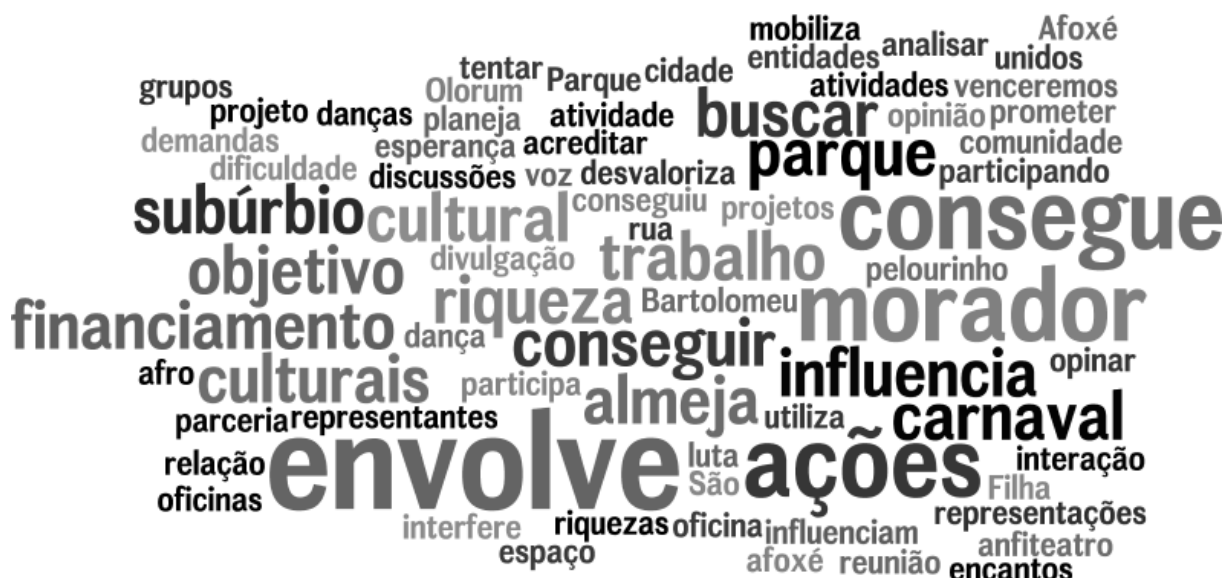
Assim, pode-se refletir o conceito de hiperperiferia abordado por Teles (2006), bem como o de Caldeira (2000) quando ele traz na página 46, a aproximação espacial entre a pobreza e a riqueza, mas ainda distanciados socialmente.

### A Relação entre o Conselho e a Comunidade

*“Uma questão positiva daqui é a contribuição mútua de cada morador. A gente observa isso...” (Entrevistado D)*

Sobre o envolvimento da população local nas atividades do Conselho de Cultura, é notório que na fala dos entrevistados que existe uma participação nas atividades propostas pelo CONCULT.

Figura 20 - Nuvem da Categoria "A Relação entre o Conselho e a Comunidade"



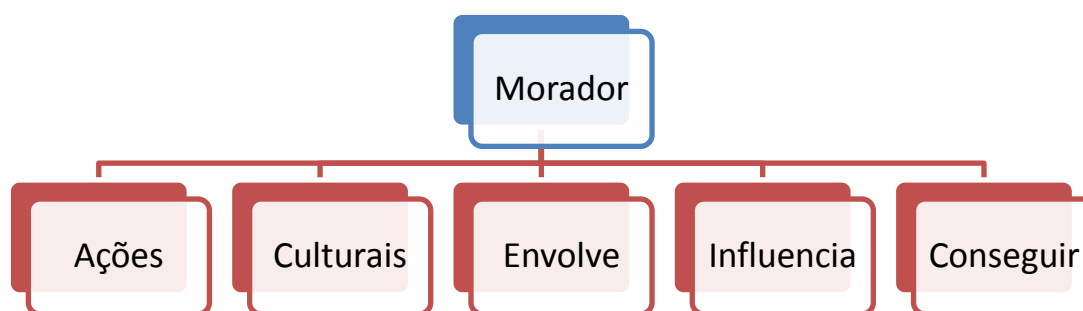
Fonte: Elaboração do autor (2016).

Na nuvem acima, destaca-se as palavras *morador*, *envolve*, *influencia*, *ações*, *consegue*. Organizados hierarquicamente na figura 21, percebe-se no

organograma que existe uma forte relação entre as atividades do Conselho na comunidade, no sentido de auscultar a sua realidade e materializar em atividades que estão imbricadas no fortalecimento dos laços identitários da região em que está inserida.

A relação entre o Conselho e a comunidade é fundamental para que as ações propostas pelo CONCULT possam reverberar positivamente em seus moradores locais, a fim de reduzir insuficiências históricas e buscar ampliar horizontes futuros para a comunidade.

Figura 21 - Organograma da Categoria "A Relação entre o Conselho e a Comunidade"



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Para o **entrevistado A**, *“Quando a gente faz atividades a comunidade sempre participa, sempre vem trazendo demandas, discussões... participando. A comunidade com certeza se mobiliza muito pelas ações da gente”*. Este posicionamento acerca do envolvimento da comunidade, pode estar associado a necessidade de sujeitos procurarem grupos de que possa fazer parte, conforme citado neste trabalho por Hobsbawm (apud BAUMAN, 2001).

Um fato que chama atenção dentro da atuação do Conselho na região é quando acontecem as atividades na localidade e não há a colaboração mútua dos seus residentes em cenários de limitações financeiras para a execução das mesmas. Isso fica explícito no depoimento do **entrevistado C**, ao afirmar o seguinte discurso: *“A comunidade se envolve. Só não se envolve tanto quando está sem financiamento que aí gente não tem o que fazer. Mas se há financiamento nós pomos atividade na rua e a comunidade toda chega junto. Daí, não temos mais dificuldade”*.

O depoimento acima também requer uma reflexão quanto ao sentido de “comunidade”. Para Weber, conforme descrito na página 69, no capítulo 5 em que trata sobre Comunidades nem toda participação em determinadas categorias, da situação ou da conduta, implica em comunidade. O autor defende que a ideia comunitária não pode ser definida puramente pela partilha de situação homogênea, ou por um sentimento de situação comum, de suas consequências e por uma mesma linguagem. Weber expõe que comunidade só existe de fato quando “*a ação está reciprocamente referida e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo*”, ou seja, quando há um sentido do que é coletivo.

Neste sentido, percebe-se de modo implícito no discurso do entrevistado abaixo, que a comunidade também se envolve quando há uma intencionalidade em receber algo em troca. Assim, **o entrevistado B** expõe: “*A comunidade se envolve até demais. Mas é aquela coisa: se envolve com aquela esperança da gente conseguir algo, entendeu? Que você chega aqui no Conselho e diz: Olha, você é do Conselho pode me conseguir isso? Eu digo: eu vou tentar. E às vezes, a gente não consegue. Para aqueles que a gente consegue, irão acreditar na gente todo tempo, porque a gente conseguiu aquele objetivo e os que a gente não consegue? Então, a gente não pode prometer. Nós estamos aqui na luta; nós vamos tentar buscar*”. Além de destacar que a comunidade se envolve na expectativa de conseguir algo, o entrevistado também deixa claro sobre os cuidados que os Conselheiros devem ter ao assumir algum compromisso que não podem cumprir. Esses cuidados corroboram com o pensamento de Giddens (1991) descrita neste trabalho na página 71, capítulo 6, quando ele traz o conceito de alta-modernidade, destacando que estamos em uma nova ordem marcada por incertezas e por alto risco.

Outro ponto que deve ser destacado nesta categoria é quanto à necessidade do Conselho em auscultar as demandas da comunidade, para realizar ações que coadunem com suas necessidades, bem como na influência de atividades que são tidas como emergenciais para a localidade. Portanto, **o entrevistado B** explica que: “*A comunidade influencia nas ações do Conselho: Eles veem, eles dão opinião, eles influenciam sim. A gente marca uma reunião aqui e eles vão opinar. Agora cabe a gente analisar: se for boa nós vamos botar no papel, se não for... mas eles dizem: isso aí tá precisando consertar; vamos consertar. A quadra está quebrada vamos ver*

*como a gente pode buscar alguém que possa fazer"... E aí a gente vai botando... mas interfere sim".*

Sobre este mesmo tema, o **entrevistado D** comunga da mesma opinião do entrevistado acima, e diz que: *"A comunidade influencia sim. O que seria essa comunidade? Os membros do conselho é comunidade, cada um dos representantes de entidades também são comunidade. Então assim, o morador ele tem voz ativa, ele também é comunidade, ou seja todos nós estamos nesse processo de comunidade".*

Sobre o contexto do Desenvolvimento Local, um aspecto relevante quando se fala em comunidade é o sentimento de pertença. Conforme afirma Spinelli Júnior (2006) transcrito nesta dissertação no capítulo 6, página 73, a comunidade se estrutura a partir de um sentimento de comunidade, de um senso de pertencer à determinada coletividade. Esse sentimento de pertença é visto dentro da região do Nordeste de Amaralina, a partir do momento em que a própria população local se envolve nas ações empreendidas pelo Conselho, como foi destacado acima, porém, existem moradores que não expressa o sentimento de pertença destacado pelo autor Spinelli Júnior. Para esta análise temática, destaco o depoimento do **entrevistado A**, cuja análise discursiva nos leva a crer que ainda possuem moradores que não estão imbuídos com o espírito de coletividade dentro da região: *"Muitas vezes o próprio morador da comunidade desvaloriza o bairro sem saber a riqueza cultural que a comunidade tem. Então é algo que a gente planeja, a gente sempre almeja em desenvolver esse trabalho pra mostrar o que essa comunidade tem e que por falta mesmo de divulgação o próprio morador não sabe".*

O discurso acima demonstra que o sentimento de pertença de uma determinada comunidade, também pode estar ligado ao conhecimento das ações e atividades culturais de uma determinada comunidade. A partir do momento em que a população conhece e prestigia tais atividades, se sentirão representados por estas, o que, por conseguinte, estarão dispostos a participarem mais e se entrosarem nas questões culturais de sua localidade.

Outro dado obtido através das entrevistas com os Conselheiros, que de certo modo, demonstra a importância das ações na comunidade com vistas para o desenvolvimento local, é a inserção das atividades culturais do Nordeste de Amaralina em outras comunidades de igual situação, ou a parceria existente entre estas comunidades. O **entrevistado D** aponta este posicionamento com o seguinte

depoimento transcrito: *“Nós conselheiros, temos uma relação boa não só com as representações da comunidade Nordeste de Amaralina como fora também. Eu posso dar um exemplo aqui do Afoxé Filha de Olorum, que fica no pelourinho. O afoxé que sai na avenida tem uma relação boa com a gente”*.

Mais uma vez, a necessidade de atuação em rede, destacado por Castells (1999) retoma no discurso dos entrevistados, no qual se pontua a integração das ações do Conselho da região do Nordeste com demais localidades, sendo corroborado pelo discurso do **entrevistado B**, no seguinte trecho: *“Nós realizamos em 2016 um projeto de parceria ali no Parque São Bartolomeu, junto com o Conselho de Cultura e a resposta foi imediata porque foram vários projetos, inclusive da nossa localidade, e foi uma troca de experiência (é, esqueci o nome agora, eu sei que foi no parque... no subúrbio), eu fiz parte desse trabalho com oficina de dança afro, havia outras oficinas e aí houve aquela interação do pessoal do Nordeste, com o pessoal do subúrbio e a resposta foi linda de mais, então foi uma coisa que a gente sabe que, unidos venceremos”*.

Este trabalho em rede tem como objetivo o fortalecimento das identidades culturais de bairros populares, que muitas vezes são desassistidos de incentivos públicos, ou equipamentos urbanos em suas localidades, usurpando até o direito de utilizar destes equipamentos que estão em áreas próximas a esta região, assim como conta o **entrevistado A**, ao relatar sobre a dificuldade de utilizar dos espaços públicos que estão próximos a região do Nordeste de Amaralina: *“Aqui mesmo a gente teve um grande avanço no circuito do carnaval, mas a gente almeja muito mais. Temos aqui no parque da cidade um anfiteatro que ocorre muitas atividades que não são da comunidade: quer dizer, a gente tem uma riqueza cultural enorme de grupos de danças e que não utiliza aquele espaço. Então é algo que a gente almeja muito que não conseguiu, mas nosso objetivo é também de conseguir desenvolver ações culturais não só no momento do circuito no período do carnaval, mas durante o ano todo. Deixando um momento para que a comunidade possa se mostrar, mostrar os seus encantos, as suas riquezas culturais”*.

Figura 22 - Atividade do Conselho realizada no Parque da Cidade



Fonte: Acervo do Conselho de Cultura popular (2007).

O desejo de atuação em espaços que não sejam obrigatoriamente dentro da comunidade é notório, conforme relata no depoimento acima. Neste sentido, denota-se a ausência de projetos que deem visibilidade para a cultura desenvolvida em bairros periféricos, interpretando-se ainda como um modelo de gestão cultural que segrega e exclui a produção advinda da periferia, onde não se permite a sua exposição em locais que possam atrair públicos de diferentes classes sociais.

### **Ausência do Poder Público**

*“...Gostaria que os órgãos abraçassem mais, todo nosso trabalho cultural e pensasse positivo em relação a isso, porque acho que eles ainda pensam negativo em relação ao nosso bairro; o nosso bairro é lindo...”*  
(Entrevistado B)

Dentre as dificuldades existentes na Gestão do Conselho de Cultura, bem como na relação entre o poder público e a comunidade, encontra-se marcado no



discurso a ausência de incentivos da esfera pública-estatal no que consiste a realização de um conjunto de ações/atividades para minimizar os problemas enfrentados pela região.

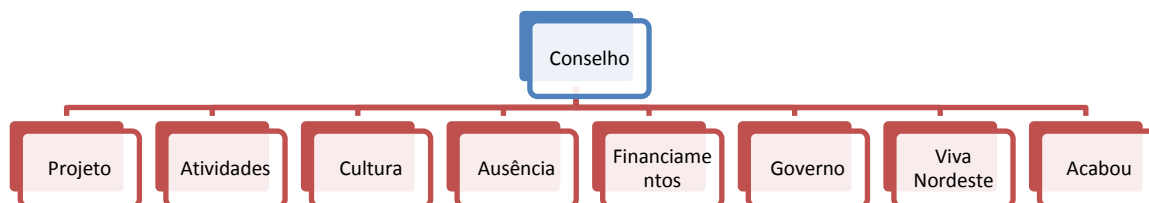
Figura 24 - Nuvem da categoria "Ausência do poder público



Fonte: Elaboração do autor (2016).

De acordo com a análise da figura 23, gerada pela plataforma eletrônica wordle.net, fica evidente que as palavras de maior destaque são: *Conselho*, *Projetos*, *atividades*, *governo* e *cultura*. Abaixo, essas palavras foram organizadas por meio de um organograma (figura 24), para facilitar a ordem e o fluxo do discurso, mediante as demandas sinalizadas pelos entrevistados.

Figura 24 - Organograma da categoria "Ausência do Poder Público"



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Assim, a análise discursiva tende a se fundamentar por meio do argumento que ainda existem pouca iniciativa da esfera governamental no sentido de fomentar projetos e ações para o CONCULT.

O **Entrevistado B**, ao ser indagado sobre os pontos negativos de residir no Nordeste de Amaralina, descreve que: *“O ponto negativo é a gente vê que ainda há uma ausência do poder público em nossa comunidade. A gente anda aqui no bairro, por exemplo, nesse local que nós estamos aqui (praça do bairro Nordeste) não dá pra ser filmado, mas a gente observa ausência de uma melhor infraestrutura. Embora tenha uma coleta de lixo aqui, a gente observa que falta uma limpeza, e isso, aliás, esse problema do lixo, se abrange nos quatro bairros aqui da região”*.

A sensação de abandono e a falta de investimentos em infraestrutura é uma questão que afeta a população, inclusive, na apreensão do espaço urbano destas localidades, conforme dialoga Valladares (2005) no capítulo 4, ao abordar que as periferias se caracterizam como espaços marcados pela concentração de pobreza na cidade e pela precariedade de serviços públicos e equipamentos urbanos. Além destas insuficiências, os entrevistados reconhecem que existem carências também no segmento cultural, a exemplo do que relata o **entrevistado C** logo abaixo: *“Minha reclamação também é a falta de incentivo dos poderes públicos, principalmente com recursos, uma vez que não há interessa pela cultura, não incentiva... não tem incentiva a cultura. É isso eu julgo como importante nas discussões do Conselho”*.

O **entrevistado B** aquilata que além do incentivo às manifestações, as carências dos equipamentos urbanos também dificultam as ações que são propostas pelo Conselho, o que demonstra o descaso na valorização da cultura

identitária dos seus moradores: *“Uma coisa que eu gostaria mesmo que fosse uma coisa positiva, é um Centro Cultural aqui dentro da comunidade, que nós não temos. Nós precisamos de um Centro Cultural. Porque agora mesmo eu vou realizar meu evento, eu tenho que correr atrás de teatros, vou recorrer a “Hora da Criança”, ou o Jorge Amado, coisa que a gente tem que sair. Então se a gente tivesse um Centro Cultural aqui a gente não precisaria estar saindo daqui, por exemplo, e colocar nosso trabalho em outro lugar”.*

Fica evidente no discurso acima, que o Conselho de Cultura Popular tem se preocupado em discutir ações para a comunidade no eixo da cultura, não aguardando apenas a iniciativa estatal para a resolução de problemas ou ações pontuais para a área cultural. Esta ausência do poder público pode até ser explicada por uma questão histórica, tendo em vista que o segmento da Cultura só foi pensado pelo governo como um campo diferenciado da educação, que necessitava de leis, políticas, ações e projetos, a partir da década de 90, conforme apresenta Calabre (2013) no capítulo 7, que versa sobre o papel dos Conselhos de Cultura.

Porém, mesmo com a estruturação dos Conselhos de Cultura Municipal e Popular, percebe-se que existe uma dependência destas instituições quanto a questão das suas atuações, a exemplo do que demonstra o **entrevistado A** no trecho a seguir: *“Se a gente tivesse recursos para fortalecer mais as atividades socioeducativas como oficinas pontuais, ou até uma sede própria para a gente se reunir, de certo, convocaríamos mais integrantes para o Conselho e pessoas para contribuir socialmente e politicamente na comunidade, o que conseqüentemente, iria melhorar muito mais o nosso trabalho”.*

Contudo, na região do Nordeste de Amaralina, percebe-se que houve um incentivo pela esfera pública em realizar um projeto guarda-chuva que ampliasse os horizontes da região nessa esfera, em 2004, projeto este denominado de “Viva Nordeste”. *“O conselho mudou a comunidade há algum tempo. Alguns tempos atrás, (não escondo pra ninguém) a gente teve um respaldo imenso, porque nós tínhamos um financiamento bom e todo dia era cheio de atividade com todas as expressões do bairro. Mudamos a cara do bairro! Os jovens se inseriam demais em nossos eventos. Um dia tinha hip hop, outro dia capoeira, outro dia teatro, outro dia, enfim... era aquele celeiro da cultura da qual nós tínhamos na época, um excelentíssimo governador (prefiro não citar o nome dele na qual respeito demais) que fundou um programa chamado ‘Viva Nordeste’ e o ‘Viva Nordeste’ era um polo da cultura, era um espaço cultural importante, era governo e todas as*

*entidades sociais filantrópica, juntas em um só projeto, onde cada um fazia as suas atividades. Era maravilhoso. Aí veio outro e outro gestor que não se importou um pingo com a cultura, não teve responsabilidade e aí, ficamos sem condições de fazer atividades no qual fazíamos antes".* Relata o **entrevistado C**.

Com base no depoimento acima, fica expresso no discurso do entrevistado que o Conselho colaborou para a ampliação das atividades culturais no bairro, principalmente pelo apoio obtido pelo Governo do Estado no projeto 'Viva Nordeste'. Porém, a não continuidade do projeto enfraqueceu as atividades do Conselho que deixaram de contar com recursos financeiros, o que por consequência, diminuiu o fluxo de ações educativas-culturais na região. Esse saudosismo do programa 'Viva Nordeste' também foi flagrante no depoimento do **entrevistado B**, ao relatar o seguinte depoimento. *"Nós viemos do 'Viva Nordeste' (não sei se você já ouviu falar) mas foi um projeto amplo, foi um projeto bom, mas foi tudo por água abaixo, onde se construiu uma escola de talentos, onde fez um monte coisa, mas acabou com tudo. Acabou"!*

Mesmo diante deste cenário exposto, os entrevistados atestam a necessidade do vínculo com a iniciativa pública para o bom andamento das atividades do Conselho, mesmo não "simpatizando" a inserção política-partidária dentro do Conselho. O **entrevistado B**, expôs em seu depoimento o seguinte posicionamento: *"A gente não gosto muito de político não, mas infelizmente temos que conviver com a política. Mas eu acho que a gente não vai se opuser se vier um político e quiser ajudar. Dentro do conselho eu acredito que nós vamos aceitar (eu estou dizendo aqui por mim), mas eu não sei meus colegas, se vão aceitar. Eu digo aqui, se ele 'chegar' aqui e a proposta dele for boa, óbvio que eu vou aceitar. Agora, primeiro, vou consultar... Porque o Conselho é uma equipe e aí, eu só não vou poder responder pelo conselho".*

Esta abertura de diálogo com a iniciativa pública deixa claro que há uma necessidade de auxílio quanto a recursos, a fim de somar esforços para a ampliação dos projetos envidados pelo Conselho de Cultura. Outra crítica realizada pelos entrevistados diz respeito a valorização das atividades culturais propostas pelo Conselho e a motivação para com os artistas do bairro que já desenvolvem a arte-educação na região, de acordo com o que fala o **entrevistado B**: *"A gente não precisa de projeto pronto. Se chegar aqui e alguém precisar de um professor de teatro nós temos, se precisar de professor de dança temos, se precisar de um professor de capoeira temos. Então*

*gostaria que eles, os órgãos, junto com a comunidade do Nordeste de Amaralina, pensassem em um projeto onde agregasse todo mundo; Agregasse todo mundo quem? Essas pessoas que já tem um trabalho dentro da comunidade, como quem já tem aqui o trabalho de dança, capoeira, teatro; porque às vezes começa o trabalho e não tem ajuda, aí acaba. Porque na verdade você não acha ajuda do governo, que o governo teria que ajudar; o governo vem “tá bom, tá bom” e acabou. Então eu acho que eles (políticos) deveriam olhar mais. Deveriam abraçar mais a região do Nordeste de Amaralina e procurar ver o que é que falta e colocar. Porque precisa ainda de muita coisa. E nós temos muita coisa boa aqui boa”.*

Quanto à questão política, percebe-se que não é suficiente apenas o envolvimento da esfera política dentro do Conselho, existem outros segmentos da sociedade civil organizada ou Instituições de Ensino Superior, que também podem ser vetores para a ampliação de projetos em conjunto com a comunidade. *“Existe a questão de financiamentos. O Conselho de Cultura, por exemplo, embora fosse criado envolvendo várias estâncias de governo e da sociedade civil, sofre com a ausência de financiamentos dos projetos aqui da comunidade, que ainda é algo pra ser repensado. A gente conta também com o envolvimento da universidade, para que, com isso, possamos implementar ações de desenvolvimento local”.* Conta o **entrevistado D**.

Porém, mesmo contando com o apoio de algumas esferas da sociedade civil, há a necessidade de articulação com a figura do político (partidário) no sentido de aprovarem os projetos que são propostas pelo CONCULT, conforme revela o **entrevistado B** no depoimento a seguir: *“... essa questão mesmo de você está correndo atrás pra botar um projeto sem apoio de governo... porque ele precisa saber que o conselho existe. Existe sim! A gente leva um projeto e às vezes eles botam lá na gaveta. Se não tiver alguém pra dizer “esse projeto aqui é do Conselho de Cultura do Nordeste de Amaralina, eu gostaria que o senhor olhasse...tivesse um tempinho pra olhar...” porque às vezes você vê um monte de projeto que não é valorizado. Então, dessa forma o Conselho precisa ser mais conhecido do que já é”.*

Contudo, tal articulação deve ser olhada com cuidado, principalmente na esfera da articulação política, uma vez que esta dinâmica pode vir a se configurar em um espaço de cooptação para interesses políticos partidários, descaracterizando a autonomia e a militância política existente no Conselho, o que de certo modo, evitará clientelismos.

## A Prática do Conselho de Cultura Popular

*“Eu acho que se a gente tivesse recursos para está fortalecendo mais as atividades socioeducativas como oficinas, palestras ou uma sede própria para está se reunindo, convocando... atrairíamos mais integrantes, e mais pessoas para contribuir socialmente e politicamente na comunidade. Isso com certeza melhoraria muito mais o nosso trabalho”. (Entrevistado A)*

A partir da análise do conteúdo das entrevistas que foram concedidas pelos membros representantes do Conselho de Cultura Popular - CONCULT da região do Nordeste de Amaralina percebe-se a importância desta categoria, cujo resultado é o objetivo deste trabalho dissertativo, onde se pode melhor compreender como as atividades culturais propostas pelo próprio esforço da comunidade, pode modificar realidades e traçar novos horizontes para os seus moradores.

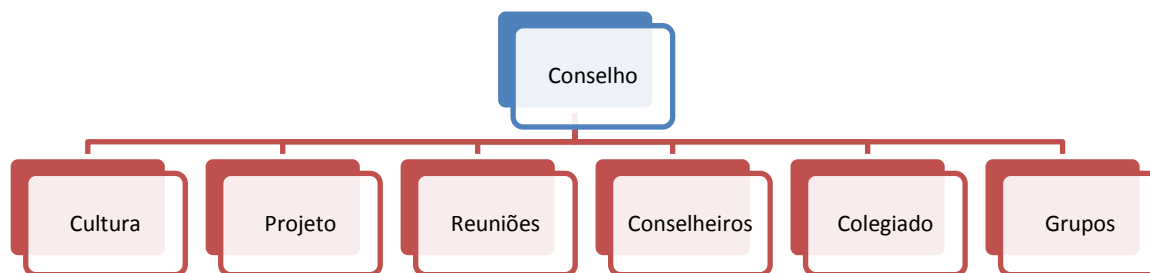
Figura 25 - Nuvem da categoria "A Prática do Conselho de Cultura Popular"



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Na nuvem de palavras acima (figura 25), evidencia-se a força da categoria através das palavras: *Conselho*, *conselheiros*, *reuniões*, *colegiado* e *projeto*, organizadas de maneira hierárquica na figura 26 abaixo, para melhor compreensão do discurso dos entrevistados.

Figura 26 - Organograma da categoria "A Prática do Conselho de Cultura Popular"



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Analisar a prática do CONCULT foi o objetivo principal deste trabalho dissertativo, portanto, avaliar a dinâmica e estrutura do Conselho foi fundamental para melhor compreender como estas atividades culturais ressoam no cotidiano da região do Nordeste de Amaralina, com vistas para a minimização das carências enfrentadas pelos moradores.

Apesar de ter o seu marco constitutivo em março de 2007, o CONCULT surgiu antes mesmo desta data, através de ações pontuais que já eram desenvolvidas por articuladores da cultura na região, conforme conta o **entrevistado D**, a seguir: *“O Conselho nasceu a partir de ações e propostas desenvolvidas na comunidade, entre líderes comunitários e estudantes. Lembro-me que a primeira reunião que aconteceu do programa da onde surgiu o conselho, que foi o programa ‘Viva Nordeste’ ocorreu na Paróquia Santo André em maio de 2001. As reuniões aconteciam na Paróquia Santo André, sempre as quintas-feiras e aos sábados no qual se articulava proposta pra desenvolver um programa para combater a violência e diminuir o índice de analfabetismo e melhorar o índice de moradia e saneamento básico. Foram traçadas várias metas e várias reuniões com a comunidade. Era muita gente (quase duzentas pessoas envolvidas da comunidade) junto com o poder público - nesse caso é o Governo do Estado. Foi até na época da gestão do Governador Paulo Souto, o programa infelizmente acabou quando mudou para a gestão de Jacques Wagner, porque aconteceu um rombo no orçamento do ‘Viva Nordeste’ muito grande, no qual não sei lhe explicar direito bem o que foi, mas aconteceu esse fato. O conselho foi criado no final de 200, dando início em 2007, quando em 2007 ele foi realmente registrado e foi feito uma carta de lançamento do governo chamada carta de nascimento. Tiraram as pessoas que estavam disponíveis para poder participar e colaborar coisa assim”.*

Diante depoimento do entrevistado, revela-se que o Conselho de Cultura surge a partir do momento em que há uma intenção do Governo Estadual em se aproximar da comunidade para (re)pensar ações que possam diminuir as injustiças sociais da região. Neste sentido, o Conselho veio como alternativa paralela às ações do Governo, cuja atuação dialoga com o conjunto de ações propostas pelo programa instituído denominado de 'Viva Nordeste'. Assim, o entrevistado revela que o impulso estatal tenha sido um fator motivacional para que a população se articulasse com vistas para as melhorias da localidade.

Quanto aos membros/integrantes do Conselho, fica evidente que a sua inserção em alguma atividade cultural, permitiu com que estes conhecessem o CONCULT e conseqüentemente, viesse a participar como Conselheiro, assim como detalha o **entrevistado A**. *“Desde os meus 15 anos eu sempre participei de projetos sociais e eu era muito efetiva na associação de moradores daqui do Nordeste de Amaralina. E aí, me falaram que estava surgindo esse Conselho de Cultura e pediram para que eu participasse, e aí, eu comecei a frequentar as reuniões e dessas reuniões eu acabei me tornando integrante e participando das atividades deste conselho”*.

Tal situação foi semelhante com o **entrevistado B**, que depõe abaixo expondo que teve conhecimento do Conselho a partir de suas colaborações artísticas na comunidade. *“Eu conheci o Conselho através do meu trabalho. Eu já desenvolvia um trabalho dentro da comunidade; o pessoal via minha correria e aí, me convidaram para participar do Conselho. Até que não queria porque eu já tenho muita responsabilidade em minhas costas, pois eu já carrego esse grupo junto comigo há 25 anos sem ajuda de órgão nenhum ‘é’ eu e meus amigos... e aí, eles me convidaram para ser coordenadora”*.

Nestes depoimentos fica evidente que a participação dos agentes culturais com sua atuação de destaque na região, foi um dos fatores que embasaram a constituição do Conselho, o que leva a crer que essa inserção na comunidade e o envolvimento com a população local, são fundamentais para que se estreite o laço entre entidade e comunidade, havendo por consequência, mais adesão e participação nas atividades propostas pelo Conselho. Quanto à questão da participação social na esfera política, de acordo com Chauí (2006) citado neste trabalho na página 87, no capítulo 7, que trata sobre os Conselhos de Cultural, há uma ressignificação do papel do Estado no projeto de democracia cultural, o que de



certo modo, amplia a participação da comunidade, uma vez que estes conhecem mais a sua realidade.

Sobre a prática do Conselho no que concerne a escolha dos membros, percebe que há uma divergência no discurso dos entrevistados entre os protocolos legais que devem ser seguidos em uma entidade representativa, guiada por um estatuto e uma “informalidade” cotidiana nesses procedimentos. *“Fui escolhido através da vacância: os diretores que estão ali chamam uma reunião, ou seja, através de edital, e aí, todas as pessoas que tiverem interesse dos quatro bairros, podem chegar ali e concorrer. Foi nesse processo que eu fui aprovado pelos membros, por todos que estavam ali presentes, ou seja, através de uma assembleia e aí, entrei e depois foi para o registro no cartório e a partir dali eu vim representando junto com os demais colegas”*. Aqui fica claro que houve um procedimento legal, conforme as diretrizes de um edital ou estatuto de uma entidade, porém, no depoimento a seguir, o entrevistado relata que existe também uma escolha natural dos membros para a composição do Conselho:

*“Bom, o pessoal me escolheu... não teve bem uma votação. Como eu já fazia um trabalho cultural, o pessoal quis abraçar; eu já estava na área de cultura mesmo, aí me convidaram. Eles me escolheram porque eu já venho de um trabalho que não ganho nada, já faço um trabalho voluntário, então eu acho que eles queriam dar até o mérito de está fazendo parte do Conselho de Cultura até para levantar minha autoestima porque quando eles me escolheram que disseram: “olha, você vai fazer parte”, eu até me senti uma pessoa importante mesmo sem ganhar nada porque acho que alguém àquela hora ali lembrou que eu sou uma peça chave dentro da comunidade do Nordeste de Amaralina”*. Ao valorizar o engajamento dos articuladores culturais da região, convidando-os para participarem do Conselho, mesmo que de modo informal, percebe-se no discurso do entrevistado acima, que o Conselho também é uma alternativa para continuar incentivando estes agentes, uma vez que eles se sentem prestigiados em participarem de uma entidade que representa os seus moradores.

Porém, mesmo com o relato do entrevistado acima cujo teor indica que há um convite para a composição do Conselho, o **entrevistado D** rebate este posicionamento ao afirmar que: *“A representação do conselho se dá por entidade ou simplesmente por uma pessoa física que tem notório trabalho na comunidade. Meu caso eu sou escritor. Mas eu já desenvolvia os projetos sociais e inclusive, e eu fazia parte da Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina, então, são essas pessoas, não é esse*

*negócio “é por amizade vai entrando, não”. Passa por uma assembleia e cada um defende; cada uma das pessoas que são candidatos defende e ali, aquele de grupo de moradores que estão ali de representante, aprova. Ou seja, dá o seu referendo e a partir dali a pessoa está apto a assumir a responsabilidade estatutária”.*

De acordo com Calabre (2013) citado nesta dissertação na página 87, quanto mais os Conselhos gestores tornarem públicas e transparentes suas atividades e decisões, maiores são as chances de democratização dos mesmos, o que permitirá o crescimento deste segmento.

Sobre a condução das reuniões, o **entrevistado D** detalha que: *“Sobre as reuniões elas são convocadas. Embora a gente ainda não tem um espaço fixo, mas no beco da cultura, como está no endereço do blog do Conselho, as reuniões também ocorrem no Polivalente de Amaralina, uma Escola Estadual que foi cedido o espaço pra gente ficar temporariamente, mas a gente também busca outras escolas, por exemplo, a Escola Municipal Teodoro Sampaio, que a gente solicita através de um ofício e a partir dali a gente também reúne por uma convocatória. Geralmente são dois diretores que solicita a presença, seguindo sempre a orientação do estatuto da entidade e aí convoca e ali vê a questão do coro mínimo e a partir daí, tira um secretário ou secretária e um presidente da mesa”.* Tal procedimento está de acordo com o que rege o estatuto do Conselho, demonstrando a preocupação da entidade em seguir os protocolos estabelecidos.

Sobre a frequência destas reuniões, o **entrevistado E** revela que houve uma diminuição no ritmo destas reuniões, elencando alguns motivos: *“As nossas reuniões antes eram semanais (todas as terças-feiras), mas aí eu precisei me profissionalizar. Daí passou se’ quinzenal. Agora a gente se reúne uma vez no mês, porque também o ciclo de vida, nesse sentido o ritmo do bairro mudou muito. Então, a gente se reúne uma vez no mês ou senão de quarenta em quarenta dias, sempre as terças-feiras, às dezenove horas, numa escola local. Por ser um Conselho de Cultura, a gente tem que está dentro de um local de cultura. E o melhor local de cultura hoje, dentro da comunidade que a gente tem, é a Escola. Então, a gente se reúne sempre assim. São vinte e um conselheiros. Tem a articulação, tem a zona chefe - já que é um colegiado - tem os representantes gerais e tem os suplentes.*

Um dado a ser considerado na análise do depoimento acima é que o entrevistado afirma que há 21 conselheiros dentro do CONCULT. Porém, de acordo com o que diz o **entrevistado B**, esse número é bem menor do que o apresentado

pelo **entrevistado E**. *“As reuniões do Conselho são conduzidas por nós mesmos, onde a gente se reúne e tenta elaborar os nossos projetos com muita dificuldade, buscando pessoas que nos apoie. Hoje somos na faixa de dez pessoas no Conselho e aí, a gente vai elaborando nossos projetos de ação e indo buscar recurso aqui, recurso ali e caindo e levantando”*. Assim, mediante a informação extraída do **entrevistado B**, percebe-se que há um esvaziamento de participantes nas reuniões do Conselho, e a diminuição dessa participação pode impactar até na estrutura do Conselho, uma vez que o trabalho coletivo desenvolvido pelos seus participantes depende da soma dos esforços de seus pares.

Ainda sobre a participação dos membros, fica explícito no depoimento do **entrevistado E**, que tal frequência de participação tem sido um fator limitante no andamento do Conselho. *“Quanto à frequência dos conselheiros de zero a dez, eu posso dizer que é três e meio? (risos) porque como muita gente hoje está em várias coisas diferentes então, a frequência ficou mínima. Praticamente se resume o colegiado de coordenação, o coordenador jurídico, o coordenador de documentação, o coordenador de informação (que nesse caso é de cultura), se resume ao pessoal que está na parte da tesouraria e ao pessoal da área sem ser o jurídico, enfim... são cinco pessoas que se resume, mas geralmente fica em torno de cinco a sete, sempre tem dois suplentes que comparecem”*.

Em meu diário de campo, registrei que existe a colaboração de um membro que é muito atuante, que foi citado constantemente pelos entrevistados, porém, o mesmo se encontra em processo de recuperação da saúde, após ser acometido por um Acidente Vascular Cerebral.

Outra justificativa que deve ser considerada quanto a análise da participação dos membros se dá pelo fato da entidade ser um Conselho de sem fins lucrativos, que instiga o trabalho voluntário, ou seja, não há remuneração para os membros que participam do CONCULT. Isso leva a crer, que os membros acabam priorizando em sua rotina diária as suas atividades laborais formais, o que impossibilita a sua participação nas reuniões, conforme detalha o **entrevistado C** a seguir: *“O conselho é filantrópico; é sem fins lucrativos; e nós conselheiros, nós precisamos ter outros trabalhos... Infelizmente, como ele não tem lucro, muitas vezes uns não vêm, mas outros vêm, comparecem. Como aqui tem vários coordenadores, isso é normal. Outros estão trabalhando, que isso também é natural. Eu nunca perco nenhuma desde antes da fundação*

*que eu sempre fui rigorosa. Como disse: o comandante não está no barco quem vai comandar as reuniões? mas muitos conselheiros já... Isso é natural de qualquer entidade”.*

Em alguns casos, o entrevistado B diz que a depender da importância da pauta ou do projeto em que eles pretendem pleitear, há um corpo-a-corpo com os Conselheiros que não são tão assíduos, a fim de formar quórum para deliberações importantes, como relata no trecho abaixo: *“Alguns conselheiros que tem uma responsabilidade grande até dentro do conselho, mas tem outros que às vezes tem até que chamar “pô, isso aqui é sério. A gente “tá” querendo buscar mesmo “entendeu?”, mas com a conversa a gente se reúne e chega a um consenso. Às vezes tem uns probleminhas dentro da comunidade onde não conseguimos fazer reunião, mas a gente mesmo assim se reúne e faz a reunião e vai levando, porque não pode parar”.*

Sobre as reuniões extraordinárias, os entrevistados detalham que acontecem sim, na dinâmica do CONCULT, principalmente quando há a necessidade de deliberações emergenciais, eleições e modificações no estatuto. *“As reuniões extraordinárias são sempre convocadas para poder fazer a mudança, nesse caso de conselheiro, que é o período de eleição, quando a gente quer colocar algum projeto em andamento, quando a gente quer aprovar algum projeto ou quando a gente precisa ceder, nesse caso nosso CNPJ, para alguma entidade ou senão quando a gente vai indicar algum conselheiro para nos representar em algum outro evento dentro da cidade. Então, são sempre convocadas as extraordinárias para poder informar isso. Teve uma extraordinária específica que eu lembro-me que a gente teve que convocar para poder mandar uma nota a fim de informar o falecimento de um conselheiro até muito importante que a gente tinha que era o Fernando e Fernando foi uma pessoa que deixou muita falta. Eu lembro que essa foi uma extraordinária que a gente teve, mas as nossas extraordinárias são sempre para poder noticiar alguma coisa importante ou troca de cargo, ou troca de bancada, para indicação de algum evento, pra mandar alguma pessoa para poder participar de algum outro grupo ou coisa assim do tipo”.*

Outra limitação do CONCULT detectado durante as entrevistas foi a ausência de uma sede própria, para a realização das reuniões. O **entrevistado A**, afirma que: *“A gente não ter uma sede própria, aí muita gente tem que levar a ata pra casa, que deveria ficar em um determinado lugar. Tem também a questão da demora, do atraso de conseguir lugar, isso tudo com certeza atrapalha”.*

O **entrevistado D**, além de pontuar também a ausência da sede, pontua outras dificuldades encontradas pelo Conselho, como relata a seguir: *“A maior dificuldade da gente é o espaço físico, então, na medida em que a gente não tem esse espaço físico, a gente também não tem a estrutura adequada...computador, ar-condicionado... Mas eu posso expor aqui essas dificuldades, que a gente espera que... antes várias universidades participavam desse processo de desenvolvimento local, através do programa Viva Nordeste, esperamos que as universidades retornem, por exemplo. Recentemente o Conselho de Cultura da região Nordeste de Amaralina recebeu um prêmio que pode ser conferido lá no blog, por participação de um sarau empreendedor desenvolvido pela escola de administração da Universidade Federal da Bahia. Não só o Conselho de Cultura como várias organizações sociais também receberam como forma de incentivo”*.

No depoimento acima, fica notório que o Conselho necessita de parceiros e de outras instituições para poder encampar propostas culturais na região, sendo estas parcerias fundamentais para o bom andamento do Conselho, uma vez que não existe um projeto guarda-chuva que abarque diversas manifestações artísticas e entidades, assim como acontecia no período do projeto Viva Nordeste.

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas pelo Conselho e pelos Conselheiros, o **entrevistado E** afirma que atualmente, a entidade passa por um período delicado. *“Eu acho que o Conselho passou por uma fase de altos e baixos, porque a gente veio de uma formação da alta porque estávamos praticamente em todos os eventos de dentro do bairro e participando fora do bairro. Teve uma parte de declínio no qual a gente precisou se reformular porque aconteceu muita coisa... membros do grupo faleceram, enfim... agora a gente passando por um período meio delicado, que eu não posso dizer que é decadência, mas é um período novo de reestruturação, como eu te falei, altos e baixos. Estamos novamente em mudança de tramitação desse colegiado jurídico para poder colocar pessoas novas em cada local, para poder se reestruturar. Também está acontecendo de membros dos grupos se adoentarem... essas pessoas precisam se tratar. A gente tem que dar uma parada para poder ver como é que vai ficar a situação, mas a gente procura em todos os sentidos apoiar as pessoas. A outra dificuldade que a gente enfrentar é a questão da regularização das documentações que tem que colocar tudo em dia. Estamos num novo governo, no processo de tramitação jurídica, então tem que ‘tá’ tudo de acordo com o governo atual e a gente não está podendo fazer isso de uma maneira muito mais abrangente*

*por esses problemas também e a questão de reunir as pessoas, por que cada um está em um canto. O negócio agora é reunir as pessoas. A maior dificuldade que a gente tem hoje é reunir todos os conselheiros”.*

Essa situação é flagrante quanto à prática do Conselho, uma vez que a assiduidade dos conselheiros tem sido pequena e o número de reuniões cada mais esporádicas, conforme relata um entrevistado acima, o que pode acarretar em uma desestabilização do próprio funcionamento do CONCULT. Sobre este aspecto é perceptível que o andamento do Conselho pode estar ameaçado, caso não haja um envolvimento maior de políticas públicas do próprio governo estadual, bem como do voluntariado de agentes transformadores que estão instalados na comunidade, para somar esforços em prol das atividades do CONCULT.

Contudo, percebe-se que os problemas enfrentados pelo conselho de Cultura Popular do Nordeste não difere de outros Conselhos, uma vez que segundo Teixeira (2005 *apud* HOLANDA, 2009) existem cinco dificuldades enfrentadas no cotidiano dos Conselhos, sendo elas: Baixa eficácia; baixa efetividade; Baixo nível de articulação entre eles; Baixo nível de articulação entre o nível federal e baixo nível de articulação entre regiões do município.

Quanto as principais pautas ou atividades desenvolvidas dentro do Conselho, os entrevistados evidenciam que as ações devem permear em atividades que beneficiem a comunidade local. *“Nosso foco é elaborar projeto e apoiar projeto. E o projeto que a gente mais tem colaborado e apoiado é justamente o carnaval da comunidade e o outro recente que teve como a gente citou foi o sarau cultural”.* **Diz o entrevistado E.** A articulação política também foi outro tema destacado por um entrevistado, ao depor que: *“Para mim, as principais atividades do Conselho consiste em articulação política e as parceiras com outras instituições”.*

De acordo com Tatagiba (2002) os Conselhos podem ser categorizados por meio de três eixos, sendo eles: espaços de representação paritária e plural; espaços públicos dialógicos e espaços deliberativos. Neste sentido, percebe-se que o CONCULT tem atuado em todos estes eixos, sendo um vetor cultural importante quanto na discussão de ações e projetos voltados para a região, como a proposição/realização destas ações de impacto social/cultural.

Quanto ao fator de ouvir a comunidade local, para realizar ações em prol do coletivo, os entrevistados ponderam que: *“A gente escuta a comunidade, uns ou*

*outros, mas nem todo mundo pensa igual. Às vezes eu dou uma opinião aqui que e você pode acatar e tem outros que não, então é muito complicado essa questão de entender. Compreende, mas depois de muita discussão e muita luta”!*

Em relação às conquistas advindas após a constituição do Conselho, os entrevistados citam que a própria caracterização jurídica do CONCULT já é um passo importante em termos de representatividade. O entrevistado B relata: *“Só em fundar o Conselho de Cultura já é uma conquista grande e algumas pessoas saber que ele existe. Porque hoje o pessoal vai buscar até alguma coisa e fala no Conselho e às vezes até consegue o que quer, o objetivo que quer, fale numa secretaria “eu faço parte do Conselho onde trabalha não sei quem, não sei quem, não sei quem...” aí só em conhecer a gente de nome, às vezes diz “não, eu vou ajudar...”*. Esta representação da organização jurídica do Conselho, também se alastra para outros grupos culturais da região, que são beneficiados pela personalidade jurídica do CONCULT, a exemplo do que acontece no Carnaval do bairro, onde os grupos devem utilizar o cadastro e o CNPJ do Conselho, para receber o cachê da apresentação pelo Governo do Estado. Assim, o **entrevistado E**, fala que: *“Um dos ganhos do Conselho, foi a organização jurídica dos grupos, porque a CONCULT por ser juridicamente constituído, auxilia os outros grupos em redor, até incentivando, uma vez que pegou como exemplo e muitos deles também se institucionalizaram, quando não, ficou institucionalizada como presidência ou colegiado, ou viraram OSLP. Então, significa que estimulamos a organização”*.

As mudanças da realidade da comunidade também fizeram parte do discurso dos entrevistados. O entrevistado B, afirma: *“Para quem acredita no Conselho, mudou muita coisa. Porque a gente não esperava de ter você aqui. Onde você descobriu a gente? Eu pensei até que ninguém nunca sonhava. Então, lá no ‘fundinho’ do poço alguém vai levar a sério. Como eu disse a você, leva a sério aqueles que já sabem a nossa luta, mas vai ter uma estrelinha, que você foi uma estrelinha, chegou lá pesquisou e viu lá que o Conselho existe, que o conselho está atuando. O Conselho quer fazer alguma coisa dentro da comunidade. Não importa para quem: pra jovem, pra criança, pra velho, pra quem for. O Conselho está com o objetivo de a gente crescer, mas como eu disse a você: vai ter as pedrinhas no nosso caminho “no meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho”, e a gente vai pegando essas pedras e vai juntando pra formar esse conselho que está aqui hoje.*

Conforme citado neste trabalho, no capítulo 7 que trata sobre o Papel dos Conselhos de Cultura, página 81, Teixeira (2000) afirma que o objetivo do Conselho não é substituir o papel do Estado, mas torna-lo mais sensível sobre a lógica da cidadania.

Outro fator que detectei em meu diário de campo, foi a ausência de dados quantitativos que dê noção da população atendida pelas ações do Conselho. **O entrevistado E**, projeta sobre tal dado na seguinte fala. *“Se eu for contar de 2007 pra cá, dá uma demanda de quase trinta a cinquenta mil pessoas da comunidade diretamente. Porque assim, se hoje alguém na comunidade precisa de algum documento para poder confirmar que mora dentro do bairro e procurar o CONCULT, a gente pode emitir esse documento, da mesma maneira a gente emite a documentação para pessoa poder tirar carteira de trabalho e RG gratuito nos setores públicos legalizados, porque a gente também tem esse poder de emitir essa documentação, da mesma maneira a gente pode emitir uma documentação alegando e notificando que a pessoa é estudante além, como eu te falei, de morador, mas uma pessoa que tem trabalho também ligado ao informal, a gente também faz esse tipo de atividade”*. Tal depoimento além de estimar a capacidade de atendimento das ações empreendidas pelo Conselho, também atesta o envolvimento que o mesmo têm dentro da comunidade, colaborando com os seus moradores em demandas que seguem um fluxo cotidiano na rotina do CONCULT, que muitas vezes, pode fugir do controle no que diz respeito a catalogação de registros e dados de atendimentos.

Sobre as perspectivas do Conselho em termo de atividades para a comunidade local, os entrevistados pontuam a necessidade de continuar apostando em projetos, bem como a participação em editais para angariar recursos a fim de desenvolver estas ações na localidade. **O entrevistado E**, espera realizar um projeto guarda-chuva, que na medida do possível, possa minimizar os problemas sociais da região. *“Estamos pensando em um projeto Guarda-chuva futuro para voltar a fazer o embate social dentro da comunidade. A gente sabe que é complicado, é difícil também, mas não é impossível, porque assim, pensar no projeto guarda-chuva é você pensar num recurso muito grande e como a gente está vivendo num cenário que a gente sabe que para conseguir verba, apoio, principalmente institucional, e que a gente precisa do apoio do estado está muito difícil. Então são coisas que a gente pensa para poder colocar na gaveta. Então, quando futuramente tiver melhor a gente pretende botar em andamento esse*



*projeto. Porque temos o projeto 'Unindo Talentos' que foi o projeto praticamente fundador do Conselho junto com o programa Viva Nordeste. O 'Unindo Talentos' está guardado. A gente pretende voltar a usá-lo com uma outra roupagem no futuro, mas enfim, são coisas pro futuro".* Outro ponto destacado pelo entrevistado é a possibilidade de ser aprovado em um edital, conforme expõe: *"Grupo de cultura só funciona com projeto; se você está parado, significa pra lógica que você não tem atividade. Agora se você tem alguma atividade, tem algum projeto, algum edital vencido você movimenta, porque infelizmente grupos culturais vivem de projetos culturais, por menores que sejam, vive de projetos culturais".* No fragmento acima, fica explícito que apesar dos problemas enfrentados pelo Conselho, os entrevistados estão na luta para buscar editais, recursos e financiamentos, mesmo atestando que estão parados por falta destes fomentos. Dentro das ações propostas pelos entrevistados- conselheiros, percebe-se que também há uma preocupação de trazer para a comunidade projetos que resgatem as suas raízes e identidades culturais, conforme aponta o **entrevistado D**: *"A gente tem aqui no plano de ação que foi formado no dia de ontem, o primeiro 'FestGospel' da região Nordeste de Amaralina, também um projeto pra crianças, mas é no espírito natalino, tem a questão de resgatar uma cultura que foi se perdendo com o passar do tempo que é a questão do 'fura pé', a picula, o samba de roda... isso são alguns dos projetos que a gente tem interesse ainda de implementar, a exemplo do dia nacional do Reggae que é 11 de maio: fazendo uma ligação direta com Bob Marley, considerado o pioneiro do Reggae no mundo. Também a oficina de projetos culturais porque a gente entende que a gente não pode ser detentor do conhecimento e tem disseminar, formando outras pessoas, sendo multiplicadores de conhecimento; Outro projeto é sobre a cuíca que é um instrumento que tem desaparecido aqui, principalmente aqui na Bahia e a gente tenta resgatar isso e quem sabe colocar esse pessoal...buscando um diálogo com os diretores da Associação dos Blocos Carnavalescos da região do Nordeste de Amaralina, que é bom lembrar que o Conselho de Cultura é parceiro e faz o projeto, mas não faz intervenção na organização do carnaval da região do Nordeste de Amaralina, pois quem é responsável por isso é a Associação dos Blocos Carnavalescos".*

Figura 27 - Campo de Futebol do Natureza, localizado na Rua José Rodrigues de Oliveira



Fonte: Registro do autor (2016).

Ainda sobre as perspectivas do Conselho, o **entrevistado B**, afirma que é importante a soma de esforços com outros agentes, a fim de fortalecer a categoria dos Conselhos. *“Eu que deveria até vim pessoas com outras propostas para poder fortalecer o nosso trabalho, pois a gente precisa disso, de pessoas, de número de pessoas que venha com boas propostas pra gente somar ou até fazer as coisas de um bairro para outro; do Nordeste de um lugar já ia para o subúrbio; do subúrbio vinha para o Nordeste, para o Conselho crescer junto, até mais tarde implantar um Conselho lá no subúrbio, um Conselho de Cultura dentro do subúrbio para fortalecer mais”*.

Assim, fica evidente a necessidade de intercâmbio com outras comunidades, que de repente, enfrentam problemas semelhantes à região do Nordeste, para com isso, somarem esforços e minimizar os abismos sociais que estas localidades estão expostas, contando com as ausências da esfera pública e com a sorte de outras instituições ou parceiros (voluntários) que estão dispostos a colaborar com um coletivo.

## 9 CONSIDERAÇÕES

Tendo como objeto uma região que ainda sofre com insuficiências tanto estruturais, a exemplo das ausências dos equipamentos urbanos, como também a falta de apoio nas atividades levantadas pela própria iniciativa da comunidade, este estudo procurou analisar como acontece a prática do Conselho de Cultura Popular da região do Nordeste de Amaralina, constituído pela iniciativa da comunidade ainda em 2007.

A apreensão do espaço urbano a partir do avanço de uma cidade informal, transformou estes territórios em espaços sem lei, sem Estado e sem equipamentos urbanos, sendo estes o avesso da ordem e da formalidade da cidade. Esta imposição leva a crer que os territórios surgidos a partir desta informalidade, necessitam ser tratados mediante as suas características identitárias.

Jacques (2001) destacou sobre esta imposição lógica, ao questionar o porque não assumir a estética das favelas sem as imposições estéticas, arquitetônicas e urbanísticas dos projetos atuais de urbanização, que acabam (re)criando espaços sem identidade própria.

No aspecto cultural e de identidade local, isso também é notório a partir do momento em que não se olha “para dentro” a fim de enxergar especificidades que muitas vezes propõe engendrar modelos de projetos e atividades, sem auscultar a realidade dos seus moradores. Quanto ao Conselho de Cultura instalado na região do Nordeste de Amaralina, percebe-se que há uma preocupação por parte dos seus membros em propor atividades que contextualizem com a necessidade da população local, resgatando, inclusive, manifestações que foram perdidas ao longo do tempo.

Porém, para a efetividade de ações e projetos em benefício da comunidade local, há uma necessidade latente de que haja outros atores para dar apoio e sustentação a estas ações, a exemplo de instituições filantrópicas, ONGs, universidades e principalmente do Estado. No discurso dos entrevistados é recorrente (e soa como certo saudosismo) a importância do projeto Viva Nordeste para a execução de diversas atividades culturais na região. Na época do projeto, muitas ações foram desenvolvidas, fomentando vários grupos artísticos que se apresentavam na comunidade.

Todavia, percebe-se que o envolvimento da comunidade com as ações propostas pelo conselho, proporciona uma aproximação entre a entidade e os seus moradores, havendo uma contribuição mútua entre instituição e comunidade, principalmente quanto ao apoio nas atividades que são empreendidas. Estas relações entre comunidade e pertencimento dialogam com as teorias de Le Bourlegat (2006) e Tuan (1980) ao afirmar que cada espaço de vida é constituído por um lugar existencial, cujo sentimento de afabilidade e pertença é marca desta relação.

Sobre a dinâmica de funcionamento do Conselho, que nos leva a atingir o objetivo geral deste estudo, permitem-nos deduzir que as escolhas dos membros acontecem pela aderência destes em atividades de destaque e reconhecimento local, ou pela trajetória individual dos moradores em projetos culturais. Assim, não fica explícito o processo legal e estatutário de divulgação e transparência dos procedimentos de eleição, a fim de buscar possíveis agentes que também possam colaborar com a articulação do Conselho.

Outro fator que também responde ao objetivo geral, identificado nesta pesquisa, a partir da análise das entrevistas, é a fase atual enfrentada pelo Conselho, principalmente quanto a assiduidade dos Conselheiros nas reuniões e o envolvimento destes nas ações do CONCULT. Apesar de a composição atual da entidade sinalizar que existem 21 membros, entre coordenadores e suplentes, a frequência destes representantes nas reuniões oscila entre 05 a 10 membros, sendo menos da metade do que está informado na ata do colegiado. Porém, percebe-se também que o Conselho perdeu membros atuantes ou ainda aqueles que se recuperam após serem acometidos por problemas de saúde.

Cabe ainda destacar que, apesar de não ter sido o foco de investigação desta pesquisa, perspectivas acerca de novos projetos para a comunidade emergiram no decorrer das entrevistas, havendo uma preocupação dos conselheiros em dar continuidade a ações pontuais de grande penetração na região, contemplando várias vertentes das manifestações artísticas e crenças religiosas que são praticadas pelos seus moradores.

Convém destacar ainda, que o Conselho passa por um mo(vi)mento que necessita ser compreendido, principalmente porque a sua gênese constitutiva adveio de uma estrutura estatal que possibilitou a entidade a realização de diversos projetos, criando uma dinâmica de ações positivas e exitosas. Neste sentido, por

falta de apoio e de recursos financeiros, fica mais difícil a articulação de novas propostas, o que de certa maneira, pode desestimular os próprios membros a se envolverem nas ações da entidade.

Contudo, vale ressaltar que o carnaval tem sido um vetor de diálogo entre a entidade e o governo, sendo atualmente a única linha que liga estas duas pontas, a fim de estabelecerem atividades em parceria. Esta festa é motivo de orgulho para os membros do Conselho e para a comunidade, uma vez que o carnaval realizado na região do Nordeste de Amaralina faz parte da programação oficial da festa em Salvador, o que por consequência, também pode soar como um modelo de segregação socioespacial, tendo em vista que a realização da festa no bairro evitaria a participação dos seus moradores nos circuitos disputados da folia.

Apesar das dificuldades encontradas pelos Conselheiros em gerir o CONCULT, fica notório que a própria constituição jurídica da entidade já é um motivo de orgulho para os seus participantes. Esta organização com personalidade jurídica também faz um trabalho junto à comunidade, principalmente quanto a formalização de outros grupos culturais ao cederem o CNPJ da entidade para que estes artistas possam receber apoio financeiro, ou a expedição de documentação comprobatória para a população que reside no Nordeste, criando assim, um laço entre a entidade e a comunidade, sendo este um dos objetivos específicos do estudo.

É mérito desta pesquisa aproximar a temática acerca da constituição e gestão de um Conselho de Cultura Popular, que não possui referências bibliográficas que abordem tal tema, se valendo necessariamente dos referencias de Conselhos de Políticas Públicas e Conselhos Temáticos, tendo o **Conselho de Cultura Popular** uma outra dinâmica que precisa ser estudada com um olhar mais antropológico.

Por fim, convém ressaltar que a pesquisa não abarcou a percepção da comunidade acerca das ações envidadas pelo Conselho, até porque o objetivo geral do estudo é analisar a prática do CONCULT. Assim, sugere que tal proposta de estudo seja encampada em um doutorado por este pesquisador ou por outros pesquisadores que tenham interesse pela temática.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EMBRAPA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA. Dica de Leitura.

Disponível em:

<[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma\\_caatinga/arvore/CONT000g79856tg02wx5ok0wtedt3qc4zwp8.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma_caatinga/arvore/CONT000g79856tg02wx5ok0wtedt3qc4zwp8.html)>. Acesso em: 8 dez. 2015.

AMORIM, F. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de. (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NORDESTE DE AMARALINA.

<<http://amnaluta.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23 out. 2015.

ATAIDE, Y.D.B. A educação e a cultura da paz. **Revista da FAEEBA**, Salvador: UNEB, ano 9, n.14, jul./dez. 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Salvador: Edições 70; Lisboa, 1977.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BITTENCOURT, Carla. Ativismo social como arma – Nordeste de Amaralina. **Jornal ATarde**, Salvador, p. 12, 30 abr. 2006.

BOADA, Luis. **O espaço recriado**. São Paulo: Nobel, 1991. (Coleção Espaços).

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 abr. 2006.

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, v.23. n.43-44. jan./dez. 2003.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu**. Tradução Paula Montero. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. **Revista Planejamento**, Salvador, v. 6, n. 2, 1978.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Anuário Estatístico da Cultura**. Brasília, 2009.

BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CALABRE, Lia. Conselhos de cultura no Brasil: algumas questões. In: RUBIM, Albino; TAIANE, Fernandes ; RUBIM, Iuri (Org.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult\\_8\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult_8_RI.pdf)> Acesso em: 2 abr. 2006.

CALABRE, Lia. A ação federal na cultura: o caso dos conselhos. In: CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade**. Fortaleza: BNB, 2010.

CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, p.81-98, jan.-jun. 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2254>. Acesso em: 2 dez. 2006.

CALABRE, Lia. **Conselhos de cultura: coleção política e gestão culturais**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores de periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: 34 ; Edusp, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (Org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización.** Buenos Aires: Clacso, 2001, p.65.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor Garcia (Org.). **Políticas culturales en América Latina.** México: Editorial Grijalbo, 1987. p. 13-59.

\_\_\_\_\_. **Estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano.** São Paulo: EDUSP, 2006.

CANCLINI, Néstor Garcia(org). **Políticas culturales en América Latina.** México: Editorial Grijalbo, 1987. p. 13-59.

CASTELLS, M. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. **A Sociedade em rede.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v.1.

\_\_\_\_\_. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura.** O poder da identidade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.2.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.2.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural.** São Paulo: Iluminuras,1997.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura.** 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.



DA MATA, D. et al. Determinants of city growth in Brazil. **NBER Working Paper**, n. 11.585, 2005a.

\_\_\_\_\_. Examining the growth patterns of Brazilian cities. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 3.724, 2005b.

DEEPASK: **Dica de Leitura**. 2016. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=salvador/BA-Confira-a-taxa-de-analfabetismo-no-seu-municipio>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FOUCAULT, M. O corpo utópico ; as heterotopias. Posfácio de Daniel Defert tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-l Edições, 2013.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Papel dos conselhos gestores na gestão pública. In: **INFORMATIVO CEPAM**. Conselhos municipais das áreas sociais, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, Unidade de Políticas Públicas, v. 1, n. 3, 2001. Disponível em: <[http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/conhecimento/Informativo\\_Cepam-Conselhos\\_Municipais\\_das\\_Areas\\_Sociais.pdf](http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/conhecimento/Informativo_Cepam-Conselhos_Municipais_das_Areas_Sociais.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2016.

GOHN, M. **História dos movimentos e lutas sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GORDILHO DE SOUZA, Angela Maria. **Invasões e intervenções públicas**: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946 a 1989. 1990. Dissertação (Mestrado)- IPPUR. UFRJ. Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. Formas de ocupação habitacional na estruturação do espaço urbano de Salvador. Salvador: FAUFBa; CNPQ, 1992.

HARVEY, D. **Spaces of hope**. Los Angeles: University of California Press, 2000.

HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hip**: hop invadem a cena. Rio de Janeiro: EDUFREJ, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOLANDA, Aline Gomes. A governança da/na cultura: Um retrato dos Conselhos de Cultura No Ceará Contemporâneo. In: ENECULT, 6., 2010, Salvador. **Anais...** 2010.

\_\_\_\_\_. O papel dos conselhos municipais de políticas e o caso do conselho municipal de cultura. In: ENECULT, 5., 2009, Salvador. **Anais...** 2009.

IBAM; IPEA; COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **Conselhos municipais e políticas sociais**. Rio de Janeiro, 1997.

IBGE. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios brasileiro, Gestão Pública, 2001. Rio de Janeiro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**: aglomerados subnormais. informações territoriais. Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2010.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

LAGO, Luciana Corrêa do. "Favela-loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana". In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** 2003.

LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 13-20, set. 2000.

\_\_\_\_\_. **Construção humana de espaço, lugar e território**. Campo Grande, 2006. No prelo.

MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da tragédia urbana.** Revista Eletrônica ComCiência, 2002.

MARQUES DE MELO, J. **Comunicação e libertação.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MATOS, D. **Os conselhos municipais no contexto do federalismo brasileiro sob a perspectiva da pesquisa de informações básicas municipais.** 2007. Dissertação (Mestrado)- Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MINC. **Guia de orientações para os municípios – Sistema Nacional de Cultura: perguntas e respostas.** Brasília: MINC/CNPC/SAI, 2011.

NUNES, Débora. **Pedagogia da participação: trabalhando com comunidade.** Tradução Ciro Sales; Salvador: UNESCO; Quarteto, 2002.

OLIVEIRA, Milena Conceição. **O Nordeste de Amaralina na visão de seus jovens moradores: a influência da mídia no processo de construção social do bairro.** 2006. 77p. Monografia (Graduação em Comunicação – Relações Públicas), Salvador, 2006.

ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL. OCEPLAN /PMS. **Estrutura Fundiária do Bairro do Nordeste de Amaralina.** Salvador, 1978. Mimeo.

PALÁCIOS, M. O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos. In: RUBIM, A. A. (Org.). **Idade mídia.** Salvador: UFBA, 2001.

PANIZZI, Wrana. Entre cidade e Estado, a propriedade e seus direitos. **Espaço & Debates**, n.26, 1989.

PAVIANI, Aldo. Brasília: **Gestão Urbana: conflitos e cidadania.** Brasília: Editora UNB, 2002.

PERUZZO, C. M. K. Comunidades em tempo de redes. In: COMUNICAÇÃO e movimentos populares: quais redes? São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002. p. 275-298.

\_\_\_\_\_. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil. **Anuário Internacional de comunicação Lusófona**, v. 4, n. 1, p. 141-169, 2006.

PERUZZO, Cecília. M. K, VOLPATO, Marcelo.O. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Líbero**, São Paulo, v.12, n 24, p. 139-152, dez. 2009.

PRETEICELLE, Edmond; VALLADARES, Lícia do Prado. Favelas no plural. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23., Caxambu, 1999. **Anais...** 1999.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura**. São Paulo: Pioneira, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 320p.

REIS, Heloiza Beatriz Cruz dos. Favela da mangueira: imagem e imaginário como manifestação da cultura urbana. **ENECULT**, 4., Salvador, 2008. **Anais...** 2008.

RELPH, E. "Post-modern geography". In: **The Canadian Geographer**, v.35, n.1, p. 98-105, 1991..

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Os universitários e a transcendência: visão geral, visão local**. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/rever/universitários.html>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

ROSA, Thaís Troncon. Produção e apropriação do espaço em periferias urbanas: construindo algumas questões. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25., Goiânia, 2006. **Anais...** 2006.

\_\_\_\_\_. Cultura popular: apontamentos sobre um conceito em discussão". In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL - ANPUH, Florianópolis, 2006. **Anais...** 2006.

\_\_\_\_\_. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia**. 2008. Dissertação (Mestrado em História)- IFCH - UNICAMP, Campinas, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri. **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: Edufba, 2010.

SANTOS, M. A organização interna das cidades: a cidade caótica. In: \_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos, 6). p. 105-109.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de. SILVEIRA, Maria Laura. **Território-globalização e fragmentação** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton; DE SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. Fusão entre Sadia e Perdigão cria gigante do setor de alimentos. **Exame**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/fusao-de-sadia-e-perdigao-cria-gigante-dosetor-de-alimentos-2?page=1>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

SECRETARIA DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E ESPORTES (SETRAS). **Pré-Diagnóstico da Região do Nordeste de Amaralina**. Salvador, 2004.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SIM – SISTEMA DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL DE SALVADOR.  
<<http://www.sim.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2015.

SPINELLI JUNIOR, Vamberto. Bauman e a impossibilidade da comunidade. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais – CAOS**, n. 11. p. 1-13, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos>>. Acesso em: 29 fev. 2008.

SOJA, E. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Oxford: Blackwell, 2000.

SOJA, E. “Heterotopologies: a remembrance of other spaces in the citadel of L.A.” In: ATSON, S. ; GIBSON, K. (Ed.). **Postmodern cities and spaces**. Oxford: Blackwell, 1995.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, A. Formação dos conselhos no Brasil. In: FARIA, H.; MOREIRA, A.; VERSOLATO, **Você quer um bom Conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo. Conselhos de políticas públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa? In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A; TEIXEIRA, Ana Cláudia (Org.). **Conselhos gestores de políticas públicas**. São Paulo: Pólis, 2000. p. 99-119. (Publicações Pólis, n. 37)

TEIXEIRA, Elenaldo (Org.). **Sociedade civil na Bahia: papel político das organizações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

TEIXEIRA, E. Movimentos sociais e conselhos. **Cadernos Abong**. São Paulo, v.15, p.7-19, 1996.

TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. São Paulo: Departamento de Sociologia, FFLCH – USP, 2005. (mimeo).

\_\_\_\_\_. Debates: a cidade como questão. In: \_\_\_\_\_. CABANES, Robert (Org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 4, 2001.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típicoideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.

\_\_\_\_\_. Comunidade e sociedade: textos selecionados. In: MIRANDA, O. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da USP, 1995. p. 231-342.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 4, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TRAÇOS E LAÇOS. **Memória da Região Nordeste de Amaralina**. Salvador: Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte, Programa Viva Nordeste, Hora da Criança, Projeto Unindo Talentos, 2006.

VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

\_\_\_\_\_. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.

\_\_\_\_\_. **A invenção da favela: do mito de origem à favela .com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VALLE, Edênio. Conversão: da noção teórica ao instrumento de pesquisa. **Revista Eletrônica de Estudos da Religião – REVER**. Disponível em: <[http://www.puc.br/rever/rv2\\_2002/t\\_valle.htm](http://www.puc.br/rever/rv2_2002/t_valle.htm)>. Acesso em: 3 mar 2008.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **A transformação da noção de espaço público**: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Sobre espaço público e heterotopia. **Geosul**, Florianópolis, v.24, n.48, p 7-26, jul./dez.2009

VERSOLATO, F. (Org.). **Você quer um bom conselho?** Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Pólis (Publicações Pólis, 48), 2005, p. 19-25.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade:** leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 140-143.



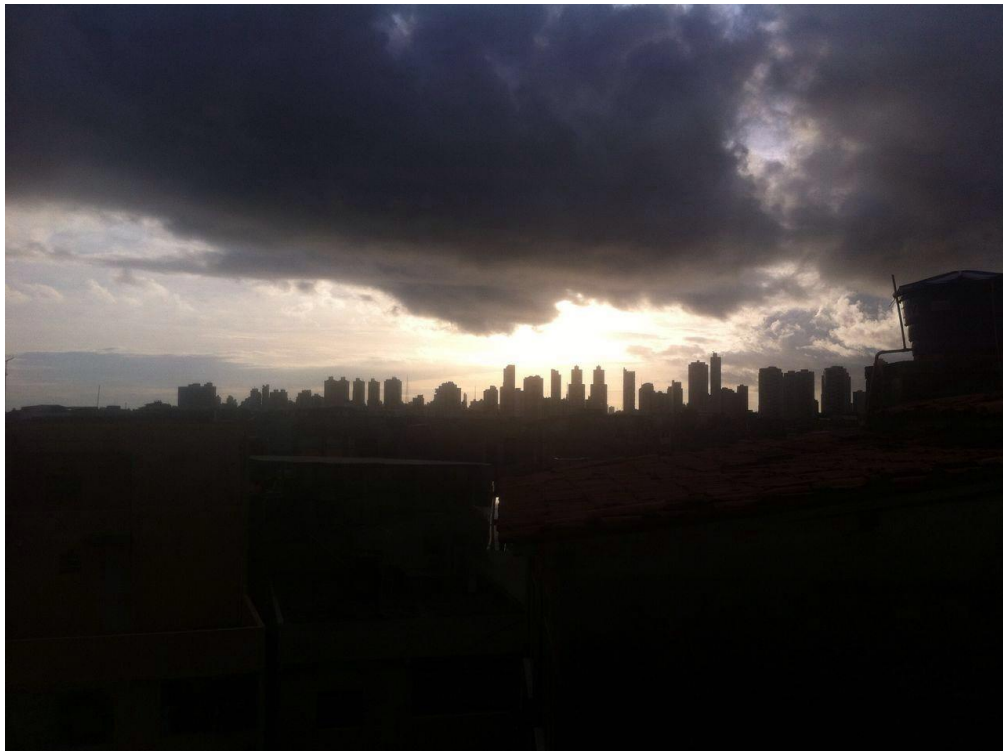
**ANEXO A - VISITA A REGIÃO DO NORDESTE DE AMARALINA**

**ANEXO B - ESCOLA MUNICIPAL TEODORO SAMPAIO**

**ANEXO C - IMAGENS DA REGIÃO DO NORDESTE DE AMARALINA**









**ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de pós-graduação stricto sensu da Universidade Salvador (UNIFACS) em Desenvolvimento Regional e Urbano. Estou realizando uma pesquisa sob a supervisão da professora Dra. Ana Licks de Almeida, cujo objetivo é analisar o Conselho de Cultura Popular da Região do Nordeste de Amaralina (CONCULT).

Sua participação envolve em conceder uma entrevista, que será gravada e que tem a duração aproximada de 30 minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Dra. Ana Licks de Almeida, no fone (71) 3271 8780 ou pela entidade responsável – Universidade Salvador (Unifacs), fone (71) 3273 8528

Atenciosamente

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do estudante  
Matrícula: 101112002

\_\_\_\_\_  
Local e data

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Local e data

## *Roteiro de Entrevista*

1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA					
1.1	Nome		1.5	Renda Familiar	
1.2	Idade		1.6	Escolaridade	
1.3	Naturalidade		1.7	Religião	
1.4	ocupação		1.8	Há quanto tempo reside no bairro	

2. CRONOLOGIA DO ENTREVISTADO FRENTE A ATUAÇÃO NO CONSELHO		
2.1	Ano de ingresso no Conselho	
2.2	Tempo de permanência (nº de mandatos)	

3. PERTENCIMENTO	
3.1	Como é a sua relação com o seu bairro?
3.2	Cite características positive negativas do seu bairro
3.3	Como você vê as notícias veiculadas pela mídia sobre seu bairro?

4. RELAÇÃO DO CONSELHEIRO COM O CONSELHO	
4.1	Como você conheceu o Conselho?
4.2	Como foi escolhido para ser conselheiro?
4.3	Que entidade representa no Conselho?
4.4	Qual a sua função no Conselho?



5. ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E DINÂMICA DO CONSELHO	
5.1	Como as reuniões são conduzidas?
5.2	Em que ocasiões foram feitas reuniões extraordinárias?
5.3	Como você avalia a frequência dos conselheiros?
5.4	Quais as principais atividades do Conselho?
5.5	Quais os casos discutidos no Conselho que você considera mais importante?
5.6	O local de realização das reuniões atende as necessidades dos conselheiros?

6 RELAÇÃO DO CONSELHO COM A REGIÃO (Bairro)	
6.1	Como o Conselho ouve as demandas culturais do Bairro?
6.2	A comunidade se envolve com as ações do Conselho?
6.3	Quais os meios de comunicação utilizados pelo Conselho para informar as atividades/ações à comunidade?
6.4	A comunidade influencia nas decisões do Conselho? De que forma?
6.5	Como é a relação do Conselho com outras Instituições?

7 AÇÕES E IMPACTO NA COMUNIDADE	
7.1	Como você analisa as atividades culturais que estão sendo desenvolvidas atualmente?
7.2	O que mudou na comunidade após a constituição do Conselho?
7.3	Qual a contribuição do Conselho para outras comunidades?
7.4	Quantas pessoas já foram atendidas pelas ações do Conselho?

8 PERSPECTIVAS DO CONSELHO	
8.1	Atualmente, quais as dificuldades enfrentadas pelo Conselho?
8.2	Quais ações/apoio melhoraria a atuação do Conselho?
8.3	Como tem sido o diálogo do Conselho com a esfera público-política?
8.4	Quais as principais conquistas alcançadas pelo Conselho?
8.5	Quais projetos o Conselho ainda pretende alcançar para a comunidade que ainda não conseguiram efetivar?